

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado
na Fortaleza dos anos trinta

Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira

Fortaleza – 2006

N711t Nogueira, Carlos Eduardo Vasconcelos.

Tempo, progresso, memória : um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta / Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira. _ Fortaleza, 2006.
126p : il ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2006.

Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos.

1. Fortaleza – História – 1929-1940. 2. Barroso, Gustavo, 1888-1959 – Crítica e interpretação; 3. Nogueira, João, 1867-1947 – Crítica e interpretação. I. Ramos, Francisco Régis Lopes II. Universidade Federal do Ceará III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado
na Fortaleza dos anos trinta

Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Fortaleza – 2006

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em ____/____/____

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
(Orientador-UFC)

Prof^a. Dr^a. Denise Bernuzzi de Sant'anna
(PUC-SP)

Prof^a. Dr^a. Martine Suzanne Kunz
(UFC)

Resumo

O presente trabalho dedica-se ao estudo das relações entre memórias e lugares, na Fortaleza dos anos trinta. Durante esse período a administração municipal promoveu grandes alterações na fisionomia da cidade. O progresso, vislumbrado em diversas reformas, motivou a escrita de alguns intelectuais que se dedicaram a recordar a cidade que desaparecia, na ruína de seus vestígios: lugares, árvores, nomes de ruas, etc. Os escritos de João Nogueira, publicados em jornais, e a obra *Memórias* de Gustavo Barroso, foram confrontados com a visão positiva das reformas, apresentada por alguns jornalistas, e com escritos de outros memorialistas. A partir desse cruzamento, foi possível perceber as tensões relativas ao tempo que se desenhavam no espaço urbano.

Palavras-chave: memória, cidade, escrita

Abstract

This paper is devoted to studying the relationships between memories and places in the city of Fortaleza in the 30's. During such period the municipal administration promoted big changes in the physiognomy of the city. The progress, wished for in several reforms, motivated the writings of some intellectuals who were devoted to recalling the city which was disappearing among the ruins of its vestiges, such as: places, trees and names of streets. The writings of João Nogueira, published in papers and the book *Memórias* by Gustavo Barroso, were confronted with the positive vision of the reforms, presented by some journalists as well as with writings by other memoirists. Departing from such confrontation, it was possible to perceive the tensions related to time which were being designed in the urban space.

Keywords: memoir, city, writings

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por financiar esta pesquisa.

Aos colegas do mestrado - Carla, Fábio, Kamillo, Lindericy, Rodrigo e Tácito -, com quem compartilhei idéias e dividi dúvidas e angústias. Sou grato, especialmente, a Emília e Isac, pela estima e atenção que sempre me dedicaram.

Aos professores Fred Neves, Gilberto Ramos e Veronica Secreto, que me orientaram quando esta pesquisa ainda se iniciava, na graduação. Seus ensinamentos foram de grande importância para meu aprendizado na pesquisa e interpretação das fontes.

Aos professores Eurípedes Funes, Kênia Rios, Ivone Cordeiro e Franck Ribard: além das sugestões e comentários, empréstimo de livros e indicações de leitura, suas aulas foram enriquecedoras, abrindo-me novos horizontes de crítica e reflexão.

Aos funcionários dos arquivos, cuja colaboração, no trabalho de pesquisa, foi imprescindível. Na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, registro o valioso auxílio de Gertrudes, Elmadan e Seu Jerônimo, no Núcleo de Microfilmagem. No Setor de Obras Raras pude contar com a ajuda do Seu “Chiquinho”, funcionário solícito e prestativo no atendimento aos pesquisadores, e D. Madalena, profissional de amplo conhecimento em sua área, que me indicou obras importantes, no decurso da pesquisa. No Instituto do Ceará encontrei a receptividade de Marinês, Nonato e Velêda, na Sala de pesquisa. Por fim, gostaria de lembrar o professor André Frota, pesquisador de notável saber, sempre visto a auxiliar a todos que o solicitam, em busca de alguma indicação ou para esclarecer dúvidas na leitura dos manuscritos. Ele em muito me auxiliou nas pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado do Ceará, antes do meu ingresso no mestrado.

A Isabele, sempre gentil e atenciosa no atendimento do Nudoc-UFC.

A D. Regina, secretária dedicada e zelosa no atendimento aos alunos do Programa de Pós-graduação em História. E a Silvia, que também sempre me dispensou o melhor tratamento.

Aos colegas de profissão e amigos que me auxiliaram de muitas formas. Ao Antonio Luiz, historiador de inteligência fina com o qual travei diálogos enriquecedores. As indicações de fontes, empréstimo de livros, observações e críticas foram de grande importância. Agradeço ainda a revisão do texto final. A Cristina Holanda, por me suprir com o material relativo ao Museu do Ceará e me esclarecer alguns aspectos sobre a história dessa instituição. Ao Sander, pelo incentivo e interesse que sempre demonstrou em relação a minha pesquisa. Ao Patrick (mestrando em Sociologia), pelo empréstimo de livros e conversas animadas sobre história e filosofia. A Afonsina, por me tirar algumas dúvidas sobre Gustavo Barroso, essa figura enigmática que nos despertou a curiosidade, e por compartilhar suas fontes. Ao Elivelton, que me desvencilhou de problemas de hardware, permitindo a conclusão deste trabalho. E a Lidiane, que me solucionou problemas de toda ordem, permitindo que me dedicasse exclusivamente à escrita, nos últimos dias do trabalho.

Às professoras Meize Lucas e Martine Kunz, agradeço a leitura do texto apresentado na qualificação: as críticas, sugestões, indicações ou empréstimo de livros, e o incentivo, foram de especial importância. Sou imensamente grato.

Agradeço ao professor Régis Lopes, meu orientador, com quem muito aprendi. Pela orientação lúcida e competente: a leitura atenta, o incentivo, as críticas, e por me mostrar os caminhos que trilhei, não sem algum receio, mas com a certeza de que não estaria sozinho na empreitada.

Dedico este trabalho a minha família: meu pai, Nogueira, minha mãe, Haydée, meus irmãos, Gustavo e Cristiane (que me deu um sobrinho, chamado Isaac).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – TEMPO DO PROGRESSO, TEMPO DA MEMÓRIA	8
1.1. “Um grande crime!”	8
1.2. “Sejamos amigos do Progresso”	22
CAPÍTULO 2 – TEXTOS E MEMÓRIAS: PEDRAS, NOMES, COSTUMES	39
2.1. O Passeio Público dos “bons tempos passados”	39
2.2. Antigos topônimos	54
2.3. Usos antigos	70
CAPÍTULO 3 – A MEMÓRIA E AS INSTITUIÇÕES	80
3.1. Uma mesa para o Instituto	80
3.2. A cidade vai ao Museu	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
FONTES	113
BIBLIOGRAFIA	117

INTRODUÇÃO

No presente estudo, dedico-me à reflexão acerca das relações entre memória e cidade, ou as formas de espacialização do tempo, na Fortaleza dos anos trinta. É possível divisar, no período, a adesão de determinados setores sociais a um ideário do progresso, que se materializava em diversos empreendimentos urbanos. Tais “melhoramentos” – realizados pela administração municipal ou por iniciativa particular – modificaram sensivelmente a paisagem da cidade, emprestando-lhe uma nova fisionomia: pavimentação de ruas, implementação de um sistema de iluminação pública elétrica, reforma e ajardinamento de praças, construção de novos edifícios.

Em função das mudanças, esse momento também foi experimentado como perda: de referências, paisagens, costumes... Alguns indivíduos, sensibilizados pela destruição que a modernização da cidade implicava, dedicaram-se a relatar o que desaparecia, detiveram-se sobre os vestígios da cidade antiga que desmoronavam em função do trabalho da “picareta renovadora” (a expressão é do cronista João Nogueira). Assumiram uma postura crítica em relação aos espíritos que governavam os novos tempos, produziram textos, combateram, através da escrita, o esquecimento inscrito na mudança.

Pensar a memória implica também considerar o esquecimento. A vida cotidiana exige de nós certas parcelas de esquecimento; trata-se de uma necessidade básica do ser humano. Mas em determinado instante, este assumiu, em nossa moderna cultura ocidental, fortemente caracterizada por um sentimento de aceleração do tempo, grandes proporções, mobilizando indivíduos a perfazerem-se em guardiões do passado, em “homens-memória”.¹ Em Fortaleza, tal engajamento produziu formas históricas de recordação que foram alvo da reflexão, ao longo deste trabalho: textos publicados no jornal, um relato autobiográfico, um museu. Frutos desse sentimento de perda vivenciado no cotidiano de uma cidade em mutação.

Nesse sentido, o que ruiu ante o ímpeto moderno que grassou não só em Fortaleza, mas em outras cidades do Brasil, também é objeto da história,

¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 10, 1993, p. 18.

uma vez que esta não se resume à narrativa do projeto vencedor. O que não resistiu, o que foi destruído, também interessa ao historiador, na medida em que a destruição também possui uma história, põe em evidência uma trama de conflitos e interesses, gera textos.

A crônica da antiga Fortaleza (ou ao menos a forma pela qual ela chegou até nosso presente) foi o ponto de partida dessa pesquisa. Refiro-me ao livro *Fortaleza velha*, de João Nogueira, seleção de escritos publicados nos jornais *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*, do começo dos anos vinte ao início da década de 1940.² Textos embebidos do sentimento de algo que se perdia, no progredir da cidade, o qual não era, contudo, restrito a João Nogueira. No mesmo espectro, pontuo *Coisas que o tempo levou...*, de Raimundo de Menezes.³ A trajetória do livro é similar à percorrida por *Fortaleza velha*, com a notória diferença que, antes da publicação em jornal – na *Gazeta de Notícias* –, suas crônicas foram declamadas (por ele mesmo) em programa de rádio intitulado *Hora da Saudade*, em 1937. Textos que recordavam o Passeio Público, antigas formas de iluminação da cidade, o Bode Yoyô: localizados em igual período.

O mesmo tempo gerou as *Memórias*, de Gustavo Barroso. O relato autobiográfico foi escrito nos anos de 1939 e 1940, no Rio de Janeiro, e evoca a infância do autor em Fortaleza, antes de sua transfiguração pelo progresso. A obra se divide em três volumes: *Coração de menino* (publicado em 1939), *Liceu do Ceará* (impresso em 1940), e *Consulado da China* (s/d). Sua produção em periódicos, escritos ocasionais para o jornal *O Povo* e artigos para a revista carioca *O Cruzeiro*, também se configuraram em indícios para a reflexão.⁴

Os escritos foram interpretados em sua historicidade, na interlocução que mantinham com as questões do seu tempo. Foram confrontados, portanto, com outras vivências e práticas, outros textos, que saudavam as reformas e, assim, procediam à apologia do progresso. Desse diálogo partiram as reflexões

² NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha: crônicas*. 2 ed. Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

³ MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*. 3. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

⁴ Os últimos foram reunidos em *À margem da história do Ceará*, obra póstuma de 1962. BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. 2 ed. Rio; São Paulo; Fortaleza: FUNCET, 2004.

que seguem sobre a defesa de objetos vetustos que compunham a paisagem da cidade, marcos temporais que proporcionavam elos com um passado distante – topônimos, uma praça, uma árvore.

Nesse âmbito, cumpre rejeitar a tradicional separação entre sujeito e objeto operada pelos modernos. Este trabalho acolhe a provocação do filósofo Bruno Latour.⁵ Não busco, de modo algum, inverter os termos de uma relação, mas olhá-la a partir de outra perspectiva: pensar como objetos fazem sujeitos é refletir sobre o modo como estes mobilizavam e eram mobilizados por aqueles para fazerem-se modernos, ou para que lhes fosse restituído um passado perdido. Pois memórias vinculam-se a objetos, paisagens, lugares... Elas dependem do objeto tanto quanto do sujeito.

O esforço característico ao ofício do historiador é espantar-se com o óbvio.⁶ Com efeito, o estranhamento é atitude de que a reflexão histórica não deve prescindir. Olhar as coisas com olhos estranhados, ingênuos, pode se revelar em garantia contra o risco de banalizar a realidade que estudamos.⁷ Espanto-me, ao longo desta narrativa, com fatos comuns, aparentemente triviais demais para serem dignos de história, mas especialmente importantes para serem dignos de memória, como a derrubada de uma árvore ou a alteração do nome de uma rua.

O paradigma indiciário proposto por Ginzburg também inspirou alguns passos desta investigação.⁸ Pormenores de presumida irrelevância podem afigurar-se em valiosos indícios para a compreensão de uma realidade, do mesmo modo que fornecem pistas para a elucidação de um crime ou para a identificação de uma obra de arte falsificada. Ao longo deste estudo, direcionei meu olhar para detalhes, a fim de perceber os trabalhos da memória.

Qualquer reflexão contemporânea sobre o tempo implica sua rejeição enquanto categoria universal, um dado objetivo da natureza – um tempo cuja passagem se realizaria de forma absoluta para todos os homens e

⁵ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 81.

⁶ VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 21.

⁷ GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 41.

⁸ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história* Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

sociedades.⁹ Ao contrário, a noção foi percebida, neste estudo, como uma experiência cultural particular, vivida em condições específicas – no caso, a temporalidade moderna, que concebe o tempo em termos de rupturas e cortes epistemológicos, que o divide em passado e presente.

[...] a passagem moderna do tempo nada mais é do que uma forma particular de historicidade. [...] A antropologia está aí para nos lembrar que a passagem do tempo pode ser interpretada de diversas formas, como ciclo ou decadência, como queda ou instabilidade, como retorno ou presença continuada. Chamemos de temporalidade a interpretação desta passagem, de forma a distingui-la claramente do tempo.¹⁰

Além dos referenciais teóricos citados, foi de suma importância, para a realização deste trabalho, a obra de Antonio Luiz Silva Filho. Para pensar a modernidade em Fortaleza, questão complexa e repleta de nuances, foi imprescindível a leitura de *Paisagens do consumo*.¹¹ O estudo é dedicado à reflexão sobre as experiências dos habitantes com reformas públicas e objetos importados, que magnetizavam sonhos e expectativas de consumo, no final dos anos trinta e início dos quarenta. Do mesmo autor é *Fortaleza: imagens da cidade*, obra que problematiza diversos fragmentos do urbano: iluminação pública, placas de rua, vasos do Passeio Público...¹² Muitas das reflexões presentes no texto surgiram do contato com esse livro original, no que tange ao tratamento das questões relativas à cidade.

Destaco ainda o estudo de Cristina Holanda, *A construção do Templo da História: Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)*, que me indicou alguns caminhos para a abordagem.¹³ A autora problematiza o Museu Histórico do Estado, durante a administração de Eusébio de Sousa – período compreendido entre sua fundação, em 1932, e 1942, ano em que deixa

⁹ ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

¹⁰ LATOUR, Bruno. Op. Cit., p. 67.

¹¹ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

¹² SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2004. A obra foi concebida juntamente com a exposição homônima, que articulava esses e outros objetos, inaugurada em 2001, no Museu do Ceará.

¹³ HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do Templo da História. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)*. Fortaleza, 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

o cargo –, perscrutando a trajetória da instituição e a atuação de seu diretor na reconstrução do passado a partir de objetos. Entre os objetos ofertados ao Museu, encontravam-se fragmentos da cidade recolhidos ao longo de sua renovação. A partir das indagações desses autores, foi possível refletir sobre uma dimensão pouco conhecida da relação dos homens com a cidade: as memórias que se constituem a partir de vivências urbanas, no curso do tempo.

As fotografias são uma constante neste trabalho. A intenção não foi, contudo, tomá-las como mera ilustração, mas articulá-las ao texto. Elas compõem a trama, aprofundando proposições e hipóteses. Foram incorporadas em sua dimensão de fatos históricos.

Naquele universo, dois memorialistas foram selecionados: João Nogueira e Gustavo Barroso. Além de destacar sua expressividade no movimento histórico em apreço, sublinho o fato de que eles produziram a maior parte dos vestígios que chegaram até mim, o que, no entanto, não excluiu a possibilidade de ouvir outras vozes, contemporâneas destes ou não, pois elas também têm algo a dizer sobre aquela historicidade – aliás, penso que os memorialistas escolhidos inauguraram uma tradição continuada por Otacílio de Azevedo, Edigar de Alencar, Otacílio Colares e outros que se dedicaram a recordar a cidade em que viveram, insurgindo-se contra o progresso e toda a destruição trazida em seu bojo.

No primeiro capítulo, parti de um episódio comum: a derrubada de uma árvore. Chama a atenção, porém, o modo como ela foi narrada nos jornais. O acontecimento permite divisar as tensões relativas ao tempo, que se configuravam no corpo de uma cidade em transformação. A nova pavimentação, o aparecimento do automóvel no cenário urbano e o advento da iluminação elétrica constituíam-se em metáforas do progresso. Ao mesmo tempo, sua irrupção instituiu a cidade antiga, criou as condições para o culto do passado nos escritos de João Nogueira e nas crônicas radiofônicas de Raimundo de Menezes. Em uma cidade que progredia rapidamente (a própria aceleração urbana, consubstanciada na expansão do tráfego, parecia imprimir essa sensação), ocorreu esse olhar para um passado cada vez mais distante, com o avanço das reformas. Uma vez que, conforme será problematizado no capítulo, o antigo e o moderno são termos de uma relação, fez-se necessário percorrer rapidamente as transformações que se operavam na cidade.

O segundo capítulo abordou os escritos de João Nogueira e Gustavo Barroso, os quais vieram a lume em virtude da gradual destruição da cidade em que viveram. Assim, eles foram compelidos a escrever, entre outras coisas, sobre a “morte” do Passeio Público percebida no abandono e no processo de deterioração em que o lugar se achava. O mote é o texto de João Nogueira, o qual foi confrontado com outros memorialistas igualmente empenhados em fazer lembrar uma tradição outrora tão importante na vida da cidade. Impunha-se a necessidade de preservar a constituição física do passado, uma vez que ela permitia a lembrança e denotava certa continuidade com ele. Uma alegoria relativa ao logradouro constituída na literatura e no teatro também foi alvo da crítica, na medida em que permite conceber a escrita enquanto instância produtora de memórias e portadora da capacidade de recriar a realidade. O passado também estava suposto em fragmentos semânticos: em antigos topônimos cuja supressão, perpetrada pela administração municipal com o apoio dos intelectuais reunidos no Instituto do Ceará, mobilizou memorialistas a recordarem o modo como eram designados os lugares na Fortaleza antiga. Objetos, toponímia e lendas. As memórias sobre a cidade também são entrevistas em suas lendas. Certa narrativa associada à denominação de três ruas pode dizer algo sobre os caminhos da memória. O passado e os espaços são reconstruídos tanto na escrita quanto no ato de contar lendas. O desaparecimento de antigos costumes também forneceu motivos para a escrita, constituindo-se, portanto, em objeto de reflexão do último tópico, o qual também aborda a ligação dessa escrita com a morte. Proponho, em resumo, o estudo das múltiplas dimensões das memórias e das condições que as possibilitam.

No terceiro capítulo, empenhei-me em localizar os memorialistas, reconstituindo o lugar social que organizava seu discurso, as redes que configuravam sua prática. O sentimento de perda e a necessidade da escrita se inseriam em um espectro de práticas bastante específico: a cultura letrada e as sensibilidades próprias a essa vivência. Assim, vejo dedicar-se à rememoração do passado da cidade um gênero de intelectuais com experiências de leitura e escrita, que escrevia livros, artigos para jornais e revistas, e congregava-se em círculos intelectuais. Uma mesa reivindicada como compensação ao Instituto do Ceará, bem como a remessa de certo fragmento de madeira ao recém-

criado Museu Histórico do Estado, constitui-se em mote para pensar a relação entre a produção de memórias e os lugares em que se realizam. Talvez exista uma ligação entre a escrita memorialista, o Instituto do Ceará e o Museu Histórico, instituições que atuaram de maneiras distintas (por vezes conflitantes) para afirmar a importância do passado em uma cidade em transformação.

CAPÍTULO 1 - TEMPO DO PROGRESSO, TEMPO DA MEMÓRIA

1.1. “Um grande crime!”

No ano de 1929, um oitizeiro existente nas imediações da igreja do Rosário, cruzamento das atuais ruas General Bizerril e Guilherme Rocha, foi derrubado. Seria apenas mais uma árvore abatida não fosse a polêmica que o incidente gerou.

Muitos se manifestaram contrariamente à ação da municipalidade – a ordem partira do prefeito Álvaro Weyne. Em artigo de 23 de maio, publicado no *Correio do Ceará*, João Nogueira denunciou um “grande crime”.

O nosso estimado Prefeito acaba de praticar um grande crime! Talvez, mesmo, tenha feito coisa pior: cometido um pecado mortal, mandando matar o mais antigo dos seus munícipes, este inocente e querido oitizeiro da capela do Rosário.¹⁴

O episódio merecera registro do jornal *A Razão*. No dia posterior ao “crime”, o vespertino veiculou uma breve nota aludindo aos acontecimentos: contemplava-se a ação do “machado do progresso” e os protestos em contrário.

O tradicional oitizeiro que se erguia majestoso em frente ao edificio onde funciona actualmente a Secretaria do Interior e Justiça, teve hontem o seu ultimo dia de vida. O machado do progresso iniciou, pela manhã de hontem, a sua acção e, dentro de poucas horas, via-se, com tristeza, manter-se de pé tão somente o tronco da velha arvore. Muitos foram os protestos que se levantaram contra o gesto do sr. prefeito municipal, havendo mesmo quem o classificasse de barbaro. Hoje, restará do grande oitizeiro apenas a lembrança. Já é, porém um mal sem geito. Conformemo-nos.¹⁵

O desrespeito à tradição, inscrito na ação do poder público, foi censurado por Alcides Mendes, cronista do mesmo periódico. Seu texto,

¹⁴ NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha*: crônicas. 2ª edição. Fortaleza: Edições UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980, p. 157.

¹⁵ *A Razão*, 17/05/1929, p. 2.

publicado em 23 de maio, também assumiu ares de denúncia ao narrar a destruição de uma “reliquia” do passado.

Eu fui espiar, de péto, o anunciado assassinato do oitizeiro de N. S. do Rozario, na rua Coronel Beserril. [...] Quando aportei ao local do crime já o cadaver do meu venerando oitizeiro ia se deitando resignadamente no chão, para o seu derradeiro somno. [...] o róble mastodontico do oitizeiro morto era uma pura reliquia da gloriosa vida de outróra, do nosso querido Ceará. [...] Não sabemos respeitar a tradição, nem venerar os fios de barba dos antepassados.¹⁶

O jornal *O Povo* publicou, a 16 de julho, artigo assinado por Gustavo Barroso, o qual também condenava a medida. Pareceu-lhe que a sorte da árvore fora decidida em função do crescente tráfego de veículos: “[...] o impiedoso machado municipal para sempre te abateu em benefício do deus moderno das cidades trepidantes: o trafego”.¹⁷

Em *Fortaleza descalça*, livro de memórias publicado em 1975, o poeta Otacílio de Azevedo relatou experiências e impressões de sua vivência na cidade, desde sua chegada, em 1910, vindo do interior. Entre paisagens conhecidas e figuras do meio intelectual e artístico com as quais travara relações, ele recordou o oitizeiro do Rosário. No capítulo que lhe foi dedicado, narrou, condoído, seu triste fim.

Assisti, em 1929, revoltado, à derrubada do célebre Oitizeiro situado atrás da igreja do Rosário [...]. Grande número de pessoas idosas achava-se ali, aturdido. [...] Nada podia demover os operários, que apenas cumpriam um dever. Alguns deles estavam armados, prevendo uma reação mais violenta do povo. Velhos de cabelo branco que haviam brincado, quando meninos, à sombra acolhedora do Oitizeiro do Rosário deixavam escapar dos lábios murchos verdadeira saraivada de impropérios e inúteis protestos. Aos poucos, porém, a onda de rebelados, sem forças, foi-se desfazendo, frágil demais para tentar qualquer reação. A grande copa, afinal, rolou por terra com fragor, num dilúvio de folhas. Uma brisa correu – talvez o último alento da árvore. Depois, foi o tronco, cortado cerce, com o auxílio de machados. Por fim, só restaram as raízes retorcidas... Mandara abater a nobre árvore o prefeito Álvaro Weyne, depois de – magro consolo! – mandar tirar-lhe uma fotografia. Acreditamos que o ilustre edil sofreu também ao tomar essa decisão. O verdadeiro algoz

¹⁶ A Razão, 23/05/1929, p. 2.

¹⁷ O Povo, 16/07/1929, p. 3.

do Oitizeiro foi o progresso, em nome do qual se cometem tantos crimes...¹⁸

A sensação de que se praticava um crime imperdoável organizou a escrita de quem referiu ao acontecimento, em periódicos, e de uma testemunha que o vivenciou e sentiu a necessidade de contá-lo, muito tempo depois. A esse respeito, o relato de João Nogueira é esclarecedor.

Cortada a fronde e já reduzido ao tronco e a dois galhos principais, nos pareceu um supliciado a quem houvesse dilacerado o corpo e cortado as mãos e que, em último arranco, levantasse os braços para o céu clamando vingança (talvez perdão) para seus matadores.¹⁹

Gustavo Barroso também manifestou tal percepção. Após tornar à terra natal (em 1910 ele havia se transferido para o Rio de Janeiro), a fim de representar a Academia Brasileira de Letras nas comemorações do centenário de nascimento do escritor José de Alencar, realizadas no primeiro de maio, ele presenciara, desconsolado, o sacrifício da árvore.

Não houve voz, não houve pedido, não houve protesto que te salvasse. O progresso mandou que te puzessem abaixo. E tu, que perderas a grade protectora posta pela bondosa Camara Municipal de 1877, que fôras amputado varias vezes—porque já estragavas as fachadas lateraes, cortado, recortado em achas, queimaste a fogo lento nas cozinhas da Santa Casa de Misericordia.²⁰

O que dizer de Otacílio de Azevedo, que relatou ter visto ramos descreverem “círculos de angústia” no ar, e contorcerem-se pelo chão como que a sentirem dor, após caírem desfalecidos?

Um caboclo forte, no alto da fronde do oitizeiro, cortava, com afiada foice, que brilhava ao sol, os galhos mais altos. Os nodosos ramos descreviam círculos de angústia e vinham, depois, cair, exânimes, no velho e desconjuntado calçamento, num remoinho de folhas verdes e doirados frutos... A cada foiçada, soltavam-se lascas que se vinham

¹⁸ AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça*: reminiscências. 2. ed. Fortaleza: UFC - Casa José de Alencar, 1992, p. 117-8.

¹⁹ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 157.

²⁰ O Povo, 16/07/1929, p. 3. João Nogueira também refere ao gradil que teria cercado a árvore por determinado período. (NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 159)

juntar à ramagem, no chão. Aqueles ramos retorcidos pareciam sentir, convulsos, a dor que lhes causava a afiada sêgure...²¹

São textos que impressionam. Talvez porque respondiam a uma necessidade premente nas circunstâncias em que vieram a lume: mas qual? Por que a derrubada de uma árvore, acontecimento corriqueiro no cotidiano de uma cidade, provocou tal comoção na Fortaleza de fins da década de 1920? Por que a percepção de um crime? E por que a ação foi levada a cabo, embora encontrasse oposição?

A justificativa presumida para o abatimento do Oitizeiro do Rosário repousava na intensificação do tráfego urbano, o que era confirmado pelo crescente número de automóveis que transitava pelas ruas da cidade. A árvore erguia-se em uma via central – a um passo da Praça do Ferreira, ponto irradiante de veículos, onde automóveis de aluguel estacionavam e passavam linhas de bondes. Devia ser sacrificada em nome do progresso, pois, como bem percebeu Otacílio de Azevedo,

O velho Oitizeiro já não era mais que um intruso, um trambolho que impedia o embelezamento da cidade que crescia. Começavam a aparecer os automóveis que deveriam transitar por todas as artérias da cidade. A queda do Oitizeiro do Rosário marcou o desmoronamento de mais uma tradição, para dar lugar às correrias desenfreadas dos novos habitantes da pacata urbe – os bêbados da gasolina!²²

Desde a primeira experiência com um automóvel nas ruas de Fortaleza, em 1909,²³ seu número crescera consideravelmente.²⁴ Porém, o calçamento das ruas não acompanhara igual progresso – a cidade era ainda “descalça”, no dizer do poeta. O empedramento constituía-se de “seixos toscos de antiguidade quasi secular e inteiramente desnivelado”, segundo

²¹ AZEVEDO, Otacílio de. Op. Cit., p. 117.

²² Id. Ibidem., p. 118.

²³ STUDART, Guilherme. *Datas e factos para a Historia do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, t. 3, p. 203.

²⁴ Eduardo Campos, pesquisador dos costumes da Fortaleza antiga, chega a essa conclusão ao comparar as estatísticas de importação de gasolina, principal combustível da época, em fins das décadas de 1910 e 1920. Em 1919, aproximadamente uma tonelada fora importada; já em 1929, 267.228 quilogramas do produto chegaram aos portos do Estado. (CAMPOS, Eduardo. *O inventário do quotidiano* (Breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 31)

comentarista do jornal *A Razão*. Contudo, sua insatisfação advinha menos dos transtornos ao trânsito que o calçamento pudesse causar, que do aspecto desolador que conferia à cidade, infundindo-lhe, ao lado de outros elementos, certo ar nostálgico, impressionando negativamente o visitante que por ali se demorasse: “Ruas largas, ladeadas de casas baixas, de fachadas archaicas, sem qualquer arborização, tornam Fortaleza uma cidade nostalgica”.²⁵



Ruas largas, calçamento de pedra irregular e arborização ausente. A cidade havia parado no tempo? Rua Barão do Rio Branco, em 1922 (fonte: LOPES, 1998).

O aspecto da cidade denunciava: ela envelhecera. Não possuía um calçamento apropriado às novas exigências do tráfego, mas uma feição desagradável que lhe emprestava qualquer coisa de antigo, de imemorial. Nessa perspectiva, uma árvore centenária não era mais que um entrave ao progresso, no que tolhia o trânsito de automóveis, e naquilo que confessava, em sua mudez ancestral. A cidade devia seguir o rumo do progresso, e tudo o que se interpusesse no caminho era forçoso descartar.

No entanto, um de seus maiores prepostos, o prefeito Álvaro Weyne, cujos atos se revestiam não mais que de intenções progressistas (ou assim

²⁵ *A Razão*, 24/05/1929, p. 2. A arborização reclamada referia-se, obviamente, àquela domesticada, restrita a canteiros, planejada segundo as normas do urbanismo moderno.

somos levados a crer), não se furtou a produzir um lugar de memória, ordenando que se fizesse uma fotografia do Oitizeiro (um “magro consolo”, na opinião de Otacílio de Azevedo), antes que ele viesse abaixo. O que evidencia não ser lícito reduzir aquela realidade a dualismos que não expressam a riqueza e complexidade do momento – “modernos e passadistas”.²⁶ Em virtude da destruição que supõe, o progresso gera novas necessidades. O gesto de fotografar o que está a ponto de desaparecer pode sugerir o desejo de apresentar o objeto captado como vestígio de outra época – atestado frisante da mudança.²⁷ Contudo, também pode expressar o anseio de vencer a inevitável deterioração física através da cristalização de sua imagem para conhecimento da posteridade.²⁸

²⁶ Esse era o título de uma seção literária do jornal *O Povo*, no começo da década de 1930.

²⁷ MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 18, 1999, p. 112-3.

²⁸ Em meados do século XIX, parte da velha Paris foi arrasada, consoante o projeto de reestruturação urbana concebido por Haussmann. Todavia, o prefeito também contratou um fotógrafo para “retratar dezenas de lugares condenados à demolição, preservando assim a sua memória para a posteridade”. (BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 407)



A foto do oitizeiro do Rosário encomendada por Álvaro Weyne. O trabalho ainda se iniciava: notem o funcionário no alto da árvore e o guarda à espreita, na calçada oposta, postado para assegurar o cumprimento do serviço (fonte: AZEVEDO, 1992).

A aparente contradição também pode ser divisada na crônica de Alcides Mendes. Ele dizia que fora assistir ao “assassinato” do oitizeiro do Rosário, e alude a um diálogo que mantivera com um “situacionista”. Contou que, aportando ao local, indagara a alguém: “porque se fazia aquilo?”. No que lhe responderam:

– A Prefeitura, meu caro senhor, andou bem, fez bem, pensou bem. E’ injustiça accusa-la. O oitizeiro, caducando como elle andava, coitadinho, corria até o perigo, por que postado no meio de uma rua estreita, de ser apanhado por um automovel qualquer. [...] Agora, no que a Prefeitura não andou direito, foi em deixar de convidar a urbs inteira para o enterro do carcomido varão de Oitis... Que elle, convenha-se, não era só de N. S. do Rozario. Era tambem nosso...²⁹

²⁹ A Razão, 23/05/1929, p. 2.

Mesmo quem apoiava a decisão da prefeitura, dela se ressentia, manifestando seu pesar pela morte da velha árvore. Os imperativos do tráfego podiam justificar sua derrubada, mas esta deixava um vazio na paisagem da cidade. Que ao menos se enterrasse o morto a fim de que, em vez do vazio, dele restasse uma agradável lembrança! A prefeitura não pecara pela ação, mas no modo como ela foi promovida. Faltara uma cerimônia condigna ao Oitizeiro, um ritual para marcar sua passagem – lacuna que, parece-me, vem ser preenchida pela escrita.

Há outro ponto da crônica de Alcides Mendes que convém destacar, a saber, sua percepção acerca da reação dos fortalezenses à derrubada da árvore. Embora a maior parte dos memorialistas tenha registrado a revolta, este relatou a indiferença: ele afirmou que poucas pessoas “viram a consumação daquele delicto, mas sem que ninguém se importasse com o facto, ou mesmo deixasse de estar rindo”.³⁰ As memórias, assim como as realidades que fundam, são plurais. A voz destoante obriga a repensar a versão hegemônica do acontecimento, a qual alude a protestos por parte da população. Os diferentes relatos não se excluem, mas integram a mesma realidade multifacetada onde coexistiam a revolta e a indiferença em relação à determinação da prefeitura.

A recusa em ver morrer sua adorada cidade, a Fortaleza do século XIX, moveu João Nogueira a pegar a pena e relatar sua destruição, no desmoronamento de seus vestígios. A cidade em mutação era-lhe estranha, o desconcertava. Ele bem compreendia a condição do oitizeiro, pois, de certo modo, também era a sua.

Pobre oitizeiro! O teu crime foi teres vivido muito e te alimentado do passado, falando a língua antiga do Ceará que já não entende esta geração de calças largas e saias curtas. Que amargura não será viver-se tanto até ficar-se isolado, rodeado embora de uma multidão que não entendemos e que não nos entende!³¹

Mas João Nogueira também se alimentava do passado. Em uma ambiência cultural que o suprime, isso equivalia ao isolamento: a solidão que acometia a árvore era-lhe familiar. Ao compadecer-se de sua sorte, no íntimo,

³⁰ A Razão, 23/05/1929, p. 2.

³¹ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 157.

lamentava a própria. Pois falava uma língua estranha e, da incompreensão em que isto resultava, escrevia. Uma escrita de si, que contava da desestruturação de seu mundo, na ruptura do equilíbrio outrora existente entre o espaço e o homem que ele era, mas aos poucos deixava de ser, com a perda de referências espaciais.³²

Evidentemente, o prefeito não tencionava, com o abatimento da árvore, privar a capital do verde reclamado pela imprensa, pois, em sua “operosa” administração, também dinamizou a arborização da cidade. Especificamente, no plantio sistemático de *ficus benjamin*, medida que pode ser entendida como uma tentativa de sanear o espaço urbano, amenizando os efeitos negativos do acentuado crescimento urbano e expansão do número de prédios e veículos, bem como alinhar-se a finalidades estéticas: suas copas eram podadas de modo a apresentarem forma arredondada, produzindo assim uma visão agradável.³³ Mas, apesar das boas intenções, o empreendimento valeu comentário irônico de João Nogueira.

É verdade que o nosso operoso Prefeito há plantado inúmeros *ficus benjamin*, os quais, quando crescerem, não só arrebenarão as calçadas pelo desenvolvimento das raízes mas também tornarão tenebrosas as nossas célebres ‘noites de escuro’.³⁴

O cronista certamente refere-se ao “contrato com a lua”, costume antigo de manter os combustores apagados em noites de lua cheia, que perdurou por muito tempo (sobrevivera até o advento da iluminação elétrica, em 1934), gerando embaraços quando acontecia de a “contratada” se esconder, em sua natural imprevisibilidade.

A ironia em relação à “operosidade” do prefeito deve ser considerada no âmbito dos comentários favoráveis que os periódicos teciam em torno de sua administração. Estes lhe emprestavam a imagem de “administrador nada burocrata”, pois sempre era visto empregando esforços em um “reparo urgente”

³² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, p. 131-3, 137.

³³ PONTE, Sebastião Rogério. A Cidade Remodelada (1889-1930). In: SOUZA, Simone et al. *Fortaleza: a gestão da cidade* (uma história político-administrativa). Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994, p. 47.

³⁴ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 158. A arborização das ruas ainda possuía o inconveniente de acabar com tradicional forma de enunciação: antes da medida, a rua era dividida em “lado do sol” e “lado da sombra”.

ou na derrubada de uma “árvore imprestável”.³⁵ Para tanto, também contribuiu Euclides César, em seu *Florilégio*, coluna dedicada a enaltecer cearenses célebres que se destacaram por suas atividades nas artes e ciências (entre os eleitos para figurar no rol de ilustres, estiveram barão de Studart, médico e historiador, e o farmacêutico e escritor Rodolfo Teófilo). No elogio a Álvaro Weyne, o renomado professor louvou-lhe a atuação enquanto prefeito que, em menos de um ano de administração, fizera de Fortaleza “[...] uma cidade moderna, progressista, avivando a iluminação das suas ruas e logradouros, inaugurando e calçando avenidas, embelezando-as a rigor, demonstrando o quanto poderiam ter feito as administrações anteriores”.³⁶

No entanto, os mesmos periódicos que lhe exaltavam as qualidades de gestor dedicado apontavam para trechos de calçamento que demandavam reparos e ruas (mesmo centrais) parcamente iluminadas. Sua tão comentada eficiência à frente dos assuntos municipais era asseverada, mas na condição de que prontamente tomasse resoluções com vistas à correção das aludidas irregularidades.³⁷

Num primeiro relance, tais lembretes permitem divisar o alcance limitado das reformas, bem como o caráter pouco sistemático de sua execução. Após uma crítica mais ponderada, contudo, eles possibilitam localizar os discursos que afiançavam a modernização da cidade. Pois, se a realização pontual de obras públicas, como pavimentação e iluminação de ruas, sinalizava, aos olhos dos jornalistas, o progresso da urbe, também evidenciava

³⁵ O Povo, 08/04/1929, p. 4. Alcides Mendes manifestou-se contra a derrubada sistemática de árvores antigas, durante a reforma e ajardinamento de algumas praças da cidade. Correio do Ceará, 27/03/1931, p. 5. O arquiteto vienense Camillo Sitte repudiou, em sua famosa obra *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, escrita no final do século XIX, a tendência disseminada pelos “homens-régua” e seu projeto de cidade ideal, em cujo traçado predominavam linhas retas e o sistema de blocos de edifícios, que não poupava sequer árvores antigas: “Em nenhum projeto urbano podemos identificar, hoje, o princípio de se poupar cada árvore remanescente ainda capaz de sobreviver, como uma venerável estátua da história ou da arte. Não se demonstra a intenção de acolhê-la no recanto tranqüilo de uma praça com arredores adequados, seja através de desvios e curvas no traçado de uma rua ou mesmo criando-lhe uma pracinha particular, tudo em benefício dessa única árvore imponente – em vez disso, tudo é destruído de modo impiedoso”. (SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução: Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992, p. 171-172)

³⁶ A Razão, 04/07/1929, p. 3.

³⁷ A esse respeito: A Razão, 11/05/1929, p. 3; 14/05/1929, p. 2; 16/07/1929, p. 3; 19/11/1929, p. 8. Gazeta de Notícias, 25/01/1929, p. 4; 06/02/1929, p. 6; 05/03/1929, p. 8; 28/03/1929, p. 8 (suplemento); 03/04/1929, p. 6; 30/04/1929, p. 5; 06/07/1929, p. 4; 28/08/1929, p. 7. O Povo, 08/06/1929, p. 6; 06/08/1929, p. 1.

o apego a frágeis insígnias do mundo moderno, caracterizando uma modernidade vacilante que necessitava se escorar em objetos investidos do poder mágico de retirar a cidade do atraso em que dormitava: “O modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas”.³⁸

Mesmo aquele que aprovava o plano de arborização do administrador – equivocado, conforme apontou tão sutilmente João Nogueira –, reconhecia a falta em que ele incorrera, ao ordenar a derrubada da velha árvore. O articulista do jornal *A Razão*, que principiara destacando a pertinência do serviço de plantio de novas árvores, terminou por censurar o gesto imprudente.

Não deixa de causar admiração, dest'arte, o gesto da nossa edilidade, mandando proceder a derruba [sic] do tradicional oitiseiro que, segundo dados historicos conhecidos, serviu de ponto de partida á formação de uma das primeiras ruas da "Princeza do Norte". A velha arvore, naquella phrase do poeta – «vencedora do tempo e das procellas» – soffre agora o effeito do machado feroz. Queremo unir [sic] «vox populi» o nosso protesto sem resultado pratico. Porque, emfim, não é justo que ate as resoluções prefeituraes se estejam inspirando no mais desabusado e irreverente futurismo...³⁹

O articulista sublinhou a longevidade da árvore, a qual remontava aos primórdios do povoado em formação. Sua origem remota já havia sido sublinhada por Antonio Bezerra, no estudo *O Ceará* (publicado em 1888 e posteriormente reproduzido na *Revista do Instituto do Ceará*, em 1900): “Ha inda quem se lembre de a ter visto tal qual é hoje, desde o começo deste século”.⁴⁰

No seu estudo acerca da formação de novas sensibilidades em relação a plantas e animais, Keith Thomas aborda o interesse por árvores antigas. O culto que lhes rendiam os ingleses dos séculos XVII e XVIII o

³⁸ BERMAN, Marshall. Op. Cit., p. 260. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002, p. 125. As reflexões deste pensador da modernidade acerca do “modernismo do subdesenvolvimento” referem-se à cidade de São Petersburgo, no século XIX. Mas, conforme o mesmo ressalta, é possível tomar o caso russo como modelo para interpretar outras experiências (p. 200).

³⁹ *A Razão*, 18/05/1929, p. 2.

⁴⁰ BEZERRA DE MENEZES, Antonio. O oiti da capella do Rosário ou do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, t. 15, p. 119-120, 1900.

autorizou a assinalar sua importância para uma coletividade: na medida em que eram “mais velhas que qualquer dos habitantes [...] simbolizavam a existência contínua da comunidade”.⁴¹ Em sua existência sólida e duradoura, o oitizeiro do Rosário – “mais antigo dos munícipes”, “vencedor do tempo e das procelas” – conferia estabilidade à comuna, testemunhava sua continuidade, ao longo das gerações: homens e fatos sucediam-se na seqüência temporal, mas a árvore permanecia, como a lembrar aos habitantes da existência de um passado, para além da fugacidade do presente. Assim, ela proporcionava “um vínculo com a eternidade”.⁴²

Em virtude de sua perenidade, confirmada por historiadores e moradores antigos, a árvore presenciou o crescimento da cidade, transmutando-se em fonte de sua memória. Estava impregnada de passado; este corria por sua seiva, conferindo-lhe a dignidade e imponência dos que muito viveram. Talvez por isso tenha acabado dessa maneira. Conforme acusavam, era uma “velharia” que não se ajustava ao viver moderno, e, como tal, devia ser riscada da paisagem urbana. Em meio ao aparecimento de outros mitos, como o progresso, surgia como um “intruso que impedia o embelezamento da cidade”, como observara, com bastante perspicácia, Otacílio de Azevedo. Entretanto, a polêmica em torno de sua derrubada evidencia que se convertera em mito de origem. Em função de decreto municipal, não mais habitaria o mundo material, não mais frutificaria oitis, mas relatos, como a elegia de Gustavo Barroso proferida em sua memória.

Velho oitizeiro, contemporâneo da fundação de minha terra natal, ninguém te cantou a vida secular nem a morte breve. [...] Quando tu nasceste, brotando tímido do solo arenoso, a villa do Forte compunha-se duma rua torcicollosa emparelhada ao curso do Pajehú. Aqui e ali, sahia uma betêsga de mocambos e casebres de taipa. A capella do Rosario, caiada de novo, dava-te as costas com desdem. Cresceste, cresceste. A capella tornou-se igreja e a tua copa chegou á altura do seu telhado. Por cima dos cercados e das ateiras, vias para os lados do Garrote a copa historica do Cajueiro do Fagundes, que Luis da Motta Feó e Torres haveria de querer botar abaixo para recuar deante do povo assanhado e feroz. E ereis as

⁴¹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 258.

⁴² Id. Ibidem., p. 259.

duas arvores tradicionaes da cidade que se ia formando. O cajueiro, que era o açougue do burgo antigo, morreu. Tu continuaste a crescer, a deitar raízes, a aumentar a fronde no meio dos casebres barrigudos e escuros. [...] Oitizeiro velho, toda a gente te conhecia e tu conhecias toda a gente. [...] A cidade que viste nascer pôz-se moça e tornou-se mulher. Em lugar de casas de taipa barriguda, alevantaram-se os sobrados. O arrojo dos primeiros arranha-céus espantou a tua altura vigorosa. E os automoveis fonfonantes reclamaram a tua queda - porque lhes estorvavas, meu velho amigo de infancia, as suas curvas velozes.⁴³

E a árvore que simbolizava a existência da cidade no curso do tempo, que acompanhara seu crescimento – das casas de taipa aos sobrados, e destes aos arranha-céus – finalmente cedia ante as investidas do progresso. Ela que escapara ao machado municipal em 1862, quando a Câmara Municipal resolvera derrubá-la a fim de alinhar a rua em que se erguia, segundo registrou Antonio Bezerra, no estudo mencionado.

[...] apesar do respeito que infundia sua longevidade, da frescura agradável que derramava sua imensa cópa, da magestade de sua imponente perspectiva, dos encantos e poesia de que era enriquecida a sua historia, foi condemnada a ser derribada em 1862, quando a Camara municipal de então resolveu alinhar a rua. [...] Estava lavrada sua sentença de morte. Nessa ocasião, porem, passava para Palacio o Desembargador Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, e informado do caso, conseguiu salvar a arvore, obtendo da Camara, que se fizesse um muro em torno della, no qual se construísse assentos e outros serviços de aformoseamento. [...] Não foi aproveitada a lembrança do illustre magistrado; mas o oiti escapou de ser destruído, e dessa data em diante, num período de 26 annos, campeia soberano, ostentando a mais esplendida folhagem.⁴⁴

E novamente em 1914, quando protestos da população e da imprensa alcançaram impedir mais um “atentado” contra a árvore histórica. Então, o prefeito Ildefonso Albano intentara derrubá-la, mas encontrou forte oposição no jornalista João Brígido, através do *Unitário*, segundo informa a nota à crônica de Edigar de Alencar dedicada ao Oitizeiro, publicada no jornal *O Povo*, em 20 de maio de 1929.

⁴³ O Povo, 16/07/1929, p. 3.

⁴⁴ BEZERRA DE MENEZES, Antonio. Op. Cit., p. 120.

Era, talvez, um desses “objetos lendários” que habitam a cidade moderna, de que nos fala Michel de Certeau, cujo mistério de sua existência lhes é fornecido por aquilo a que resistem, impávidos: o tempo.

Por subtrair-se à lei do presente, esses objetos inanimados adquirem autonomia. São atores, heróis de legenda. Organizam em torno de si o romance da cidade. A proa aguda de uma casa de esquina, um teto provido de janelas como uma catedral gótica, a elegância de um poço na sombra de um pátio remelento: esses personagens levam sua vida própria. Assumem o papel misterioso que as sociedades tradicionais atribuíam à velhice, que vem de regiões que ultrapassam o saber. Eles são testemunhas de uma história que, ao contrário daquelas dos museus ou dos livros, já não tem mais linguagem. Historicamente, de fato, eles têm uma função que consiste em abrir uma profundidade no presente, mas não têm mais o conteúdo que provê de sentido a estranheza do passado.⁴⁵

A crônica da antiga Fortaleza – denúncia de crimes cometidos em nome de sua modernização, ritualização da perda de referências urbanas – dramatizava, assim, o progresso da cidade, que levava os homens à destruição de seus marcos temporais, balizas onde o tempo parecia deter-se, concentrar-se. A cidade de outrora, em suas paisagens e tradições, parecia findar-se: a derrubada de uma árvore centenária era um grão a mais que escorria na ampulheta irreversível do tempo, sinalizava uma guinada no rumo do progresso, apontava para outras mudanças, que se realizariam no período subsequente.

Nesse sentido, os textos enfocados são indícios das tensões relativas ao tempo que se configuravam na cidade, construções historicamente situadas destinadas a fazer lembrar em uma sociedade que buscava esquecer. Chamavam ao passado, apontando sua relevância para o presente. Acusavam uma necessidade de memória em uma cidade pouco a pouco transfigurada pelo progresso.

⁴⁵ DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 192.

1.2. “Sejamos amigos do Progresso”

O calçamento de pedra tosca constituía-se, para articulista do jornal *A Razão*, em entrave ao progresso manifesto no crescente tráfego urbano. Em 12 de maio de 1929, ele chamava a atenção dos leitores a essa indesejada herança do passado. Diferentemente daquele comentarista que realçou o feito nostálgico que o empedramento conferia à cidade, este enfatizou as necessidades práticas de uma nova pavimentação.

Ha' cousas velhas que parece nunca mereceram da imprensa a menor referencia. Correm os annos ás dezenas e ellas por ahi afóra permanecem esquecidas dos chronistas, posto que vistas por toda a gente, a qualquer hora do dia e da noite. A razão do olvido é, commummente, o facto de taes antigualhas não constituírem obstaculos á marcha desse corcel alado, que é o Progresso, ou perigos para aquelles que o cavalgam, na ansia de experimentarem a vertigem dos seus vôos... Encontram-se, porém, em Fortaleza velharias que estão no caso de ser vistas, revistas, registradas, e destruidas. São trechos de calçamento visivelmente, sensivelmente, perigosamente, improprios para as necessidades do trafego, que a cada momento [sic] se torna mais intenso. [...] Sejamos amigos do Progresso.⁴⁶

Ser amigo do progresso implicava despojar-se de resquícios do passado. Se estes obstarem a modernização da cidade – como parece ser o caso de uma árvore postada no meio de uma rua ou de um trecho de calçamento antiquado –, é motivo suficiente para que sejam riscados da paisagem urbana. O progresso, ora pintado como um corcel alado – imagem emblemática, pois bem expressa os anseios de modernização de parcelas da população, naquele tempo –, deveria seguir sua marcha inelutável.

Com efeito, Fortaleza conheceria, na década seguinte, um notável surto de crescimento urbano e progresso material. Pode-se dizer que o período se constitui em marco na história da cidade, uma vez que ocorrem modificações de relevo em sua fisionomia: a substituição da iluminação pública a gás por um sistema elétrico, em 1934; a inauguração do Excelsior Hotel, em 1931, arranha-céu com impressionantes sete andares – edificado, vale salientar, sobre as ruínas do sobrado do comendador Machado, demolido em

⁴⁶ A Razão, 12/05/1929, p. 2.

1927 (construção que datava de 1825 e guardava a marca de ser a primeira a ostentar três pavimentos, na vila recém-elevada a cidade); por fim, a pavimentação das ruas com paralelepípedos, e, nas vias mais movimentadas, a concreto, em reforma empreendida pelo interventor municipal Raimundo Girão, em 1933.⁴⁷

A pavimentação era mister em função da aceleração que caracterizava o novo quadro urbano. O antigo calçamento se achava obsoleto em relação às novas demandas de tráfego, conforme acusou o comentarista, pois a cidade não se movimentava mais como antigamente, ao ritmo moroso proporcionado pelos meios de transporte da Fortaleza antiga, os bondes puxados a burro e os “cabriolets” alugados ao velho Golignac.⁴⁸ Em vista da agilidade dos novos meios de transporte, impunham-se disposições de espaço favoráveis às expectativas de quem ansiava por experimentar a “vertigem dos vãos” do “corcel alado” em que se afigurava o progresso. Para tanto, era necessário um espaço desimpedido de árvores e nova pavimentação, com a utilização de materiais apropriados aos imperativos da velocidade. Assim, é com entusiasmo que o comentarista do jornal *O Povo* saúda os leitores com uma “auspiciosa notícia”.

[...] o sr. Prefeito da capital, major Tiburcio Cavalcanti, prosseguindo na serie de iniciativas e realizações que tanto destaque têm emprestado á sua proveitosa administração, vai iniciar dentro de breves dias a pavimentação a concreto das ruas da cidade. [...] Fortaleza, comquanto seja uma bela cidade, é inegavelmente mal iluminada e peor calçada. O nosso calçamento é o mais retrogrado dos que existem no Brasil. Pedras irregulares, que mal se ajustam, que se deslocam, se aprofundam, ou sobem de nivel, fazem o atual pavimento das nossas ruas, onde é impossivel o pedestre marchar a passo firme e os veículos circularem sem violentas trepidações. Destarte, a medida a ser tomada pelo snr. Major Tiburcio Cavalcanti é dessas que merecem francos aplausos, mormente em se sabendo que não se trata apenas de pavimentar a concreto as arterias importantes da cidade, mas igualmente de calçar a paralelepipedo as demais ruas.⁴⁹

⁴⁷ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002, p. 30; 36-41; 73-7; 116.

⁴⁸ Estes “serviam para o transporte de pessoas aos mais distantes pontos da cidade – missas, passeios, visitas, tudo isso era feito através dos ‘cabriolets’ de Golignac”. AZEVEDO, Otacílio de. Op. Cit., p. 36).

⁴⁹ O Povo, 09/03/1933, p. 1.

Nessa conjuntura, a fotografia foi convocada a testemunhar acerca da transformação da cidade.⁵⁰ A objetiva atestava a mudança no registro do que desaparecia (caso do Oitizeiro retratado), mas também foi direcionada para elementos que certificavam o adiantamento da urbe.



A foto documentava a modernização da cidade na exibição de seus signos mais emblemáticos: pavimentação com placas de concreto, tráfego urbano e canteiros centrais arborizados. O fotógrafo preocupou-se em reunir, na mesma imagem, os meios de transporte comuns ao tempo: o automóvel, o auto-ônibus (em circulação desde 1928) e o bonde elétrico (já em declínio). Rua Major Facundo, em 1935 (fonte: LOPES, 1998).

Parece certo afirmar que o tráfego era percebido como índice confiável para se inferir o progresso da cidade. Talvez não seja fora de propósito proceder a um breve retrospecto dos meios de transporte em Fortaleza, pois, além de se afigurarem em signos da modernidade, sua expansão repercute em novas formas de sentir o tempo.

Os primeiros bondes puxados a burro circularam em 1880, através de concessão da prefeitura à *Companhia Ferro-Carril*. O evento “marcou época na vida de Fortaleza”, segundo conta João Nogueira, em texto de abril de 1936. “Os que ainda restam daquele tempo se recordarão, talvez, da admiração e

⁵⁰ MONDENARD, Anne de. Op. Cit., p. 107.

dos aplausos com que foi recebido, nesta cidade, tão grande progresso”. Bandas de música, fogos de artifício e uma sessão solene da Diretoria, lavrada em ata, marcaram o “memorável acontecimento”, que contara com a presença do presidente da Província, entre outras figuras ilustres que se achavam ali presentes.⁵¹

O escritor Raimundo de Menezes também recordou, no programa de rádio *Hora da saudade*, transmitido pela estação PRE-9, os primitivos meios de transporte da antiga Fortaleza. Em 1937, a radiodifusão, tecnologia incipiente na cidade (havia então uma única emissora), permitiu que seus ouvintes, inclusive os que não podiam ler suas crônicas posteriormente editadas na *Gazeta de Notícias*, experimentassem um sentimento de nostalgia por tempos idos.⁵²

Pequeninos, modestos, dirigidos por um boleeiro, quase sempre enfiado num fraque, os primitivos bondes semelhavam, no formato, uma caixa de fósforos, tendo umas cortinas que escorriam balaústres abaixo, em proteção ao calor do sol e bátegas da chuva. Dois néscios burros, cabisbaixos, usando uns grotescos antolhos de couro, puxavam, valentemente, o veículo, vergastados por cumprido chicote, e atendendo, humildemente, aos seus nomes característicos, berrados a plenos pulmões.⁵³

Após explorar o serviço por três décadas, a *Ferro-Carril* fora vendida, em 1912, à empresa britânica *The Ceará Tramway, Light and Power*. O novo sistema de bondes à tração elétrica seria inaugurado no ano seguinte, o que, no entanto, não significou o sepultamento da antiga forma de locomoção. Conforme certifica o escritor, estabeleceu-se um “tráfego mútuo”: a substituição sucedera-se de maneira lenta e gradual, possibilitando a coexistência das duas formas de tração por certo período. O fato valera anedota de Álvaro Weyne, no jornal satírico *O Automóvel*, cujo “Dicionário” foi enriquecido de um novo

⁵¹ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 166-7.

⁵² Segundo recenseamento geral de 1920, Fortaleza possuía 78.536 habitantes, dos quais 36.165 sabiam ler e escrever. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado - Nº 2* (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, Ano III – 1937). Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1938, p. 38). O quadro certamente se modificaria, nas duas décadas seguintes, mas os números evidenciam o alcance restrito dos códigos escritos nas primeiras décadas do século XX.

⁵³ MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou*: crônicas históricas da Fortaleza antiga. 3. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 60.

verbetes: “Light – Companhia de Bondes que faz Expressos com bondes de burros”.⁵⁴

Para além do valor anedótico, o episódio permite entrever a cidade como construção humana contínua. De fato, ela não cresce “em bloco”; é, ao contrário, habitada por tempos múltiplos, marcas de outras eras e vivências a elas ligadas. Ademais, a anedota assinala o caráter incerto de um processo que também conhecia tropeços e retrocessos: no passado, como no presente, a realidade não era tão lisonjeira quanto pintavam os cronistas do progresso, conforme é possível visualizar em nota publicada na *Gazeta de Notícias*, em 24 de setembro de 1929.

Fortaleza, em materia de transporte urbano, marcha na retarguarda das suas coirmãs nortistas. [...] A *Light*, de par com um horario defficientissimo mas até certo ponto toleravel ainda conserva a mesma rêde conductora de sempre, ameaçando com a sua calma britannica a vida dos transeuntes imprevidentes. As *carroças*, que fazem de bonde, continuam a passeiar na nossa *urbs*, indolentes, os restos de sua longa existencia. Domingo ultimo, uma dellas, a de nº. 58, de 2ª. classe, com a placa «1ª. secção–Estação», ás 10,10, cançou sob o peso dos annos, bem em frente a esta redacção. Estava no *prégo* e não conseguiu reanimar as forças. Outra companheira de infortunio arrastou-a para as officinas. Pobres *carroças*... não têm direito a uma aposentadoria!...⁵⁵

De qualquer modo, o corcel seguia vencendo, não sem alguma dificuldade, os percalços encontrados no caminho: “O último bonde de burro que rodou pelas ruas de Fortaleza foi o de nº 25, guiado pelo velho Fialho, na linha do Alagadiço, a derradeira a ser eletrificada”.⁵⁶

O número de veículos conheceria um salto notável, ao longo dos anos trinta. Para atender às demandas de locomoção de uma população que quase dobrou em duas décadas – de 78.536 habitantes, em 1920, para 149.670, em 1940 –, eles mais que duplicariam, no período relativo a esta pesquisa: em 1929 eles eram 600 aproximados, para atingirem a cifra dos 1.287, em 1944.⁵⁷

⁵⁴ Id. Ibidem., p. 64.

⁵⁵ *Gazeta de Notícias* de 24/09/1929, p. 4 (grifos no original).

⁵⁶ MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 65.

⁵⁷ UCHÔA, Waldery. *Fortaleza na sua expressão histórica, geográfica e estatística*. Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1946, p. 35. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 29-30.

O aumento do número de veículos em circulação pelas ruas da cidade não se realizaria incólume: em decorrência da intensificação do tráfego entravam em cena os atropelamentos, tragédia inaugurada pela modernidade.⁵⁸ Quem folheasse o jornal, naqueles tempos de mudança, por certo ficaria alarmado ante a frequência com a qual ocorriam: automóveis, auto-ônibus e bondes elétricos cotidianamente produziam numerosas escoriações, fraturas e mortes, inclusive.

Dia a dia a imprensa citadina regista atropelamentos nas varias ruas desta capital, a maior parte devido á desenfreada velocidade desenvolvida pelos vehiculos. Hontem, mais um desses accidentes se verificou nesta cidade, sendo grave o estado da victima. Cerca das 16,1/2 horas, o auto-omnibus n. 507 A O, que tinha placa «Joaquim Tavora» e guiado pelo «chauffeur» Elyseu Alves se movimentava em direcção áquelle bairro, tendo partido da Praça do Ferreira, o qual desenvolvia, na ocasião do desastre uma velocidade de 60 kilometros. No momento em que aquelle vehiculo passava em frente á Igreja do Coração de Jesus, apanhou em cheio o menor José Barros Martins, de 12 annos de idade. Resultou desse violento choque receber o menor, que é filho do sr. Joaquim Martins, ferimentos na cabeça, fracturando a perna esquerda e ainda escoriações generalizadas.⁵⁹

Os periódicos de hoje pouco se ocupam em noticiar os “desastres de rua” (uma vez que já fazem parte de nossa rotina), mas aquele tempo deixou vestígios de como eram percebidos: o espaço que lhes era dedicado indica que se constituíam em eventos extraordinários que irrompiam na calma da vida de uma cidade pacata, até há pouco. Entretanto, é possível vislumbrar, entremeado aos relatos de acidentes, algo de laudatório, pois, como ironiza João Nogueira, em crônica de abril de 1936, estes incidentes se constituem em índices do progresso e grau de civilização alcançado por uma cidade.

Dizem certos entusiastas que os desastres de rua estão na razão direta do progresso das cidades e que são o índice (ou termômetro) pelo qual se avalia o progredir de cada terra. Quanto mais os nossos carros quebrarem pernas e matarem gente, tanto melhor, porque tais

⁵⁸ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 21; 24-27.

⁵⁹ Gazeta de Notícias, 20/02/1931, p. 8.

acidentes mostram que a Fortaleza tem vida, tem gente, movimento e progride.⁶⁰

Em virtude da aceleração urbana, percorrer os espaços da cidade era tarefa que principiava a requerer atenção constante, reflexos rápidos, gestos bruscos...⁶¹ O perigo de ser colhido por um “auto”, ao atravessar a rua ou descer do bonde, era considerável. Aos mais jovens talvez fosse possível a adaptação aos novos tempos – arremessados em um turbilhão, poder-se-iam descobrir portadores de forças que não imaginavam possuir, a fim de garantir a própria sobrevivência.⁶² Aos de mais idade, porém, restava o recolhimento à segurança do lar ou, em caso de descuido, ao tentar apanhar o bonde, à cama da Santa Casa (na melhor das hipóteses). Ou ainda a crítica velada no jornal.

A Inspetoria Geral de Veículos, órgão criado no intuito de gerenciar a nova situação, buscou coibir a “volúpia” de velocidade de alguns *chauffeurs* prescrevendo normas e punições aos infratores (da multa à suspensão da licença para guiar, e até mesmo a prisão). Em edital publicado a 17 de outubro de 1930, foram estabelecidos limites de velocidade conforme as zonas em que a cidade estava dividida: a marcha dos automóveis no perímetro central era restringida aos 10 km/h; 20 e 30 km/h, para as áreas urbana e suburbana, respectivamente; e 40 km/h, na área rural.⁶³ No entanto, a tecnologia desenvolvida para os automóveis possibilitava que atingissem, já em 1929, a marca dos 120 ou 130 quilômetros horários.⁶⁴

Em função do rápido crescimento da urbe, uma legislação adequada à nova realidade não tardaria. O *Código de Posturas* de 1932 substituiu a lei de 1893, obsoleta, pois não contemplava as novas condições, constituindo-se, portanto, em obstáculo ao progresso e urbanização da cidade.⁶⁵ O *Código* normatizava construções, dimensões de ruas e passeios, arborização de logradouros (criava até uma Inspetoria de Arborização e Jardins, com a

⁶⁰ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 166. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 21-2.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 549-550.

⁶² BERMAN, Marshall. Op. Cit., p. 182.

⁶³ O Povo, 23/09/1931. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 27.

⁶⁴ Gazeta de Notícias, 01/01/1929, p. 8; 26/01/1929, p. 4; O Povo, 07/01/1929, p. 15.

⁶⁵ *Código de Posturas do Município de Fortaleza – 1932*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 3.

incumbência de decidir sobre poda e derrubada de árvores), “garages” para automóveis, estabelecimentos comerciais e o próprio trânsito. O dispositivo legal apoiaria as ações da municipalidade que objetivavam a modernização da cidade, além de prevenir desvios decorrentes do crescimento desordenado, que se verificavam em função da ausência de um plano de urbanização.

No suprimimento de tal demanda, inscreviam-se os esforços de Raimundo Girão com vistas à criação e implementação do Plano de Urbanização de Fortaleza, durante sua administração (1933-4). A medida impunha-se, segundo o prefeito, em razão de Fortaleza ser uma “cidade de progresso rápido”, mas pouco sistemático, acarretando erros que a todo instante exigiam a aprovação de leis municipais atinentes à sua correção.⁶⁶ A elaboração do Plano coube ao engenheiro Nestor de Figueiredo, urbanista com vasta experiência, adquirida no planejamento das cidades de Recife e João Pessoa.

O tempo do progresso encontraria expressão e legitimidade na Coluna da Hora, grande torre encimada por relógio com quatro mostradores, erigida na praça do Ferreira, no final de 1933. O artefato confirmava a tendência à verticalidade do mundo urbano, já configurada na edificação do Excelsior Hotel – verticalidade outrora preenchida por árvores. Em uma cidade retrógrada, onde até o mostrador oficial da cidade, que figurava no prédio da Intendência municipal, costumava atrasar, como que a resistir teimosamente à mudança, o novo artefato simbolizava uma aceleração do tempo, representava a adesão ao tempo linear, uniforme, do mundo moderno.⁶⁷

⁶⁶ GIRÃO, Raimundo. Plano de Urbanização de Fortaleza (subsídios para a sua história). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 57, 1943, p. 213. “O advento da gestão técnica e sistemática sobre a cidade (temporalidade da ordem), em contraposição às ações pontuais e isoladas, pode ser divisado a partir dos anos 30, no intuito de demarcar uma ingerência municipal mais eficiente. A fim de materializar o planejamento urbano, conferir concretude ao esboço pensado, esse novo modelo administrativo atua buscando cercear os desvios da cidade, procura apontar-lhe as direções a seguir, suprimindo-lhe a multiplicidade de experiências, dificultando a percepção de suas outras temporalidades”. (SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 31)

⁶⁷ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 58-62.



A Coluna da hora, na Praça do Ferreira. O relógio ganhava centralidade, impondo uma nova duração à cidade. A verticalidade urbana também se insinuava no Majestic Palace, o maior prédio ao fundo.

O atraso da urbe não se manifestava apenas em seus cronômetros: a deficiente iluminação pública a gás se constituía em outro elemento que atravancava a marcha da cidade no rumo da civilização.⁶⁸ A iluminação elétrica de ruas e praças, inovação de 1934, substituiu um sistema abastecido por combustores “antiquados” e em número insuficiente, na percepção de articulista do jornal *A Razão*.⁶⁹ Não bastasse o apontado, os postes eram acesos alternadamente desde 1914, segundo João Nogueira, em função das dificuldades impostas pela Primeira Grande Guerra ao fornecimento de carvão de pedra, combustível de que dependia o sistema. O que, no entanto, não o impedia de lembrar o tempo em que “a nossa iluminação pública, se não era a melhor, era das melhores do país”, superior, inclusive, à nova iluminação, conforme afirmava em artigo publicado em julho de 1938, dedicado às formas de iluminação pública que a cidade já conheceria.

[...] mas, valha a verdade: a iluminação das nossas ruas até 1914 era mil vezes melhor que a atual. Os combustores eram implantados em ziguezague, distando cerca de trinta metros um do outro, no mesmo

⁶⁸ O Povo, 11/02/1932, p. 1.

⁶⁹ A Razão, 10/04/1931, p. 3.

lado da rua. Contribuíam para esta excelente iluminação a pequena distância entre eles, sua pouca altura (2m40), a brilhante chama em forma de leque, queimando um gás bem preparado, a tampa pintada de branco, por dentro, servindo de refletor, espalhando a luz pelas calçadas e ruas, e a manga de vidro, inteiriça. Tudo isto no alto de uma coluna de ferro fundido, elegante, esguia e canelada. Eram todos numerados.⁷⁰

Seu juízo em favor da antiga iluminação seria posteriormente questionado.⁷¹ Mas, conforme o historiador Antonio Luiz Silva Filho pontua, João Nogueira não emitia, na passagem citada, um parecer meramente técnico. Talvez ele postulasse sua preferência ao antigo sistema não porque sua luz fosse mais potente, ou constante, mas porque os velhos postes da *Ceará Gas* compunham a paisagem da cidade onde criara raízes, nas referências consolidadas ao longo do contato prolongado com o espaço, comunhão desfeita com o aniquilamento dessas referências, e conseqüentemente, do mundo onde se reconhecia.

Por outro lado, como vigilante das tradições da cidade e guardião de sua memória (função da qual se auto-incumbira, no longo e doloroso processo de modernização da cidade), a polêmica que levanta evidenciava a compreensão de que a inovação não representava benefícios tão grandes que justificassem a mudança de um componente tradicional da cidade (o sistema datava de 1867, não por acaso, ano em que ele nascera). O problema apontado nos jornais (a economia na hora de acender os combustores) haveria de ter uma solução. Mais que uma presa do saudosismo ingênuo, João Nogueira se revela um crítico mordaz do progresso sem freios, da mudança radical justificada não por um suposto conforto que dela pudesse advir, mas por seu caráter de novidade. Sua aversão não se direcionava à inovação em si, mas para sua busca desmedida, que levava os homens a esquecerem o passado, suas raízes.

⁷⁰ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 31.

⁷¹ Antonio Luiz Silva Filho estabeleceu um contraponto entre a assertiva de João Nogueira e o questionamento de Mozart Aderaldo. Este último afirmou: “Dizem os saudosistas que a iluminação da cidade até 1934 era melhor do que a vigorante a partir de então, o que constitui evidente exagero, pois, por pior que possa ser a iluminação elétrica, sempre será superior à iluminação a gás carbônico”. (ADERALDO, Mozart Soriano. *A praça*. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989, p. 57. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 31)

João Nogueira por certo não desejava uma cidade imutável – tal como a Zora pintada por Calvino, que para facilitar a memorização de seu traçado permanecia inalterada, na infindável sucessão de ruas e casas, portas e janelas, e em função disso “definhou”, foi “esquecida pelo mundo”.⁷² Toda cidade cresce, se transforma (como bacharel em Engenharia ele sabia disso perfeitamente). Mas a mudança não devia se colocar a serviço do esquecimento. Olvidar as tradições é coisa que não admitia.

O aperfeiçoamento foi saudado por segmentos sociais envolvidos na transformação da capital que ainda se deixava reger pelos ritmos da natureza, mantendo apagados os combustores quando das noites de lua cheia – o “contrato com a lua” mencionado por João Nogueira e outros memorialistas, alvo de pilhérias por parte da população. Sua luz potente teria o poder de apontar ao garboso corcel alado do progresso o caminho por onde faria sua apoteose, a passos firmes, porque mais seguros, em virtude do novo pavimento e da eletricidade que lhe alumiaava o chão.

As mudanças ocorridas nas primeiras décadas do novo século pareciam, assim, concretizar o triunfo da cidade sobre as forças da natureza: após os bondes dispensarem os burros como força motriz e uma árvore que se achava no caminho do progresso ser finalmente derrubada, era a vez de o “contrato com a lua” ser rescindido. O domínio da luz permitia escapar aos ritmos da natureza e sua regular sucessão entre dias e noites, constituindo-se em elemento definidor da “artificialidade” do mundo urbano.⁷³ A parceria com o referido satélite era coisa do passado, assunto para cronistas da Fortaleza antiga. Quando muito poderia ser lembrada, não sem uma pontinha de saudade.

Com efeito, o domínio da luz permitiu a Raimundo de Menezes evocar, em janeiro de 1938, uma cidade que parecia distante, em virtude da nova iluminação: a “Fortaleza dos lampiões a gás”.

⁷² CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 19-20.

⁷³ RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 18, 1999, p. 97. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2004, p. 134.

Fortaleza dos tempos antigos! Fortaleza d'outrora! Fortaleza dos lampiões a gás! Como eras diferente, na pacatez de cidade provinciana, na quietude de cidade ingênua. Tuas ruas estreitas, mal alumadas pelos lampiões escassos, com os sobradões sombrios na ponta da rua, com as casinhas de telhados baixos, com os teus hábitos pacatos e modestos, como eras diferentes de hoje.⁷⁴

A crônica radiofônica de Raimundo de Menezes expressava o estranho casamento entre tecnologia e tradição. Contudo, se o invento servia à rememoração do passado, também concorria para sua supressão: a Fortaleza dos lampiões a gás era uma realidade até há pouco.⁷⁵ E mesmo após a desativação do sistema, os postes ainda figuraram por certo tempo na paisagem da cidade. Segundo articulista do jornal *A Razão* que sugeriu sua remoção à prefeitura, além de enfearem a cidade, eles ameaçavam os pedestres, uma vez que pendiam, desgastados pela ação do tempo.

Poucas cousas afeiam tanto a nossa cidade, como esses já «históricos» lampeões da falecida «Ceará Gáz», plantados irritantemente ao correr das ruas e praças de Fortaleza. [...] Postes velhos, contemporaneos dos bondes puchados a burro, (aliás, os de hoje fazem pouca diferença...) por isso mesmo, deteriorados, arrebentados no alto e frageis na base, aguardam apenas a ação fatal do tempo para quebrarem-se, uma vez por todas [...] porque a Prefeitura ou quem de direito não promove a remoção desses entulhos que a «Ceará Gáz» deixou como triste herança nas ruas de Fortaleza?⁷⁶

Ao estabelecer uma mediação entre a cidade presente e a de um passado próximo, visível em cada esquina, Raimundo de Menezes procedia a uma comparação, onde sobressaía o progresso da primeira. Resulta que a última era imaginariamente banida para longe, o bastante para que pudesse dizer, a uma distância confortável, das maravilhas oferecidas pelo progresso. Ao voltar-se para o passado, sua crônica apontava o que se perdeu, mas também o que se ganhou.

⁷⁴ MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 31. A referida crônica foi citada por SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 38, 42. As datas se referem à publicação em jornal (na *Gazeta de Notícias*), posto que não é possível localizar as irradiações, ocorridas nos anos de 1937 e 1938.

⁷⁵ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 42.

⁷⁶ *A Razão*, 20/02/1937, p. 3.

Primitivamente, lá pelo longínquo ano de 1835, os habitantes da nossa capital se iluminavam, sabeis vós de que forma, meus ditosos radiouvintes, que tendes a suprema delícia de gozar os confortos e as maravilhas deste século da eletricidade? Não vos espanteis. Os fortalezenses da época conseguiam enxergar à noite por meio de pálidas e minúsculas lâmpadas de azeite, que eram trepadas nas quinas, iluminando debilmente a via pública.⁷⁷

A concessão ao espanto possibilitava ao leitor-ouvinte do presente inteirar-se do primitivismo do passado. Quanto mais este denotasse atraso, mais o presente seria valorizado, pareceria rico e expressivo. Por isso a necessidade de evidenciar a simplicidade dos meios de transporte da cidade antiga, o primitivismo das precedentes formas de iluminação pública, a singeleza do bioscópio (espécie de lanterna que projetava imagens estáticas em uma armação de pano, técnica que antecedeu o cinema) introduzido em fins do Dezenove... Celebrar a estranheza do passado, no que ele tinha de primitivo, de imemorial (ainda que não o fosse de fato, como acontece à iluminação a gás, que apenas recentemente saíra de cena), era maneira de exultar as conquistas do progresso, demonstrando o quanto Fortaleza havia mudado. O passado era, assim, esconjurado através da lembrança.

Todavia, Raimundo de Menezes não restitui, em suas crônicas, certa graça perdida à Fortaleza provinciana de outrora. Ele (e seus ouvintes) somente é capaz de apreciá-la após sua transformação, a partir do surgimento da metrópole.⁷⁸ A percepção da mudança cria a ocasião para o memorialista, possibilita o prazer experimentado na recordação do passado.

⁷⁷ MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 89. João Nogueira localiza o início da era do azeite em 1848. (NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 28)

⁷⁸ CALVINO, Italo. Op. Cit., p. 30. “Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a à atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência e a prosperidade da Maurília metrópole, se comparada com a velha Maurília provinciana, não restituem uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser apreciada através dos velhos cartões-postais, enquanto antes, em presença da Maurília provinciana, não se via absolutamente nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes, e que, de qualquer modo, a metrópole tem este atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi”.

Como a Fortaleza daquelas eras passadas, tão diferentes de hoje, tinha outro sabor, com os seus hábitos e costumes, seu primitivismo familiar, tão suave, tão gostoso, na suprema delícia de um romantismo que fala à nossa emotividade!... [...] Tinha outro sabor. Tuas ruas cheias de sol, com o calçamento de pedras pontiagudas, as praças com os seus lençóis de areia, os bairros longínquos com a suave frescura e o cheiro gostoso dos cajueiros em flor, tudo isso vem à mente com que enternecida rememoração... Os meus avós narraram-me, em noites sonoras, as tuas tradições de cidade-colônia.⁷⁹

Em função das contínuas transformações observadas na paisagem urbana, a cidade do passado emergia com uma virtude renovada. A arborização das ruas, a pavimentação a concreto e paralelepípedo, e o ajardinamento das praças conferiam certo encanto às “ruas cheias de sol, com o calçamento de pedras pontiagudas”, e às “praças com os seus lençóis de areia”. Conquanto esses elementos não inspirassem tais sentimentos à época (e talvez até gerassem algum desconforto), adquiriam, pela via da mudança, atrativos que antes não eram percebidos como tais.

Mas a partir de então o eram, em virtude do empenho de memorialistas, e das crônicas de Raimundo de Menezes difundidas pelas ondas do rádio, estranho invento que permitia o encontro do antigo com o moderno.⁸⁰

A partir da leitura de outra crônica de Raimundo de Menezes dedicada às antigas formas de iluminação pública, é possível divisar o impacto que iluminação a gás carbônico tivera sobre a cidade provinciana de meados do século XIX. A novidade foi recebida com entusiasmo, constituindo-se em notável progresso para a cidade.

Fortaleza, iluminada daquele jeito, parecia aos seus habitantes presa de um incêndio, até então, jamais visto. Toda gente ficou deslumbrada! E, no comentário da rua, os mais letrados achavam que aquilo era um enorme surto de progresso para a nossa capital,

⁷⁹ MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 33-4; 31.

⁸⁰ É importante mencionar que se tratava de uma técnica incipiente, fator que o configurava em meio de comunicação bastante restrito. O alcance das irradiações, no período, era de apenas 227,3 metros. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado. Op. Cit.*, p. 133). Acresce o preço elevado dos aparelhos: custavam, em média, 2,5 contos de réis. (A Razão, 19/11/1936, p. 12). A diária média de um chauffeur era de 8\$000 (oito mil-réis), segundo a mesma *Sinopse*.

que marchava, a passos largos, na retaguarda das grandes cidades do País e, quiçá, do mundo...⁸¹

O escritor evocava o passado (embora não o vivido, mas o recontado pelos mais velhos, ou buscado nos arquivos), mas falava de uma experiência algo familiar: a iluminação a gás nutria esse difuso imaginário do progresso, tal como a luz elétrica fazia no presente. Um signo do progresso sobrepunha-se a outro, a iluminação outrora moderna, em relação ao sistema precedente (o azeite), era arcaica em relação à nova – relíquia de um passado a sepultar. Paradoxo ou expressão de uma necessidade que assola as sociedades tocadas pela modernidade?

Um dos traços mais marcantes da moderna civilização industrial que surge na Europa (e posteriormente se irradia para outras partes do mundo) é a busca incessante da novidade – que parece nunca encontrar seu termo. Ninguém caracterizou melhor tal espírito (essencialmente ligado ao capitalismo, em sua ênfase no consumo) que Walter Benjamin – o “tempo do inferno”: “uma cultura que vive obcecada pela fantasmagoria do Novo”.⁸²

Tal obsessão parece ter agenciado os sonhos de gestores públicos e setores da imprensa, na Fortaleza dos anos trinta, fomentando uma destruição jamais vista. O caráter de novidade de certo invento ou de determinada obra pública justificou a renovação da cidade, na qual se inscrevia a prática de muitos “crimes” contra sua história. Alguns memorialistas foram eloqüentes na censura à volubilidade de seus contemporâneos, seduzidos pelas promessas desse mundo novo que se lhes insinuava. Criticaram os novos deuses da cidade, questionando-lhes as supostas virtudes. Assumiram o compromisso com a memória, lembrando à coletividade a relevância do passado.

A ânsia de conferir um novo aspecto à cidade por vezes imprimiu uma fúria devastadora às reformas. O cronista do jornal *O Nordeste*, que assinava seus textos sob o pseudônimo de Licurgo, criticou o modo precipitado com o qual o serviço de pavimentação das ruas que circundavam a praça do Ferreira vinha sendo feito, o que terminara por obstruir o trânsito de pedestres para

⁸¹ MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 91.

⁸² BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Ed. USP; Fapesp, 1994, p. 136. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003. (Cadernos Paulo Freire, v. I), p. 27.

aquela praça. Ao passar por ali, conta que tivera a impressão de uma enorme catástrofe que se abatera sobre a cidade: “Ninguém sabia onde pisar. Tinha-se a idéia de que um terremoto deslocara o empedramento da cidade, fazendo um estrago irremediável”.⁸³ É verdade que o episódio estava ligado a um evento particular: a visita do presidente Getúlio Vargas a Fortaleza, em 1933. Contudo, não podemos desprezar sua similitude com os fatos levantados até o momento. Se a passagem do governante representou o estopim, o artefato já existia. A causa imediata não pode ser dissociada de outras causas, que não a antecipam, mas convergem em um mesmo movimento. Uma vez mais, o fetiche do moderno havia orientado a ação de determinados grupos sociais, em sua incessante luta contra fantasmas e na impetuosa perseguição de miragens e sonhos de modernidade.⁸⁴

Indício de que se viviam novos tempos (ou que assim se desejava) é o emprego, pela publicidade, de certo adjetivo que instituía, imaginariamente, uma nova ordem. O mundo moderno, sonho abraçado por gestores públicos e parte da elite letrada, mostrava-se em flashes, nas páginas dos jornais: nos filmes em cartaz no Cine Moderno (inaugurado em 1922); na medicina moderna e suas panacéias que prometiam a cura de todas as enfermidades; em aparelhos modernos e suas promessas de conforto e economia de tempo e dinheiro...⁸⁵ O uso do adjetivo assinala, segundo o filósofo Bruno Latour, uma ruptura no tempo, instaurando, simultaneamente, um novo regime, e definindo um passado já superado.

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”,

⁸³ O Nordeste, 23/09/1933, p. 4.

⁸⁴ Fantasias passíveis de serem satisfeitas, em grande medida, por conta do grande número de retirantes que chegava à capital, fugindo da seca. Nessas condições, eles seriam utilizados como mão-de-obra barata em diversos empreendimentos urbanos. (RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração no Ceará*: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p. 19-28)

⁸⁵ Anúncios em jornais são indícios reveladores da produção em massa de desejos e expectativas de consumo. Uma crítica arguta a esse tipo de fonte pode ser encontrada em SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit., p. 513-619.

“modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável.⁸⁶

Um novo tempo era assim instituído. Havia um passado, perceptível na mudança, tangível em fragmentos. A partir desse sentimento, o mesmo universo cultural gerou atitudes aparentemente díspares, mas na realidade profundamente interligadas: os ímpetos de destruição e conservação. Não há contradição entre ambos se percebermos que a necessidade de recordar o passado da cidade surge em função de sua modernização. Que o antigo só existe em relação ao moderno, e o memorialista, em virtude do urbanista e seu toque renovador que a tudo transforma.

Outra convergência: à primeira vista, são projeções em direções opostas (visando ao passado e ao futuro), mas talvez apontem, afinal, para o mesmo sentido: o futuro. Em sua obra monumental, o urbanista tem em vista a instauração de um novo tempo, no legado de um espaço homogêneo, desprovido de qualquer traço que denunciasses o passado. Também o memorialista preocupa-se com a posteridade quando critica a destruição de objetos significativos para a história da cidade. O que legar ao futuro é o cerne de sua prática: uma cidade inteiramente reformada (que o deverá ser novamente, segundo os princípios a partir dos quais foi edificada) ou uma cidade povoada de “objetos lendários”, que chama à reminiscência, que recorda a existência de um passado que não volta mais, mas do qual não deviam se esquivar de uma respeitosa lembrança. É a dialética entre lembrança e esquecimento que entrava a ser encenada na cidade, quando os cidadãos principiavam a se acercar de que havia um passado. Os atores desse drama que ganhava ares de tragédia (no estilo contundente da pena de João Nogueira, Gustavo Barroso e outros) combatiam em um campo específico na elaboração de memórias: a palavra escrita.

⁸⁶ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 15. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 5.

CAPÍTULO 2 – TEXTOS E MEMÓRIAS: PEDRAS, NOMES, COSTUMES

2.1. O Passeio Público dos “bons tempos passados”

“O Passeio é lugar morto: o público fugiu e não há esperança de animá-lo mais”.⁸⁷ Assim lamentou João Nogueira, em agosto de 1932, o abandono em que jazia o logradouro. Desde a reforma de 1879, quando recebeu farta iluminação a gás e ajardinamento, o Passeio Público tornara-se uma das principais atrações da cidade. No entanto, a freqüência arrefecia. As retretas que ali se realizavam, quando a população se reunia às quintas-feiras e aos domingos para apreciar a música das bandas do 15º Batalhão e da Polícia, rareavam.

Tais eventos ganhavam os novos jardins públicos, como o da praça Visconde de Pelotas, criados durante o programa de remodelação e ajardinamento das praças da cidade, iniciado na gestão de Álvaro Weyne e continuado por seus sucessores.⁸⁸ O tempo do Passeio findara; ele parecia com sua geração: “[...] o público que o freqüentava e tanto o apreciava já está mui reduzido e a nova geração não o procura”.⁸⁹

Indício dessa vida que se esvaía era o estado em que se encontrava o jardim, deplorado por articulista do jornal *O Nordeste*. A “exuberância de vida vegetal”, que em outros tempos caracterizara o logradouro, cedia lugar a um quadro de “esterilidade” e desolação.

Houve tempos em que a sua grama era bem cuidada, os canteiros estavam sempre cobertos de flores, as arvores sombreavam as alamedas e davam um aspecto sobremodo agradável áquelle recanto

⁸⁷ NOGUEIRA, João. O Passeio Público. *Fortaleza velha: crônicas*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980, p. 25.

⁸⁸ “Domingo ultimo, foi franqueada ao publico a Praça de Pelotas, que acaba de passar por excellentes melhoramentos, calçada, em aleas e ajardinada. E’, innegavelmente, um importante logradouro de que se acha dotada Fortaleza. Bem illuminado, arborizado, com um coreto, um tanque, cuja fonte será montada brevemente, quadrado para recreio de crianças, canteiros e diagonal cortando a praça ao meio, e pela qual podem trafegar vehiculos. A illuminação é feita a gás carbonico”. (*O Nordeste*, 01/08/1933, p. 7). “Fortaleza é a cidade dos jardins”, exclamava articulista da *Gazeta de Notícias*, em 30/07/1933, p. 3.

⁸⁹ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 16.

da cidade, tão acessível a toda gente, por se achar a poucos passos das arterias mais centrais. [...] Hoje, a relva já não cobre com o seu tapiz verde a areia revolvida dos canteiros, onde não ha um sorriso de flor. Paira um tom de esterilidade, onde outr'ora havia tanta exuberancia de vida vegetal.⁹⁰

O abandono também foi percebido por Adília de Albuquerque Moraes, em agosto de 1933. A escritora e colunista do jornal *O Povo* reconhecia sua vocação natural para logradouro aprazível, destacando as qualidades e atrativos que por muito tempo seduziram a elite fortalezense de outrora. Mas lastimava a indiferença que a população lhe dedicava, no presente.

E' deveras lamentavel o abandono em que deixámos o nosso Passeio Publico, tão belo, tão higienico, tão deleitavel. Bafejado pelas auras marinhas, encravado numa proeminencia donde se descortina uma perspectiva soberba, estava fadado a ser, sempre, um dos logradouros preferidos pela elite fortalezense, como já o foi em tempos passados. Tenho censurado, mais duma vez, destas colunas, a nossa volubilidade. Só rendemos culto á novidade!⁹¹

A glória passada do logradouro foi evocada por Gustavo Barroso, no artigo “O Netuno de água doce”: “[...] era o Passeio Público nos bons tempos passados o ponto de reunião preferido pela população fortalezense”. Todavia, um destino nada lisonjeiro o espreitava, na época “materialista” em que o intelectual escrevia.

E agora, ao invés de se tomarem medidas que salvaguardem a tradição secular daquele recanto ilustre e glorioso, restaurando o que fôr possível restaurar, corre a notícia de que o velho Passeio Público será riscado do mapa urbano e transformado em ponto de estacionamento de automóveis. Será possível tanto desamor às nossas mais veneráveis tradições? Será possível que a mecanização materialista da época assassine a alma das cidades? Será possível que dentro em pouco, como única testemunha da glória morta do Passeio Público cearense, reste sòmente o Netuno de água doce banido à margem cimentada da velha lagoa do Garrote?⁹²

⁹⁰ O Nordeste, 17/05/1929, p.

⁹¹ O Povo, 10/08/1933, p. 3.

⁹² BARROSO, Gustavo. In: *À Margem da História do Ceará*. 2. ed. Rio; São Paulo; Fortaleza: FUNCET, 2004, p. 273-4. Com a destruição do segundo e terceiro planos, que juntamente com o primeiro, localizado no mesmo nível da cidade, compunham o logradouro, foi “o pobre do Netuno levado para o lago do Parque da Liberdade, depois Cidade das Crianças, [onde] passou a ameaçar com o tridente inútil as águas doces da antiga lagoa do Garrote” (p. 272).

O Passeio Público estava morto. Uma tradição secular encontrava seu termo. O progresso sepultara o lugar, e havia decidido sua sorte: estacionamento de automóveis. Mas como conceber tal abandono? Por que ele foi pranteado na imprensa?

O declínio da frequência é localizado por Sebastião Ponte nas décadas iniciais do novo século, quando surgiam outras opções de lazer para a população, como o Teatro José de Alencar, cujas obras foram concluídas em 1910, e os Cinemas Majestic e Moderno, inaugurados em 1917 e 1922, respectivamente.⁹³ Outrossim, tal abandono também decorria, no parecer do mesmo historiador, do desprestígio em que incorria o centro da cidade enquanto área residencial. As camadas médias e dominantes o preterem, a partir da década de 1920, em favor de outras áreas, ocasionando o surgimento dos primeiros bairros elegantes de Fortaleza: Jacarecanga, no mesmo período, e Praia de Iracema e Aldeota, nas décadas seguintes (1930 e 1940, respectivamente).⁹⁴

No entanto, os escritos assinalados em princípio parecem apontar outro caminho para a compreensão desse abandono. O receio de Gustavo Barroso acerca da possibilidade de o Passeio Público vir a ser um estacionamento para automóveis parece verossímil se atentarmos ao fato de que, anos antes, João Nogueira temia que ele pudesse ser “aproveitado” tal como ocorrera a outras praças da cidade.

O Passeio é lugar morto: o público fugiu e não há esperança de animá-lo mais. – Há, disse-nos aquele amigo, logo que foram (sic) aproveitadas todas as praças da cidade. *Aproveitadas?* Diga, antes, obstruídas. A Fortaleza tem o mau vício de ocupar as suas praças em vez de abri-las. Veja lá: a Praça da Sé com uma igreja no meio; a do Carmo, idem; a do Colégio com a Escola Normal; a da

⁹³ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001, p. 31. A esse respeito, testemunha Edigar de Alencar: “Depois do Majestic, foi inaugurado pela mesma empresa [Luís Severiano Ribeiro] o Cine-Moderno, que logo se tornou o principal cinema do Estado. À sua última sessão, de domingo, acorria toda a sociedade de Fortaleza, que antes esparecia na retreta do Passeio Público. Antes das nove horas, o mundo elegante abandonava o velho logradouro e desembocava pela Rua Major Facundo, desfilando pelas inúmeras rodas da calçada das residências dos sírios rumo ao Moderno”. (ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de ontem e anteontem*. Fortaleza: Edições UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980, p. 47)

⁹⁴ PONTE, Sebastião Rogério. A cidade remodelada (1889-1930). In: SOUZA, Simone et al. *Fortaleza: a gestão da cidade* (uma história político-administrativa). Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994, p. 46.

Assembléia, coitada, já não existe; a da Piedade, com outra igreja; a do Patrocínio [José de Alencar], por um triz não ficou com um teatro no meio. Dizem, muito em voz baixa, que pretendem construir a Academia de Direito na de Pelotas e na Fernandes Vieira uma escola, não sei de quê... Estou vendo a hora em que levantam na Praça do Ferreira um brilhante e amplo cassino. Não há local mais apropriado... – Meu caro, *praças* são áreas que se devem aproveitar. Quando não, só servem para barulhos de dia e vadiagem de noite. Demais, o urbanismo moderno... Basta! Você tem razão, dissemos. Em uma cidade como esta, que não tem mais para onde se expandir, é natural, naturalíssimo, que se aproveitem esses vãos inúteis, com alguma coisa útil...⁹⁵

Se o problema da ocupação de praças não era recente, o “urbanismo moderno” reeditava a norma, prescrevendo seu “aproveitamento” segundo as novas necessidades geradas pelo progresso: elas poderiam ser convertidas em úteis estacionamentos, uma vez que se afiguravam em áreas naturais – eram “vãos inúteis”, espaços abertos, desimpedidos.⁹⁶

O Passeio Público, recanto ligado a muitas tradições – fora a primeira praça de Fortaleza⁹⁷ –, estava fadado a soçobrar ante essa lógica utilitarista. Ameaçava desaparecer sob assédio dos novos habitantes da urbe: os automóveis. Eles tomavam a cidade de assalto, demandavam espaço para estacionar, enquanto aguardavam, inertes, até que os homens novamente necessitassem de sua velocidade. Uma nova temporalidade apoderava-se da cidade: “uma vez que se tornou função da movimentação, o espaço público perde todo sentido próprio independente para experimentação”.⁹⁸

Nessa percepção, o espaço urbano transfigurava-se em distância a ser vencida. Contingência histórica que inaugura o moderno “passar”, ato

⁹⁵ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 25-6 (grifos no original).

⁹⁶ Muitas praças seriam aproveitadas segundo essa lógica, ao longo da primeira metade do século XX: algumas delas foram ocupadas por edifícios e outras (caso das praças do Ferreira e José de Alencar) tiveram seus espaços verdes sacrificados, para a criação de pontos de estacionamentos de automóveis. (JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 39 e 41)

⁹⁷ Em meados do século XIX, era já usufruído dessa forma pela população: “Em 1850, verificando ser o local preferido para passeios matutinos e vesperais dos moradores próximos, ideou o presidente da província Dr. Fausto Antônio de Aguiar transformá-lo num Passeio Público, como era uso terem todas as cidades em Portugal e no Brasil. O governo provincial, porém, só realizou esse projeto em 1864”. (BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Op. Cit., p. 272)

⁹⁸ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 29. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003. (Cadernos Paulo Freire, v. I), p. 18.

impessoal e mecânico caracterizado por passos apressados e gestos furtivos, que, ao tornar invisíveis os marcos espaciais, constrói um “espaço sem lugares”. O “caminhar”, ao contrário, fixa a atenção, possibilita a apropriação das topografias da cidade, ativa a memória ao permitir a “recolha de fragmentos de histórias pessoais e do lugar”.⁹⁹

O deslocamento excita a imaginação. Indaga, perscruta, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. Um marco remete a outro logo em seguida, na cidade onde se viveu por longo tempo. A lembrança constitui o trajeto, obscurece as distâncias, põe em relação. [...] Ao interromper o fluxo da exploração do espaço na sua superficialidade, fixando-se num ponto, a memória desencadeia a vertigem da profundidade. Neste sentido, caminhar pela cidade é decifrar aos poucos, e pelo movimento, um palimpsesto.¹⁰⁰

Tal deslocamento referencial possibilitava, nos passos de quem se entrega à meditação dos lugares familiares, a evocação de um passado que não volta mais, mas poderia ser chamado à lembrança enquanto da conservação de marcos espaciais: “Aqui, o mês passado, queixávamo-nos a um amigo de terem arrancado as grades do Passeio. Que mal fazia aquele gradil custoso e forte e já quase histórico?”.¹⁰¹ O gradil fora aproveitado, como queria que fosse a praça inteira aquele defensor de uma urbanidade moderna: “Aquelas grades custosas e fortes foram distribuídas por aí além... Resta um trecho ao longo da Avenida Caio Prado. Parte se encontra em um jardim particular da Rua da Boa Vista”.¹⁰²

Mas o gradil ainda conservava sua funcionalidade ao favorecer um costume que talvez não inspirasse muita simpatia aos adeptos da modernidade, por seu teor provinciano e bucólico. Restringindo o acesso aos portões, ele facilitava a cobrança de entrada às quermesses que se realizavam em benefício da Santa Casa de Misericórdia. Aliás, ocorrera no Passeio a

⁹⁹ ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: Sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: n. 23, 1994, 198. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Op. Cit., p. 19.

¹⁰⁰ ARANTES, Antônio Augusto. Op. Cit., p. 198.

¹⁰¹ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 24.

¹⁰² Id. Ibidem.

primeira quermesse no Ceará. “Em 1887 houve lá a primeira *quermesse* do Ceará. Em benefício da estátua do General Tibúrcio, rendeu um dinheiro louco: oito contos”.¹⁰³

O espaço assumia, nesse âmbito, uma função mediadora. Uma ponte que, estendida por sobre o abismo que separava o presente do passado, ia reuni-los novamente? Talvez a tela onde se projetassem quadros do passado, cujo dispositivo era acionado no ato de caminhar por um espaço ainda não desfigurado pelo progresso. As memórias se prendem aos lugares: eles ativam os mecanismos que atualizam experiências, afirmando a importância do passado em um presente de mudança.

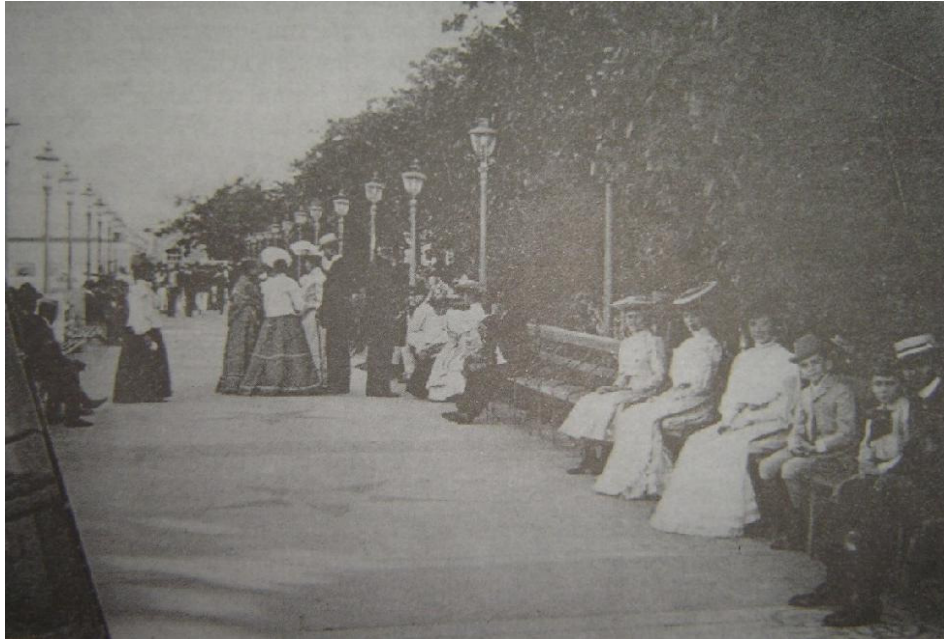
Deviam, pois, os lugares permanecer, a fim de lembrar os mortos da cidade. Túmulos? Por que não? Embora João Nogueira não professasse nenhuma religião – atribuíam-lhe mesmo certo “ceticismo religioso”¹⁰⁴ –, o respeito aos que se foram era, conforme é possível inferir da leitura de outra crônica de seu punho, uma de suas marcas.¹⁰⁵ Se aos homens eram dedicados ritos fúnebres, quando de sua passagem, um lugar que havia servido a estes, em vida, também merecia consideração especial. O Passeio Público devia tornar-se monumento. O prestígio de outrora não poderia mais ser recuperado, malgrado os esforços de fazê-lo voltar à vida: “Agora, que a Municipalidade mandou retirar as grades que o circulavam, o velho Passeio voltou à baila, mas isto será por curto tempo, tal e qual acontece a pessoas esquecidas do público, que vêm à tona por momentos, se lhes sucede algum desastre ou morrem”.¹⁰⁶ Que fosse, então, um templo onde os mais antigos poderiam cultuar o passado.

¹⁰³ Id. Ibidem., p. 21.

¹⁰⁴ VALDEZ, Alba. João Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, t. 61, 1947, p. 243.

¹⁰⁵ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 74-8.

¹⁰⁶ Id. Ibidem., p. 16.



Passeio Público (Avenida Caio Prado), em foto de 1906 (Álbum de Vistas do Ceará, 1908): de área de lazer...



... a templo da memória (Fonte: LOPES, 1998). A segunda imagem confirma o abandono: bancos arrancados (ver destaque) e vegetação escassa.

Para Adília de Albuquerque, no entanto, tratava-se de manter viva uma tradição que não fora exatamente sua, mas de seus pais e avós. Ela revelou vivo interesse no logradouro freqüentado por suas antepassadas, conclamando as mulheres de seu tempo a perpetuarem a tradição. Transparecem, na

crônica, anseios de continuidade: a tradição devia permanecer, o passado devia continuar no presente a fim de criar um futuro conhecido, familiar.

Por que votar desprezo ao nosso velho amigo—situado num local histórico—local onde foi derramado o sangue dos nossos heróis e do qual germinou a fecunda semente da liberdade? Por que relegar ao silêncio suas Avenidas características, onde o povo se distribuía, outrora, numa divisão encantadora, espontânea, natural, para gosar, ao seu modo, aquelas noites incomparáveis? Logradouro predileto de nossas mães e avós, era ali que se exibiam as modas, se iniciavam os namoros e os casamentos se apalavravam.¹⁰⁷

Gustavo Barroso estava em posição ainda mais singular, em virtude de seu afastamento da cidade onde nascera – em 29 de dezembro de 1888 – e crescera. Após escrever contra o regime Acióli, na imprensa oposicionista – no *Jornal do Ceará*, especificamente – vira-se obrigado, segundo conta em suas *Memórias*, a mudar para o Rio de Janeiro, em 1910, movido pelo receio de represálias.¹⁰⁸ A distância temporal era também espacial, o que frutificava a lembrança de um passado eivado de idealização. Sua reconstituição, pela memória, de um terceiro plano do Passeio Público anterior à degradação física é permeada pela lembrança de um paraíso perdido.

No Terceiro [plano], [havia] um grande lago alimentado por um braço do riacho Pajeú; no meio do lago, uma ilha, onde sobre uma pirâmide de seixos se ergue, fitando o mar e brandindo seu tridente, uma estátua de Netuno; pontes, barquinhos, touceiras de palmeiras, dois quiosques orientais coroados de meias luas e bichos à solta: emas, cisnes, veadinhos salpicados de branco. Quando eu tinha quatro e cinco anos adorava aquela parte do Passeio Público. Quando lá me levavam, não queria mais sair e ia para casa em prantos.¹⁰⁹

O escritor ainda voltaria ao Ceará, em 1914, para ocupar o cargo de secretário do Interior no governo de seu primo Benjamim Barroso. Desde

¹⁰⁷ O Povo, 10/08/1933, p. 3. Por decisão da Câmara Municipal, o logradouro fora batizado, em 1879, praça dos Mártires, a fim de perpetuar a memória dos heróis da Confederação do Equador que ali foram executados. (STUDART, Guilherme. *Datas e factos para a História do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, t. 2, p. 253). Suas alamedas lembravam o nome de alguns deles: (Coronel Feliciano José da Silva) Carapinima e (Padre Gonzalo) Mororó.

¹⁰⁸ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. O Consulado da China. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000, p. 203.

¹⁰⁹ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000, p. 176-7.

então, tornava ele à terra natal ocasionalmente, apenas para constatar, angustiado, que esta se ia transformando: “Agora, o Terceiro Plano está completamente abandonado. O Segundo também. Somente se abre ao público o Primeiro, onde as bandas militares vêm tocar às quintas e domingos”. Em suas *Memórias*, Gustavo Barroso recorda o que não existe mais; mas recoloca no lugar as pedras da cidade, na reconstrução de paisagens de infância: “À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”.¹¹⁰

Em meio às contínuas mudanças na paisagem da cidade, o Passeio Público parecia conservar algo que escapava ao mundo moderno e sua lógica racional. Em função do sentimento de ruptura ocasionado pela mutação da cidade, afigurava-se em elo com o pretérito, restituía uma continuidade, assegurada mediante sua preservação enquanto suporte físico da memória. Guardava, em sua existência subtraída da atualidade, algo que faltava aos novos equipamentos, cinemas e novos jardins, perdidos em sua praticidade de lugar de encontro e vitrine de ostentação de riqueza.¹¹¹ Achava-se o lugar nesse cruzamento de tempos: era vivido de outra maneira, pois em parte havia perdido sua funcionalidade; adquiria estatuto de objeto antigo, que existe tão somente para significar o tempo.

O objeto antigo é sempre, no sentido exato do termo, um “retrato de família”. Existe sob a forma concreta de um objeto, a imemorialização de um ser precedente – processo que equivale, na ordem imaginária, a uma elisão do tempo. É isto que evidentemente falta aos objetos funcionais, que existem somente na atualidade, no indicativo, no imperativo prático, esgotando-se no seu uso sem ter tido lugar outrora e que, se asseguram mais ou menos bem o meio ambiente

¹¹⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 452.

¹¹¹ Sobre a função social do Majestic, recorda Edigar de Alencar: “Repita-se aqui que talvez mais da metade dos freqüentadores do principal cinema nas noites de sábado e domingo, cumpriam apenas um dever social, por exibição, porque fazia parte da vida mundana aquela sessão de cinema, ponto de encontro de namorados ou desfile por vezes magnífico de elegância e beleza”. (ALENCAR, Edigar de. Op. Cit., p. 47). O Passeio Público também servira de vitrine, em tempos de grande freqüência: “... ia-se ao Passeio para andar, para se mostrar aos outros como numa vitrine”. CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1985, p. 67.

no espaço, não o asseguram no tempo. [...] O objeto antigo dá-se portanto como mito de origem.¹¹²

Era tradição secular à qual acorriam os memorialistas, em meio à “mecanização materialista” dos tempos modernos, que ameaçava eliminar o que a cidade possuía de mais valioso, aquilo que lhe possibilitava uma existência no tempo: uma praça, uma árvore antiga, antigos topônimos... Frágeis testemunhas de outras eras, pálidas sombras do passado. Pontos de fuga, na paisagem modernizada da cidade: “Os restos de passados que se foram abrem, nas ruas, escapadelas para um outro mundo”.¹¹³

Há outro aspecto na evocação do Passeio Público que requer uma reflexão ponderada. Em sua coluna, Adília de Albuquerque comentou a afluência de outrora sem, contudo, descuidar de mencionar um detalhe: sua divisão em avenidas (ou alamedas, vias ensombradas por árvores que cruzavam a praça), onde o público se distribuía de forma “encantadora, espontânea, natural”. Tal imagem é corrente na escrita memorialista sobre a cidade. Invariavelmente, mencionou-se a perfeita separação entre os grupos sociais que freqüentavam a praça, cada qual a ocupar uma de suas avenidas.¹¹⁴ Gustavo Barroso referiu a essa divisão no artigo mencionado.

Do porto se avistava a linha multicolor de sua iluminação festiva. Num coreto chinês, as bandas militares tocavam às quintas e domingos. A gente fina enchia a avenida Caio Prado, cujas batalhas de *confetti* no Carnaval se tornavam famosas. A gente de menos tom freqüentava a Carapinima. O povo miúdo ficava na Mororó. Separação de camadas sociais natural e espontaneamente feita.¹¹⁵

A separação voluntária que supostamente caracterizou o cotidiano do logradouro, em certo período, também é afiançada por Mozart Soriano. Em sua

¹¹² BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Tradução: Zulmira Ribeiro Tavares. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 83-4. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*. Op. Cit., p. 43-44.

¹¹³ DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 191.

¹¹⁴ As reflexões a seguir partiram do questionamento de Antonio Luiz Silva Filho a essa “separação espontânea” (SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2004, p. 98-99)

¹¹⁵ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Op. Cit., p. 273.

História abreviada de Fortaleza, livro publicado em 1974, o estudioso da cidade oferece uma descrição de como ela se operava.

Ressaltemos que no Passeio Público havia três alamedas, conhecidas como *avenidas*: – Caio Prado, olhando para o mar; a do centro, denominada Carapinima, fronteira à porta principal da Santa Casa; e a Mororó, mais próxima do calçamento da Rua João Moreira. Nelas se observava uma separação voluntária das classes sociais: numa alameda a grã-finagem; na outra, a classe média; e na terceira as domésticas.¹¹⁶

Ao registrá-la, contudo, ele se baseava na burleta (comédia teatral, geralmente musicada) *O casamento da Peraldiana*, de Carlos Câmara, escrita em 1919. A primeira cena do segundo ato principiava com a apresentação do espaço onde a trama ia se desenrolar: o Passeio Público e as três avenidas que compunham o primeiro plano, situado no mesmo nível da cidade – Caio Prado, Mororó e Carapinima. Estas entoavam os seguintes versos:

CAIO PRADO

Da Caio Prado é o pessoal smart.

MORORÓ

E a Mororó é a mais popular.

CARAPINIMA

Carapinima, meus senhores, representa
A bela gente que a frequenta.

AS TRÊS

Garbosas e assim floridas,
Nós somos as três Avenidas
Deste Passeio – centro predileto
Do que há de mais seleta. (Bis)

[...]

Viva a Caio Prado,

¹¹⁶ ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. 3ª edição. Fortaleza: Edições UFC, 1998, p. 34. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Op. Cit., 98-9. Referências a essa “perfeita e espontânea separação” de classes, também podem ser encontradas em GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: BNB, 1979, p. 148; e AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça: reminiscências*. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1992, p. 50.

Viva a Carapinima
E a Mororó que é do agrado
Do Zé Povinho que tanto a anima.¹¹⁷

A imagem também pode ser rastreada na literatura. Ela se insinua no romance *A Normalista* (1893), de Adolfo Caminha, mais precisamente, no encontro entre a protagonista, Maria do Carmo, e Zuza, o estudante de direito – momento em que a ação é deslocada para as avenidas do Passeio Público. A seqüência transcorre em animada noite de retreta, quando bandas de música executavam canções da moda, no coreto localizado no segundo plano, e a multidão se aglomerava nas avenidas. O romancista pinta um cenário fantástico da Caio Prado: a alameda recebia senhoras elegantemente trajadas, em diversas cores, e seu aspecto lembrava “um terraço oriental onde passeassem princesas e odaliscas sob um céu de prata polido”. Por outro lado, a Mororó é descrita em tom mais realista: “mais larga que as outras, havia uma promiscuidade franca de raparigas de todas as classes”. A aléia possuía uma freqüência pouco lisonjeira: era freqüentada por criadas, “filhas de família pobre em trajes domingueiros” e “mulheres de vida livre”.¹¹⁸

Os memorialistas recordaram um Passeio Público onde os freqüentadores sabiam respeitar as hierarquias, reproduzindo, no espaço, as distinções sociais. Mas o presente era bem menos aprazível que o passado idealizado. Rompia-se com a tradição, conforme notou comentarista do jornal *O Nordeste*, o qual apontou, em agosto de 1933, a necessidade de uma polícia de costumes, a fim de que ela fosse observada.

Quinta-feira, assistindo á retreta da banda do 23.º B. C., no Passeio Publico – por signal que magnifica – pudemos constatar a falta de policia de costumes naquelle logradouro, aliás o mais aprazivel e menos frequentado da nossa capital. Vimos, por exemplo, a promiscuidade de familias com certas mulheres de vida airada, no primeiro plano, o que não se coaduna com os nossos costumes. Mulheres bem trajadas, é verdade, mas emfim carecendo de posição para se mesclarem com as familias, que se sentem de certo modo, e com toda razão, algo constringidas. Antigamente a diferenciação de classes era estabelecida pelos planos do Passeio, não passando certas pessoas da primeira alea. Mas agora essas, rompendo a

¹¹⁷ CÂMARA, Carlos Torres. *Teatro: obra completa*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p. 117.

¹¹⁸ CAMINHA, Adolfo. Op. Cit., p. 64-7.

tradição e aproveitando-se da falta de policiamento, vão ter á "Caio Prado", confundindo-se com a *elite* social.¹¹⁹

Todavia, é provável que a ousadia das “mulheres de vida airada” não significasse a ruptura de determinada tradição, como queria o articulista, mas a continuidade de outra, que fora posta nas sombras para que pudesse emergir o consenso em torno da segregação. É válido supor que tal mimetismo social não encontrasse meios de se realizar apenas no presente, e que no passado também fosse possível a alguém de condição econômica (ou moral) inferior afrontar a “elite social” do modo descrito, simulando (ou não) seu trajar e adentrando seu território – ainda que incorrendo no risco de atrair a censura dos circundantes, ou da imprensa.

Talvez essa distribuição nunca tenha funcionado do modo como foi descrita. Pois a memória de uma apartação espontânea dos grupos sociais que freqüentavam o Passeio Público tinha raízes em uma alegoria constituída no domínio da escrita. E esta (como a memória) simplifica, idealiza. Não recebe passivamente os objetos de uma realidade exterior, mas os fabrica, a partir de procedimentos específicos e de um espaço “próprio”: a página em branco.¹²⁰ Nessa perspectiva, a alegoria dizia menos sobre o povo que sobre as expectativas de intelectuais do modo como este devia portar-se. Não descrevia a realidade, mas a harmonizava, criando um mundo utópico, desprovido de conflitos e ambigüidades.

Na construção de um Passeio Público ideal atuaram a literatura e o teatro, instâncias produtoras de memórias.¹²¹ Ao tempo em que aquele comentarista queixava-se da inexistência de uma polícia de costumes que assegurasse a ordem no Passeio Público, na observância de uma tradição suposta, a comédia de Carlos Câmara era encenada no *Cine-Teatro Fênix*. Em setembro de 1931, o jornal *A Razão* comemorava sua bem sucedida exibição.

¹¹⁹ O Nordeste, 29/08/1933, p. 3 (grifo no original).

¹²⁰ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim F. Alves. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 225-6.

¹²¹ “[...] o que [...] lemos, ouvimos e reiteramos tornam-se [sic] também parte de nossas lembranças”. LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução: Lúcia Haddad. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 17, 1998, p. 65. A encenação teatral também articula memórias na medida em que consiste, ela mesma, em fato histórico, ocorrido em um tempo e espaço particular, que “[...] sobrevive por meio da memória daqueles que dele participaram, como artistas e como público [...]” (PATRIOTA, Rosângela. O historiador e o teatro: texto dramático, espetáculo, recepção. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 241)

Sabado foi levada á cena e com extraordinario sucesso no «Cine-Teatro Fenix», a burleta de Carlos Camara, intitulada «O Casamento da Peraldiana». Não é uma peça nova, porisso mesmo que, desde ha muito se acha consagrada pelo nosso publico, que não lhe têm regateado aplausos nas suas sucessivas representações. O pessoal do «Gremio» houve-se com maestria, destacando-se pela inteligencia com que sabe viver o seu papel, pela naturalidade de gestos e expressões [...]. Enfim, a representação do «O Casamento da Peraldiana», a todos agradou.¹²²

Em um cotidiano de constrangimentos criados por quem não se portava segundo os ditames das convenções sociais e o postulado de uma tradição presumida, a alegoria fornecia um passado onde imperava a harmonia, que se desejava restituída a essa realidade. No presente quanto no passado, o “Zé-Povinho” era posto no seu lugar – ao menos em uma ordem imaginária.

Havia uma afinidade entre os letrados que no presente se congregavam com a glória morta do Passeio Público, e os que no passado haviam produzido a alegoria, civilizado o lugar, colocando a estética a serviço da política.¹²³ O mesmo olhar repressor, o mesmo desejo de hierarquizar, através da escrita, a realidade. Esta, no entanto, resistia a qualquer tentativa de enquadramento – que o diga o articulista que censurou o gesto das mulheres “de vida airada”, cujas “táticas” (a reprodução do bem trajar da alta sociedade), se eram localizáveis no espaço, não eram no tempo. A divisão não estava somente no objeto, mas no olhar que lhe era lançado. Os memorialistas buscavam o passado, mas também reencontravam a si mesmos.

É essencial distinguir a cidade do discurso que a descreve (e das memórias que dela se formaram), conquanto exista uma relação entre ambos.¹²⁴ Impõe-se o exame das condições em que a alegoria surgiu, a fim de

¹²² A Razão, 14/09/1931, p. 4.

¹²³ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 117. Esse historiador teoriza o teatro barroco a partir da obra de Walter Benjamin: “Inspirando-se nas procissões triunfais da Renascença, o teatro barroco é um ritual de representação do poder, em que a estética está a serviço da política. Enquanto celebração festiva do poder e glorificação do soberano, o espetáculo contribui para a instituição da esfera pública absolutista”. As reflexões sobre teatro e realidade foram enriquecidas das sugestões da professora Meize Lucas, a quem sou especialmente grato.

¹²⁴ “Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles”. (CALVINO, Italo. As

afastar o risco de aceitá-la como a própria realidade sobre a qual ela operava. Urge refletir sobre o modo como se firmou, pois ela subsiste, no presente, em formas de consumo do patrimônio histórico que passam ao largo da necessária reflexão crítica sobre sua constituição.¹²⁵

Ademais, faz-se necessário repensar o abandono do logradouro sentido pelos memorialistas, pois este pode ter sido não mais que relativo: se as camadas abastadas (ou parte delas) o preteriam em favor dos novos jardins públicos, criados pela administração municipal, ou de novas formas de lazer, como o teatro e o cinema, talvez um público menos seleta, alvo de um olhar sobranceiro e hierarquizante, lembrado por meio de qualificativos desabonadores que acentuavam sua posição social inferior (ou nem ao menos lembrado, no caso de João Nogueira), nunca o tenha deixado (como ainda hoje o ocupa). Expulso para os arrabaldes ao longo do processo de modernização da cidade, distante dos benefícios trazidos pelo progresso, o povo herdava o Passeio.

idades invisíveis. Tradução: Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 59)

¹²⁵ Em recente catálogo sobre praças e monumentos de Fortaleza, editado pela prefeitura, a criticada divisão é reproduzida, conforme texto que acompanha as fotos da Praça dos Mártires: “Em 1879, o Passeio começou a ter frequência cotidiana. Foi então rodeado de grades e dividido em três planos. A gente de maior nível econômico ficava na Avenida Caio Prado; a classe média freqüentava a Carapinima e a mais pobre, a Mororó. A separação das classes sociais era natural e espontânea” (SARMIENTO, Lúcia; CAPELO FILHO, José. *Fortaleza: praças, parques e monumentos*. Fortaleza: Fundação de Cultura, Esporte e Turismo-FUNCET, 2000, s/p)

2.2. Antigos topônimos

Em setembro de 1933, João Nogueira defendeu a permanência das denominações tradicionais dos logradouros de Fortaleza, na crítica ao que pontuava como velho hábito.

É sestro antigo da Fortaleza mudar os nomes de praças e ruas sem pensar que seria melhor deixar nos seus lugares nomes naturais, como *Rua da Bomba*, do que batizar certas vias públicas por nomezinhos, que amanhã ninguém saberá o que representam.¹²⁶

Tais nomes “naturais” originaram-se de apropriações simbólicas dos espaços, que se realizavam de modo a facilitar sua exploração. Eles eram discriminados em signos lingüísticos alusivos a uma construção ou detalhe da topografia.¹²⁷ Rua da Assembléia, do Quartel, do Trilho, dos Coelhos, do Seminário, do Gasômetro... Antigas designações que o engenheiro “declinava até nos seus escritos”.¹²⁸ É justamente nestes que, em dezembro de 1935, eram trazidos à baila. O levantamento, publicado nas páginas de um vespertino, fora realizado a partir de escrupulosa pesquisa em antigas plantas da cidade, nos trabalhos do “ilustre mestre” barão de Studart, Paulino Nogueira (seu pai), Antonio Bezerra e João Brígido (todos publicados na *Revista do Instituto do Ceará*), bem como da consulta a moradores. A relação confrontava novas e antigas denominações, localizando-as no tempo.¹²⁹

O jogo da política institucional parece ter um peso considerável na questão. Conforme apontou João Nogueira, a volubilidade dos regimes e das fidelidades partidárias é um dos fatores que desencadeiam as mudanças: “A cada abalo social que sofremos, aparecem novos nomes nas nossas ruas e

¹²⁶ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 35 (grifo no original).

¹²⁷ “Valer-se de termos singulares para fazer referência aos lugares da cidade era prática usual. Sem a adoção de palavras diferentes, relativas a um aspecto do logradouro (uma igreja ou acidente geográfico, uma árvore ou monumento cívico, a atividade econômica predominante ou uma residência suntuosa), incorre-se no risco de equiparar os vários espaços, condená-los à indistinção e, portanto, reduzir a cidade a um mosaico caótico. [...] É por meio da linguagem que as configurações espaciais se tornam apreensíveis, adquirem significações coletivamente partilhadas [...]” (SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2004, p. 51-2)

¹²⁸ VALDEZ, Alba. Op. Cit., p. 236.

¹²⁹ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 38-46.

praças; de sorte que o historiador futuro poderá contar os primeiros pela aparição brusca dos últimos”.¹³⁰

Mas a definição de uma nomenclatura oficial para as ruas da cidade não estivera sempre entre as preocupações do poder público. Antes assinala uma contingência histórica onde tal prática se afigura em terreno para as disputas e legitimações políticas. Segundo o historiador Ismael Pordeus, até 1817 inexistiam iniciativas nesse sentido. Então, os nomes das vias públicas partiam do uso comum. Mesmo quando os vereadores deliberaram acerca da conveniência de oficializar uma nomenclatura através da afixação de letreiros nas ruas, foram esses topônimos que prevaleceram, legitimando, assim, a criatividade anônima que deixara sua marca gravada no espaço urbano: rua do Rosário, da Palha, da Cadeia, de Cima, do Açougue, do Riacho, do Sampaio, do Pocinho, do Boticário, das Almas, dos Mercadores...¹³¹

A defesa do nome antigo empreendida por João Nogueira não era solitária: Gustavo Barroso também se manifestaria contrariamente às alterações. Ele fora criado em família bastante apegada às tradições – em casa que semelhava um “ambiente do passado, espécie de ilha no meio da cidade que progredia”¹³² – e aprendera com seu pai, o “coronel” Felino Barroso, a importância de conservar os nomes tradicionais das vias públicas.

- Os nomes das ruas duma cidade, meu filho, refletem a sua vida e resumem a sua história. É um erro, senão mesmo um crime, mudá-los a cada passo, sobretudo para homenagear individualidades passageiras. Destrói-se a tradição que deve ser sagrada, porque é a alma duma pátria. Não pode haver pátria sem tradição.¹³³

O comentário referia-se a um episódio particular: o assassinato do major Facundo, em 1841, e a posterior mudança do nome da rua em que o crime ocorrera – ela deixou de se chamar rua da Palma para receber o nome

¹³⁰ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 36.

¹³¹ PORDEUS, Ismael. Fortaleza – casas e ruas numeradas. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 77, 1963, p. 335.

¹³² BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. Op. Cit., p. 76. “O sobrado fora construído quando a cidade era toda no areal. Fizeram o calçamento e ficou soterrado. Não levantaram o piso interior, mas puseram um degrau para se descer de fora para dentro. Havia meio século que a cidade possuía iluminação a gás e fogões a gás. O nosso era de lenha, verdadeiro monstro de alvenaria com chapa de ferro, forno de tijolos e chaminé descomunal. A casa iluminava-se com candeias de querosene”.

¹³³ Id. Ibidem., p. 25.

do político. Mas, além da defesa que o escritor veladamente sustentava, na evocação das palavras do pai, a resistência às mudanças atravessa toda a obra: a cidade reconstituída nas *Memórias* conserva os topônimos originais.

As antigas denominações não sobreviveram apenas nas memórias de Gustavo Barroso e João Nogueira. Após publicação em jornal, as crônicas radiofônicas de Raimundo de Menezes foram editadas, em 1938, sob o sugestivo título *Coisas que o tempo levou...* O livro possuía uma seção que desencavava antigos topônimos de Fortaleza – praças, ruas e avenidas.

Por que a necessidade do registro do nome antigo? O que une os textos, além do interesse comum de fazer lembrar coisas antigas? Talvez o fato de responderem a uma contingência específica: a institucionalização de um “sestro antigo”. Após decidir que a toponímia existente era “falha, incoerente, imprecisa e em grande parte inexpressiva”, e apontar para a presumida “ausência de um critério ordenador”, o prefeito interino Raimundo Girão impôs, por meio de decreto expedido em 31 de dezembro de 1932, uma “revisão geral” da nomenclatura das ruas.

[...] Considerando que a atual administração do Município sentindo os efeitos prejudiciais dessa anarquia, resolveu, pela portaria n. 106, de 9 de março do ano corrente [1932], designar para proceder á revisão geral da referida nomenclatura a comissão composta dos drs. Euzébio de Sousa, Renato de Almeida Braga e Ernesto Pouchain, a qual apresentou circunstanciada e completa «memoria justificativa», sugerindo as modificações tendentes a restabelecer a tradição e a homenagear vultos e datas de significação historica do Ceará [...]¹³⁴

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará fora consultado, a fim de que, amparado no campo de saber que lhe concernia, participasse da composição de uma nova toponímia urbana. Eusébio de Sousa, membro da agremiação, fora indicado para integrar a referida comissão, a qual elaborou uma “memória justificativa”, sugerindo a nova nomenclatura. O documento ainda seria submetido ao escrutínio do Instituto, antes da aprovação: este designou outra comissão, desta feita formada exclusivamente por membros, a qual, após proceder à sua avaliação, apresentou parecer satisfatório, embora lhe apontasse algumas omissões e falhas. Ao fim de

¹³⁴ Governo Provisório do Ceará (anexos ao jornal O Povo), 05/01/1933, p. 9.

acalorado debate, seu presidente, barão de Studart, decidiu por encaminhar as emendas ao prefeito.¹³⁵ O horizonte desse círculo de intelectuais para a instituição de uma nomenclatura oficial para os logradouros da cidade foi de

[...] serem conservados os atuais nomes que tivessem significação comprovada e fazendo desaparecer aquêles que nada significavam e nada recomendassem, substituindo por nomes de cearenses célebres ou por data da história digna de memória, quando não fôsse possível voltar ao primitivo nome popular, podendo mesmo ser contemplado nomes de personalidades, que embora não sendo filhos do Ceará, todavia por êle se empenharam tornando-se notáveis nas letras, artes e ciências e em qualquer feito histórico.¹³⁶

As denominações cuja significação era “comprovada” (razão pela qual deviam ser conservadas) provavelmente eram as mesmas cuja manutenção já havia sido reclamada por Eusébio de Sousa, em sessão de 20 de julho de 1929: praça São Sebastião, rua do Seminário e 24 de Maio. “Todas essas denominações [...] têm a sua significação nos factos gloriosos de nossa historia”.¹³⁷

Depois de certa polêmica gerada pela exclusão desta ou daquela personalidade, seriam oficializados, no final de 1932, os nomes de Domingos Olímpio, José Albano, Franco Rabelo, Sólon Pinheiro, Alberto Nepomuceno, Tristão Gonçalves, entre outros. A medida veio derrubar uma nomenclatura que, se carecia de objetividade, conforme ponderou Raimundo Girão – talvez não fosse bem assim; penso que ele necessitava de uma justificativa para uma mudança dessa monta, e a desqualificação da toponímia existente pode se inserir nesse âmbito – expressava a multiplicidade de tempos e experiências que habitava a cidade, evidenciando as apropriações de uma coletividade que ressignificara, de maneira criativa – e mesmo poética – os espaços. Rua do Sol, das Flores. Uma nomenclatura que se afigurava estranha em virtude das reformas que desproviavam de sentido certo desígnio via destruição da materialidade que lhe servia de suporte – mas que em função disso adquiria uma nova importância, pois apregoava que algo existira ali, em tempos idos.

¹³⁵ SOUSA, Eusébio de. *Meio Século de Existência* (subsídio para a história do Instituto do Ceará) – 1887/1937. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937, p. 309-13.

¹³⁶ Id. *Ibidem.*, p. 311.

¹³⁷ *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, t. 43-44, 1929/1930, p. 395. Sessão ordinária de 20 de julho de 1929.

Rua do Chafariz, do Oitizeiro. Nomes de rua prosaicos, provindos de tempos arcaicos, não mais interessavam. Eram necessários novos desígnios para as ruas de uma nova cidade.

João Nogueira não negava a importância de prestar homenagem a personagens ilustres, datas e eventos históricos dignos de memória.¹³⁸ Mas que estas não substituíssem as denominações antigas, que ocupassem as novas ruas que surgiam com o crescimento da cidade! “É bom que não se apaguem estes frutos do tempo...”.¹³⁹ Antigos nomes de rua: vestígios do modo como os antepassados situavam-se na cidade, mapeavam os espaços, imprimindo-lhes tessitura. Decerto caminhar na rua João Brígido não seria o mesmo que na rua da Bomba. Do mesmo modo, residir à rua Coronel Bezerril não denotaria a mesma significância que à rua da Alegria.

Antigos nomes de rua: frágeis elos com um passado imemorial. Foi-se o significante, restava o nome. Rua da Boa Vista, Formosa. Não continham mais aquilo que provinha de sentido a “estranheza do passado”, mas deviam continuar a existir a fim de abrir, tal como um “objeto lendário”, “uma profundidade no presente”.¹⁴⁰ Contudo, assim não pensavam os administradores públicos e intelectuais (não raro eles se confundiam) que decretaram o esquecimento desse pretérito para a lembrança de outro, que atendessem a seus anseios de vencer a mortalidade através da homenagem a seus ilustres finados. Um passado de glórias era recontado nas ruas da cidade: de grandes homens e realizações, datas memoráveis e acontecimentos extraordinários. Um passado que deveria ser lembrado no presente e no futuro pelo recurso à toponímia urbana, lugar de consagração de memórias.

Em tais indícios, Fortaleza sugere as lutas que se travam pela manipulação dos símbolos, descortinando o jogo de forças que se exerce na legitimação da memória aliada a uma política do

¹³⁸ “Fortaleza, honrando a estranhos, a quem nada deve nem venera, e a figurinhas que apenas nasceram, viveram e morreram, esqueceu uma grande data, que lhe diz respeito e ao acontecimento mais brilhante de sua vida e história. Porque não temos uma Rua 13 de Maio e uma Praça da Abolição com o respectivo monumento comemorativo? Onde, neste imenso Brasil, lugar existe mais adequado à eternização deste deslumbrante movimento e daquela lei que a Fortaleza? Pois não foi daqui que partiu aquele relâmpago que deslumbrou o País inteiro? [...] Agora é tarde. Todos os lugares estão tomados e não há espaço mais para ninguém.” (NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 37)

¹³⁹ Id. Ibidem., p. 35.

¹⁴⁰ DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. Op. Cit., p. 192.

esquecimento. O recurso à onomástica prescreve o que deve sucumbir ao silêncio, para que a lembrança possa emergir.¹⁴¹

Placas que escreviam a história nas ruas da cidade: no mesmo ano em que a nomenclatura oficial entrava em vigor, a Prefeitura publicou edital para contratação do serviço de fornecimento de placas destinadas à numeração de casas, nomenclatura e indicação de ruas.¹⁴² Textos escritos por alguns indivíduos que impunham à coletividade a leitura de seus próprios símbolos e rituais, os quais denotavam fidelidades particulares, celebravam experiências individuais. O decreto de n. 75 oficializou uma tendência somente esboçada, no curso do tempo: a toponímia era convertida em monumento, destinado à rememoração de pessoas e feitos exemplares, visando à predominância dos valores de um grupo sobre a coletividade. Em um sentido simbólico, topônimos convertiam-se em lugares de memória.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.¹⁴³

A toponímia constitui-se em campo estratégico para o poder. Como afirma De Certeau, “[...] todo poder é toponímico, e instaura a sua ordem de lugares dando nomes”.¹⁴⁴ Porém, o mesmo pensador aponta para uma

¹⁴¹ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Op. Cit., p. 58.

¹⁴² Governo Provisório do Ceará (anexos ao jornal O Povo), 24/07/1933, p. 3. Eram 6500 placas, das quais 500 destinadas à dar visibilidade à nova toponímia: “[...] 500 placas para nomenclatura de ruas, tamanho 30x45 cm., todas elas em ferro esmaltado, fundo azul com letras brancas, com friso e de conformidade com os modelos existentes na Secção de Obras e Viação da prefeitura.”

¹⁴³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 10, 1993, p. 13.

¹⁴⁴ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Op. Cit., p. 216. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Op. Cit., p. 52. “Esses deuses que habitam no coração dos carvalhos, nas águas fugidias e profundas, não podiam ser expulsos dali... Onde estão? No deserto, na lande, na floresta? Sim, mas sobretudo dentro de casa.

necessidade premente na elucidação de tais esquemas. Tão importante quanto o estudo dos mecanismos de poder que visam ao controle de determinado grupamento social é apontar suas limitações e as subversões que lhes minam os sucessos. A medida buscava legitimar determinado passado nas ruas da cidade, naturalizando, por força do hábito e da repetição, uma concepção personalista da história, bem como imortalizar uma galeria de heróis, conservando-os na memória coletiva. Tais pretensões, contudo, esbarravam no cotidiano de travessias e vivências de lugares.

Conforme lembra o historiador Antonio Luiz Silva Filho, não existe adesão integral a essa nomenclatura. Para além da insurgência de alguns letrados, caso exemplar é o da praça do Patrocínio, assim conhecida em virtude da igreja que lhe ocupava uma das faces. Em 1870, ela fora batizada Marquês do Herval pela Prefeitura. “Mas não pegou. O povo continuava a tratá-la pelo nome antigo [...]”.¹⁴⁵ E talvez continuasse, apesar das constantes mudanças em sua denominação oficial: por ocasião do centenário de José de Alencar a praça recebeu – além da estátua – o nome do romancista, em 1929. Ela tornaria a ser oficialmente conhecida por Marquês do Herval, em virtude de decisão do prefeito Raimundo Girão (1932), limitando-se o escritor de *Iracema* a designar o jardim localizado ao centro da praça. Por fim, ela voltaria a ostentar essa denominação em 1938, na administração de Raimundo de Alencar Araripe, e até hoje é assim conhecida.

Outro caso representativo é o da travessa Municipal, que, mesmo após receber, em 1933, a “denominação revolucionária” Coronel Guilherme Rocha continuou a ser conhecida pela forma tradicional.¹⁴⁶ A nomenclatura oficial não

Mantêm-se no mais íntimo dos hábitos domésticos’. Mas também em nossas ruas e em nossos apartamentos. Talvez fossem apenas, no final das contas, as ágeis testemunhas da narratividade e de sua forma *delinqüente*. O fato de mudarem de nomes (todo poder é toponímico, e instaura a sua ordem de lugares dando nomes) nada tira a essa força múltipla, insidiosa, móvel. Ela sobrevive aos avatares da grande história que os desbatiza e rebatiza” (grifo no original). Em sua filosofia sobre a formação dos valores morais, expressos nos conceitos cristãos de “bom” e “mau”, Nietzsche também toca no problema do nome e do gesto de nomear: “O direito senhorial de dar nomes vai tão longe, que nos permitiríamos conceber a própria origem da linguagem como expressão de poder dos senhores: eles dizem ‘isto é isto’, marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se assim das coisas”. (grifo no original) (NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*: uma polêmica. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19)

¹⁴⁵ CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza; Imprensa Oficial do Ceará, 1990, p. 214. Apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Op. Cit., p. 54.

¹⁴⁶ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 41.

foi aceita de imediato e o seria não sem dificuldade, conforme podemos generalizar a partir dos exemplos citados.

Ela não encontrou receptividade mesmo no âmbito da administração pública. Segundo articulista do jornal *O Povo*, a lei recém-aprovada não vinha sendo observada pela população, e o mais grave, nos editais expedidos pelas repartições do governo.

Por Decreto n. 75, de 31 de Dezembro ultimo, a Prefeitura estabeleceu a nomenclatura oficial, obrigatoria, das ruas, praças e travessas desta capital, sujeitando ás penas da lei todo aquele que, em anuncios, letreiros, boletins ou outro meio de publicidade, usar nomes de logradouros não constantes da relação oficial. Temos, porém, observado que referido decreto não está sendo cumprido, nem mesmo pelas repartições publicas, em seus editais. [...] lembramos ao publico, principalmente ás repartições, que existe uma lei dando nome oficial aos logradouros e ha penalidades applicaveis aos desatentos.¹⁴⁷

Com efeito, a não adesão à nova nomenclatura poderia acarretar punição, desde que o *Código de Posturas* de 1932 prescrevera multa a quem “em anuncios, letreiros, boletins, correspondencia ou outro qualquer meio de publicidade, usar nomes de logradouros publicos não constantes da nomenclatura oficial”. Vinte mil-réis: era o preço do esquecimento – ou seria da lembrança?¹⁴⁸

Os jornalistas também se incluíam entre os “desatentos”. Alguns meses depois da expedição do decreto, um periódico de média circulação – *O Nordeste* – publicou uma entrevista com o prefeito Ubirajara de Negreiros. O articulista relatou, entre outras coisas, o que dissera o administrador acerca de suas realizações e planos à frente da administração municipal, sem esquecer de mencionar o projeto de prolongamento da travessa das Trincheiras – Conselheiro Liberato Barroso, segundo a nova lei.¹⁴⁹

Pode ter contribuído para a resistência à nova nomenclatura o fato de que ela era desprovida de vivências. Topônimos servem ao propósito de

¹⁴⁷ *O Povo*, 12/01/1933, p. 1.

¹⁴⁸ *Código de Posturas do Município de Fortaleza* – 1932. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 12. Para uma idéia do quanto isso representava, à época, o jornal que acusou o desrespeito à lei custava 200 réis.

¹⁴⁹ *O Nordeste*, 08/07/1933, p. 4.

referenciar nas deambulações pelos lugares da cidade, mas também desencadeiam lembranças pessoais. A pronúncia de um nome pode suscitar a recordação de odores, sons, paisagens, às quais ele foi ligado por força do uso e pela relevância dos fatos que provocaram tais associações. Assim acontece a Proust, quando nomes de certas localidades o faziam lembrar detalhes do ambiente onde passara momentos agradáveis ao lado da tia-avó. Ao passo que outros topônimos, por não dizerem nada de sua própria experiência, soavam de maneira estranha e sem cor. O escritor francês refletiu, em sua obra *Em busca do tempo perdido*, acerca das sensações ocultas em um nome, as quais podem ser chamadas a mostrarem-se no presente, através da simples menção.

E assim, aqueles nomes tão tristes, feitos de areia, de espaços ventilados e abertos, de sal, nomes de que se escapava seu último elemento, *ville*, como se escapa o *vole* quando se joga o *pigeon-vole*, em nada me lembravam os outros nomes parecidos de Roussainville ou Martinville; porque esses eu os ouvira minha tia-avó pronunciar tão seguidamente quando estávamos na “sala”, sentados à mesa, que chegaram a adquirir certo sombrio encanto, em que talvez se confundissem sabores de doces, cheiro de fogo de lenha e de papel de um livro de Bergotte e o tom cinzento da casa fronteira; tanto que hoje, quando sobem como uma bolha do fundo de minha memória, ainda conservam a sua virtude específica, através das superpostas camadas de ambientes diversos que tiveram de varar para chegar até a superfície.¹⁵⁰

Por isso o nome é importante: por meio de associações, potencializadas pela memória, pode reviver impressões, experiências pessoais e afetivas. Liberta reminiscências como bolhas de ar que procuram a superfície para juntar-se à atmosfera da existência.¹⁵¹

¹⁵⁰ PROUST, Marcel. *À sombra das raparigas em flor*. Tradução: Mario Quintana. 10. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 212 (*Em busca do tempo perdido*; 2). (grifos no original). Sou grato à professora Martine Kunz por indicar-me essa referência e por incentivar-me a assumir tal licença poética.

¹⁵¹ Para uma apreciação das possibilidades interpretativas da literatura de Proust para a reflexão sobre a memória e a história, ver o ensaio de Jacy Alves de Seixas: *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 37-58. “A intenção não é a de transplantar, como uma prótese mal ou bem finalizada, reflexões sobre a memória realizadas pela filosofia e pela literatura para o terreno da história e, a partir daí, medir sua adequação ou inadequação. Muito pelo contrário. Penso que há, *lato sensu*, uma *problemática da memória*, que circula por vários campos do conhecimento e da sensibilidade e que é precisamente elaborada neste percurso, e da qual a

O nome encerra o poder de suscitar lembranças, de pôr em relação passado e presente. Mas também permite outras apropriações, operações criativas que fogem ao controle do Estado: lendas. Certa narrativa associada à denominação de três ruas pode fornecer mais elementos para a reflexão. Talvez seja pertinente trazê-la ao presente texto, pois as memórias da cidade também podem ser vislumbradas em suas lendas. Eis um breve resumo.

Em fins do século XVIII, no tempo em que Fortaleza era ainda vasto areal pontilhado por algumas casas de taipa, sem iluminação ou calçamento, havia um cajueiro no lugar onde hoje existe a praça do Ferreira, à sombra do qual trabalhava um certo Fagundes, açougueiro da pequena vila. Um dia, passava por ali o capitão-mor Luis da Mota Féo e Torres (cuja fama não o recomendava), quando um galho baixo da frondosa árvore lhe derrubou o chapéu. Avistando o açougueiro, que saíra à porta para tomar a fresca, ordenou que lho apanhasse. Como este não acudisse ao modo rude com o qual lhe interpelara (o faria de bom grado se lhe pedisse a gentileza), ameaçou mandar decepar não apenas o galho atrevido, mas todo o cajueiro, e partiu para o palácio. No outro dia, conforme havia prometido o capitão-mor, vieram os homens para pôr abaixo o cajueiro. Mas o açougueiro, auxiliado por uma tropa de carneiros armados com facas, dali os expulsou. Não satisfeitos, voltaram no dia seguinte com as tropas, determinados a pôr um fim àquilo tudo. Só não contavam em encontrar todos os trabalhadores da pacata vila, ferreiros, merceeiros e pescadores, armados com pistolas e bacamartes e dispostos a resistir. Fagundes os havia convocado para enfrentar os soldados enviados por Féo e Torres. Levantaram trincheiras na encruzilhada de três ruas e, depois de renhido conflito, os acossaram. A contenda originou o nome das ruas: do Cajueiro, do Fogo e das Trincheiras. Foi essa a narrativa ouvida por Gustavo Barroso a seu mestre, Lino da Encarnação, no Colégio Parténon, onde fizera seus estudos primários.¹⁵²

A tradição contada pelo professor foi alvo da curiosidade de João Nogueira, em texto de abril de 1940. Ele principiou enaltecendo o *Coração de*

história não está excluída. Pensar, portanto, as relações entre memória e história é colocar-se *no interior desses diálogos* – postura à qual a história, ingênua ou arrogantemente, tem-se furtado, ao reconhecer na memória apenas aquilo que reflete sua própria imagem e semelhança” (grifos no original).

¹⁵² A história aqui resumida pode ser encontrada em BARROSO, Gustavo. *Memórias. Coração de menino*. Op. Cit., p. 35-7.

menino de seu ilustre patricio (publicado no ano anterior), obra de inestimável valor para seus contemporâneos, pois “[...] a Fortaleza do tempo de Gustavo, cidade de ontem, parece já pertencer a tempos afastados, tal a fúria destruidora de o nosso doido progredir”.¹⁵³ Em seguida, o engenheiro disserta sobre a narrativa: aponta-lhe as incoerências, como no que respeita à personalidade de Féo e Torres (contrariamente ao narrado, ele foi pintado, pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, como governante de “caracter fraco, e summamente tibio”);¹⁵⁴ estranha o silêncio dos historiadores em relação a um acontecimento dessa envergadura (nada mencionam barão de Studart, em suas *Datas e fatos*, e Pedro Théberge, no *Esboço histórico*); e ao fim conclui, citando suas fontes (moradores antigos e estudiosos), tratar-se de lenda: “Fogo”, em decorrência de incêndio que se abatera sobre algumas casas de palha que ali existiam. “Trincheiras”, em função de um morador vulgarmente conhecido sob tal epíteto, o qual fora estendido a suas irmãs e, posteriormente, à própria via, fato comum em tempos recuados.¹⁵⁵

A versão oficial da história do cajueiro foi buscada em João Brígido, no estudo *A Fortaleza em 1810*, publicado em 1912, na *Revista do Instituto*. Não há menção a qualquer motim e quem, ao contrário, salva a árvore não é o povo armado, mas um capitão-mor.

¹⁵³ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 104. “Avivar a lembrança, fazer ver novamente a terra querida que se foi, é o que pode haver de mais grato aos sobreviventes da destruição da terra natal. Gustavo, recordando a Fortaleza de 40 anos passados, prestou-nos um serviço inestimável”.

¹⁵⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Historia da Provincia do Ceara*: desde os tempos primitivos até 1850. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867, p. 107. Apud NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 107.

¹⁵⁵ Ao discorrer sobre anúncios de trajetos de procissões publicados nos jornais, nos anos 1850 e 1860, Ismael Pordeus conclui: “O costume de se anunciar o trajeto de um cortejo dizendo que este passaria na rua ou travessa onde morava esse ou aquele cidadão era velho e demonstra que o povo identificava melhor assim os lugares por onde deveria seguir, do que se houvesse apenas a enunciação dos nomes das vias públicas”. (PORDEUS, Ismael. No tempo de nossos avós. O prestígio do nome. *Revista do Instituto do Ceará*: Fortaleza, t. 77, 1963, p. 355). A “Fortaleza dos apelidos espirituosos” é evocada por Mozart Soriano: “[...] mal recebidos a principio, para findarem adjudicados ao prenome dos crismados – as Pedrocas, filhas de um tal Pedroca, Pedro de tal; as Itapipocas, por terem vindo daquela localidade; as Mundórias, em vista de seu pai, professor de latim, ter sido alcunhado de Mundório por viver declinando *mundus*, *mundorum*; as Garapas, tias de Gustavo Barroso, por que muita gente recordava ainda o pseudônimo com que o avô do ilustre escritor [José Maximiano Barroso] assinava os seus artigos políticos – Zé Garapa; as Mississipis, em razão de o pai ter possuído uma bodega denominada ‘Ao Mississipi’, aproveitando inteligentemente o intercâmbio forçado do Sul dos Estados Unidos com o Nordeste Brasileiro durante a Guerra da Secessão; as Palhabotes, em vista de o chefe da família ter montado estabelecimento comercial com o nome de ‘O Palhabote’...” (grifo no original). (ADERALDO, Mozart Soriano. Do Dr. Mozart Soriano Aderaldo. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, t. 64, 1950, p. 397)

No sítio ocupado até pouco tempo pela casa em ruínas do Sr. Guilherme Miranda, agora n.º da Rua Sena Madureira, em frente ao muro do Palácio do Governo, havia um cajueiro, também célebre, que servia de açougue da vila. É dele que procede o nome da rua, cuja extremidade ocidental vai ter à praça do Ferreira, rua que foi em começo estrada para Arronches. O almotacé da vila mandou derribar esta árvore. Opondo embargos o capitão-mor Antônio José Moreira Gomes, alegando ser ela o morador mais antigo da povoação, seguiu-se uma demanda que deu ocasião à Relação da Bahia mandar conservar o venerando cajueiro, que assim veio a morrer de velho.¹⁵⁶

É decerto um final feliz. Mas e o final da outra história, que referia a um conflito armado na cidade? O povo venceu, o cajueiro foi poupado e um belo exemplo de coragem foi legado à posteridade na confluência das ruas que testemunharam o episódio.

O governador desistiu de pôr abaixo o cajueiro, à cuja sombra o Fagundes continuou a vender carne à cidade. A vontade dum só homem não conseguiu vencer a duma população inteira. O capricho dum tirano não se conseguiu impor a uma gente que ainda tinha vergonha e brio. Defendendo sua liberdade contra a tirania, os antigos habitantes da humilde vila do Forte, como era então chamada a nossa Fortaleza, deixaram escrito nas tabuletas de suas ruas um belo exemplo às gerações vindouras.¹⁵⁷

Movido pelas necessidades de seu tempo e lugar social – mais precisamente, as que lhe eram fornecidas pelos cânones científicos oitocentistas que delimitavam sua prática intelectual –, João Nogueira buscou a verdade: criticou a lenda como faria a um documento oficial, questionando-lhe a autenticidade. Não pôde, por isso, perceber a que necessidades ela talvez respondesse.

Narrativas como essa, contadas e recontadas muitas vezes – até que algum intelectual a imobilize na forma escrita, como o fizera Gustavo Barroso – estão ligadas a contextos, situações concretas que as autorizam. É menos interessante, para os propósitos do presente estudo, indagar da veracidade da narrativa que refletir sobre o que ela evoca. Ela memoriza certos valores, torna

¹⁵⁶ BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. In: *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, p. 212. Apud NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 108.

¹⁵⁷ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. Op. Cit., p. 37.

modelos de comportamento e atitudes exemplares disponíveis no futuro através do recurso à lenda. Segundo Michel de Certeau, lendas se assemelham a relatos de partidas de xadrez publicados no jornal, na medida em que oferecem “repertórios de esquemas de ação” para uma situação real.

Contos e lendas parecem ter o mesmo papel. Eles se desdobram, como o jogo, num espaço excetuado e isolado das competições cotidianas, o do maravilhoso, do passado, das origens. Ali podem então expor-se, vestidos como deuses ou heróis, os modelos dos gestos bons ou maus utilizáveis a cada dia. Aí se narram lances, golpes, não verdades.¹⁵⁸

Essas narrativas aparentemente inocentes que refluem em um passado remoto, por vezes alvo da curiosidade intelectual (que lhes aprecia as qualidades estéticas, sem, contudo, entender suas intencionalidades, ou que as submete ao questionário do historiador em busca de uma verdade que não pode compreender), são, segundo o mesmo pensador, os “discursos estratégicos do povo”. Oferecem armas para o enfrentamento da ordem em que foram geradas, sem descuidar de ocultá-las à mesma, tornando-as acessíveis apenas no espaço-tempo de uma narrativa – desempenhada em resposta à pergunta “de onde veio o nome dessa rua?”.

Uma formalidade das práticas cotidianas vem à tona nessas histórias, que invertem frequentemente as relações de força e [...] garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico. Este espaço protege as armas do fraco contra a realidade da ordem estabelecida. Oculta-as também às categorias sociais que “fazem história”, pois a dominam. E onde a historiografia narra no passado as estratégias de poderes instituídos, essas histórias “maravilhosas” oferecem a seu público (ao bom entendedor, um cumprimento) um possível de táticas disponíveis no futuro.¹⁵⁹

As ruas da cidade permitiam a narração de uma história de luta contra tiranos e seus desmandos, que apelava a táticas, como a união dos fracos contra os fortes, embora lhes impusesse não mais que uma vitória fictícia – embora verossímil, pois o conflito não resultara em revolução, mas na salvação do cajueiro, sob o qual Fagundes mantinha seu açougue.

¹⁵⁸ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Op. Cit., p. 84.

¹⁵⁹ Id. Ibidem., p. 85.

Talvez João Nogueira tenha razão e aquelas denominações surgiram dos fatos que ele tão cuidadosamente resgatou. No entanto, também é verdade que elas foram alvo da criatividade anônima que as repovoou de novas significações. No correr dos anos, o imaginário popular operou a partir desses fragmentos semânticos, no acréscimo de novos elementos e na estruturação de uma trama.

Porém, é difícil pensar a narrativa sem remontar a um fato que pode estar ligado a sua concepção. Segundo refere Tristão de Alencar Araripe, em sua *História da província do Ceará*, o capitão-mor era bastante impopular entre a população da vila do Forte. Enquanto esteve no governo, ele foi alvo constante de pilhérias, algumas de “verdadeira originalidade”.

Foi este capitão-mór de character fraco, e summamente tibio no governo. Os seus actos serviram de motivo de constante ludibrio. Atento em poupar os seus ordenados para levar algum dinheiro em sua retirada para a metropole, não lembrava-se, que governar é cuidar no bem dos governados. A capitania nada lhe deveu, porque ao interesse publico foi sempre indifferente: e posto que não houvessem n'aquelle tempo espiritos ilustrados na capitania, que fizessem seria advertencia á incuria e ineptia do capitão-mór, todavia vingava-se o povo com satiras, e motejos, muitas vezes de verdadeira originalidade. Quando xegou o seu sucessor tal era ainda a fresca lembrança d'esses motejos, que este, scandalizado com a idéa de poder acontecer-lhe o mesmo, assim exprimia-se em sua correspondencia official : «Quando sahio o governador Luiz da Mota foi a sua sahida celebrada e precedida de umas bandeiras pretas cercadas de hieroglifos, que a furioza raiva da malidecencia produzio.»¹⁶⁰

O sentimento de animosidade que fez de sua partida motivo para festejo, parece ter sobrevivido a seu afastamento do governo e frutificado em lenda. A hostilidade que o capitão-mor despertava na população da vila lhe rendera uma derrota retumbante, ainda que em um mundo utópico. Féo e Torres recebia o merecido castigo. O tribunal da memória sentenciara que fosse lembrado como o tirano que, na impossibilidade de castigar o açougueiro, vingava-se no Cajueiro, que, não por acaso, também se chamava Fagundes, segundo é contado em outra versão do episódio.

¹⁶⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. Op. Cit., p. 107-8.

Vossa Senhoria sabe que os vizinhos, com permissão minha, e porque os convidei sempre para gozarem daquela sombra, têm amor ao cajueiro, pelo que batizaram-no com o meu nome. Quando comprei a terra e levantei a casa, sem ajuda de ninguém, já ele era taludo. Botei um banco em roda; e hoje parece o refúgio de muita gente. O povo que o adora diz que é “o cidadão mais antigo do lugar”. Como qualquer um de nós o cajueiro vive, entristece conosco, chora quando chove, cuida mesmo que tem alma, como a gente, dá os melhores cajus da redondeza, e se algum moleque o apedreja vingasse sacudindo-lhe um maturi no olho.¹⁶¹

A passagem citada, onde o açougueiro confronta seu antagonista, Féo e Torres, contestando sua ordem de matar “o cidadão mais antigo do lugar”, pertence ao conto “Um motim na aldeia”, de Araripe Júnior, publicado na imprensa do Rio de Janeiro (no *Jornal do Comércio*), em 1911. Além do acréscimo de personagens e situações, exigência do folhetim, a versão difere da anotada por Gustavo Barroso quanto à estrutura (aqui o conflito é apenas esboçado, não chega às vias de fato). Mas a imaginação do romancista não operava no vazio. Ela colheu frutos em um imaginário que infligia derrotas fabulosas a tiranos e que não vislumbrava, ao contrário do que preconizava a racionalidade moderna, uma cisão entre coisas e pessoas, natureza e cultura, sujeito e objeto.

É importante mencionar que a novela do escritor cearense (bem como a narrativa daquele professor) veio a lume durante o governo Acióli, que por dezesseis anos (1896-1912) esteve no comando dos destinos do Ceará, submetendo a população a toda sorte de injustiças. Falar em motim, mesmo na ficção (e a uma distância confortável, posto que na Capital Federal), não é por certo ato inocente – do mesmo modo que não o era contar a história em uma escola. Não importa a veracidade da narrativa, mas aquilo que ela escrevia nas ruas da cidade e fazia os habitantes repetirem.¹⁶²

No entanto, o conflito sugerido por aqueles topônimos seria silenciado durante o processo de alteração da nomenclatura das ruas da cidade. Em 1888, a rua do Fogo era oficialmente conhecida (juntamente com a da Palma)

¹⁶¹ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *O Cajueiro do Fagundes* (Episódio cearense). Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1975, p. 73.

¹⁶² “O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes”. CALVINO, Italo. Op. Cit., 18.

como Major Facundo. No mesmo ano, a rua das Trincheiras constava como Comendador Luis Ribeiro (em 1933, mudaria para Conselheiro Liberato Barroso). Em 1933, a rua do Cajueiro recebia a denominação oficial Dr. Pedro Borges.¹⁶³

Desse modo, eliminava-se a “porosidade” a lendas que caracterizava os lugares da cidade: “A dispersão dos relatos indica já a do memorável. De fato, a memória é o antimuseu: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas”.¹⁶⁴ A circulação urbana, consolidada na expansão do tráfego, vinha suprir aquelas demandas por habitabilidade outrora preenchidas por lendas, práticas “inventoras de espaços”.¹⁶⁵

¹⁶³ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 42.

¹⁶⁴ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Op. Cit., p. 189.

¹⁶⁵ Id. Ibidem., p. 188. “Sem dúvida o ato de caminhar e de viajar suprem saídas, idas e vindas, garantidos outrora por um legendário que agora falta aos lugares. A circulação física tem a função itinerante das ‘superstições’ de ontem ou de hoje. A viagem (como a caminhada) substitui as legendas que abriam o espaço para o outro. [...] Num corolário, pode-se medir a importância dessas práticas significantes (contar lendas) como práticas inventoras de espaços” (p. 187-8).

2.3. Usos antigos

Em maio de 1934, João Nogueira estabelecia uma relação entre a velocidade que caracterizava os novos tempos e a mudança de atitudes frente ao traspasse. No tocante aos cortejos fúnebres, ele apontou o transporte do féretro e os trajes dos acompanhantes como índices na percepção dessa mudança.

Os enterros atuais puxados a máquina, passando velozes, os convidados vestidos de todas as cores, não infundem aquele respeito, que impunham antigamente. Tal é a força dos costumes que hoje não causa o mínimo reparo um homem acompanhar um enterro ou assistir a uma missa de sétimo dia, vestido de qualquer cor, mas aí daquele que não se apresentar de *branco de rigor* ou de *smoking* em um sarau dos nossos clubes elegantes. Tratamos a Morte com pouca cerimônia e a Dança com o maior respeito...¹⁶⁶

A cidade não mudava apenas em suas pedras e topônimos: à transformação material e onomástica somava-se o desaparecimento de costumes antigos, no desencadear de lembranças nos memorialistas em apreço. As descrições pormenorizadas de João Nogueira acerca da grande movimentação que envolvia os enterros de outrora confirmam que eles eram grandes eventos públicos a concentrar a atenção da população e mobilizar considerável soma de recursos simbólicos. É com embevecimento que o engenheiro recorda os funerais de há meio século.

Há cinqüenta anos passados os enterros entre nós eram verdadeiras procissões, que se estendiam, algumas vezes, por mais de um dos nossos quarteirões. Abria o préstito uma cruz negra de cuja peanha pendia uma *saia*, que era um pano de veludo preto com franjas douradas, afetando a forma desta peça de vestuário. As irmandades marchavam em longas filas, solene e silenciosamente. Precedido pelo cura da Sé, vinha o féretro, levado por quatro empregados da Misericórdia, vestidos de preto, com cartolas de oleado reluzente, casacas e calças debruadas de amarelo.¹⁶⁷

¹⁶⁶ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 84-5 (grifos no original).

¹⁶⁷ Id. Ibidem., p. 82.

Os empregados da Santa Casa encarregados de conduzir o ataúde eram popularmente conhecidos como “gatos pingados”. Em razão de seu trajar chamativo, sempre foram citados por quantos memorialistas recordassem os enterros da Fortaleza antiga. Nas *Memórias*, Gustavo Barroso entreviu a mudança nos sentimentos com respeito aos mortos que foi suscitada pelo automóvel. Conforme já foi assinalado, sua introdução no ambiente urbano inaugurou novos ritmos e expectativas, afetando várias dimensões da vida cotidiana. Os ritos fúnebres estavam inclusos nessa transformação, conforme é possível inferir da passagem em que a velocidade dos cortejos motorizados é contraposta à solenidade dos enterros a pé, com o caixão conduzido pelos referidos empregados, em um “andar ritmado e lento”.

Como que ainda estou vendo os enterros. Todos a pé. Muito solenes. Na minha meninice, os mortos não usavam automóvel para a derradeira viagem. Nem se sabia o que era automóvel. Os vivos parece que não tinham pressa em se verem livres dos mortos, nem estes pressa em se verem livres dos vivos. À frente dos enterros, uma cruz alçada, de saíote preto, o padre paramentado e dois coroinhas. O caixão levado a mão pelos parentes e amigos ou por quatro gatos pingados de andar ritmado e lento, de sobrecasacas negras e cartolas de oleado. No acompanhamento, somente homens, todos de luto, silenciosos e compungidos.¹⁶⁸

Não há mudança cultural que não se faça perceber no surgimento de novos objetos – e no desaparecimento de outros. As procissões noturnas, iluminadas com tochas e fachos, talvez não fizessem mais sentido em uma cidade iluminada pela energia elétrica e abastecida de veículos. Sua estranheza foi evocada por Gustavo Barroso, em outra passagem do texto.

Lembro-me vagamente de ter visto, quando muito pequenino, um dos últimos enterros à noite, à luz de tochas e archotes, costume antigo e lúgubre. Se não vi, ouvi descrevê-los tantas vezes em casa que a

¹⁶⁸ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. Op. Cit., p. 62-3. O jornalista Carvalho Lima, sob o pseudônimo de “Ancião”, faz reparos à crônica “Os primitivos enterros”, de Raimundo de Menezes, onde os encarregados do transporte do ataúde eram lembrados. Estes não seriam empregados da Santa Casa, mas trabalhadores de rua contratados para cada enterramento, e subdividiam-se em três categorias, segundo as posses do morto: 12\$000, 20\$000 e 30\$000. Cada qual trajava uma indumentária diferente (os descritos pelos memorialistas pertenciam à última categoria). (O Estado, 13/02/1938. Apud MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou*: crônicas históricas da Fortaleza antiga. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 77)

descrição se mistura lá nos recessos do meu cérebro às coisas reais e acaba feita realidade pelo contato.¹⁶⁹

Esse é um termo essencial da memória: muitas vezes não é possível distinguir entre nossas próprias lembranças e o que nos foi contado por outrem.¹⁷⁰ Tais operações geralmente são inconscientes, mas no caso de Gustavo Barroso, artesão da memória, a possibilidade é vislumbrada. Ao lado de outros relatos, a imagem confirmava: os mortos já não se enterravam como antes.

A necessidade de relatar como eram os enterros de antigamente revelava um presente marcado pela supressão de referências à morte: do mesmo modo que o passado, os mortos eram banidos do cotidiano da cidade. O primeiro desaparecia nas contínuas reformas que depuravam o espaço urbano de seus traços indesejáveis; os últimos eram abolidos das vistas públicas através dos automóveis, que, velozes, os despachavam mais rapidamente para o outro mundo.¹⁷¹

Talvez muitos saudassem o progresso no que poupava aos fortalezenses. Pois as procissões se estendiam por 1300 metros, ao longo da rua das Flores, que conduzia da igreja da Sé ao cemitério São João Batista (daí talvez a origem do nome). Tão grande percurso, realizado sob as intempéries da natureza e sobre um calçamento pouco convidativo às longas caminhadas, assumia contornos de sacrifício – quase uma via-crúcis: “Era, em verdade, um sacrifício ir um homem, da Matriz ao Cemitério, vestido de preto, sol das quatro horas pela frente, sobre um péssimo calçamento”.¹⁷²

Mas ritos fúnebres cumprem a função social de mostrar às pessoas que elas são importantes para os outros. Não circunscrever a morte com eles pode transformar o ato de morrer em uma “situação amorfa, uma área vazia no mapa social”.¹⁷³ O ritual que cobria esse momento crítico talvez se destinasse a marcá-lo, realçá-lo em meio ao cotidiano de fatos muitas vezes indistintos,

¹⁶⁹ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. Op. Cit., p. 63.

¹⁷⁰ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução: Lúcia Haddad. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 17, 1998, p. 81-2.

¹⁷¹ O processo de “ocultamento” da morte em nossa moderna sociedade ocidental é desnudado com sensibilidade por Norbert Elias, no ensaio *A solidão dos moribundos*. (ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*, seguido de Envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001)

¹⁷² NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 83.

¹⁷³ ELIAS, Norbert. Op. Cit., p. 36.

demonstrando, assim, o quanto significava a perda de um membro para a coletividade. Era um ritual para os vivos, antes de ser para os mortos; estes se iam, mas aqueles ficavam, e eram reconfortados por saber que, quando sua hora chegasse, sua partida também seria sentida pelos outros.

Na percepção do engenheiro, ninguém se queixava da caminhada torturante em virtude dos “sentimentos que a todos animavam”.¹⁷⁴ Trata-se, evidentemente, de uma visão carregada de subjetividade, mas que bem expressava o quanto poderia ser angustiante para alguns o vazio que a ausência do ritual criava.

Esse vácuo também era formado na destruição de fragmentos do passado que compunham a paisagem da cidade. De certo modo, os textos interpretados neste trabalho possuem uma ligação com a morte.¹⁷⁵ Esta era expulsa da cidade tanto nas transformações do espaço quanto no desaparecimento de antigos ritos fúnebres. Mas os memorialistas a introduziam no discurso, e lembravam que o dever com os mortos ia muito além do cerimonial adequado, mas implicava reconhecê-los: nas esquinas, praças, árvores, topônimos... Vestígios do passado transmutados em lápides. A literatura aqui estudada pode ser interpretada como ato destinado a apontar a necessidade de velar os mortos na preservação de suas obras, de toda a vida precedente encarnada em fragmentos e em costumes esquecidos em virtude das novas “pretensões a Metrópole”. Nesse âmbito, João Nogueira recordou, com enlevo, os “enterros de anjinhos”.

Eram festivos e risonhos os enterros de *anjinhos* ao tempo em que a Fortaleza não tinha pretensões a *Metrópole*... Os sinos da Sé (os menores) repicavam alegremente e a família do *anjinho* convidava quantos meninos pudesse para acompanhar o saimento. Não se encomendavam os *anjinhos*. Porque encomendá-los Àquele que dissera: Deixai vir a mim os pequeninos? A inocência daquelas aves abria-lhes as portas do reino dos céus. Enquanto os pequenos convidados esperavam pela hora da saída, recebiam, de agrado, toda sorte de guloseimas. Depois, lá se ia o alegre bando acompanhado, não raro, por músicos que tocavam, durante o trajeto, polcas, quadrilhas e outras peças alegres. E era assim que *as mães*

¹⁷⁴ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 83.

¹⁷⁵ Gustavo Barroso sugeriu essa relação: “Aos cinqüenta anos, não dou um passo pelas minhas recordações que não seja por entre cruzes”. (BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Liceu do Ceará. 3 ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000, p. 91)

*piadosas deixavam que voassem as andorinhas, em busca de paragens luminosas. Felizes tempos aqueles!*¹⁷⁶

Eram tempos mais felizes aqueles? Quem sabe? De qualquer forma, o engenheiro encontrava regozijo na lembrança. Mas o encontraria do mesmo modo se a tradição continuasse? Talvez sim, mas de uma forma distinta, porque presença. A ausência faz o memorialista, a mudança re-elabora seus sentimentos com respeito à cidade em que vivera por longo tempo, produz memórias que não são a Fortaleza de antigamente, mas fragmentos recolhidos e dispostos segundo critérios de afetividade.

No entanto, é provável que João Nogueira e Gustavo Barroso tenham sido levados, pelas circunstâncias que deparavam no presente, a idealizar as atitudes dos antigos com relação aos mortos. O testemunho de João Nogueira sobre a demolição do antigo cemitério de São Casemiro, em 1877, e a sombra do desprezo que pairava sobre os que ali repousavam, parece apontar nesse sentido.

Muita gente passa hoje em frente às oficinas da *Baturité* sem suspeitar ao menos que todo aquele movimento se opera sobre um chão de repouso e de morte. Parte das oficinas, o *Chalet*, a Carpintaria, os Depósitos e desvios estão assentes sobre o local do antigo cemitério de S. Casemiro [...]. Aí se fizeram enterramentos até abril de 1865, época em que foi fechado sob pretexto de se achar quase dentro da cidade, estar sendo invadido pelas areias do morro, estarem sepultados nele inúmeros coléricos. Daí por diante jazeu em completo abandono, até que em 1877 se resolveu a sua demolição. [...] Compreendem-se perfeitamente as razões porque se fechou o Cemitério Velho; o que porém nunca pudemos compreender foi o abandono, de que fomos tantas vezes testemunhas, daquele humilde Campo Santo. Em 1878 já estava quase tudo em ruínas: túmulos desmoronados, catacumbas abertas, deixando ver o seu horripilante conteúdo, ossos dispersos pelo chão, onde os animais pastavam tranqüilamente. Dir-se-ia que na cidade não restava mais nenhum parente, nenhum amigo de nenhum daqueles que repousavam ali.¹⁷⁷

À vista dessas poucas (e chocantes) linhas, impõe-se repensar as assertivas que atribuíam aos antigos maior respeito e consideração aos mortos. Afora a ordem de “autoridade competente” para exumação dos restos

¹⁷⁶ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 85-6 (grifos no original).

¹⁷⁷ Id. Ibidem., p. 74-5 (grifos no original).

de mortos ilustres antes da profanação (como o do Boticário Ferreira, a quem se atribui, juntamente com Silva Paulet e Adolfo Herbster, o traçado ortogonal das ruas de Fortaleza), o único que parecia se importar com o desrespeito era uma velha casuarina.

Do nosso antigo cemitério resta apenas um único monumento: uma casuarina, que o acaso conservou. *Utimo morins*, único amigo sobrevivente de quantos viu sepultar. Dizem que quando se revolvem as cinzas dos seus mortos ouve-se pela calada da noite um vozear baixinho por entre a vetusta ramaria.¹⁷⁸

Por entre a folhagem da árvore, diziam escutar-se um último alento aos mortos, cujos despojos não voltariam nunca “ao pó sagrado de que nos fala a Escritura, mas à areia negra do esquecimento e do desprezo”.¹⁷⁹

Outra prática que, segundo os memorialistas, desaparecia (ou perdia a autenticidade), com o passar do tempo, era o carnaval. Em mais de uma ocasião constatou-se (entre a nostalgia e o alívio) que a festa já não era mais a mesma. Em crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, em fevereiro de 1931, Ubatuba de Miranda lamentou o declínio do carnaval de rua, de conotação popular: o carnaval das “laranjinhas” de borracha, do entrudo, dos “papangus”.

O carnaval de outros tempos! Tão diferente do de hoje. Inda sou desse tempo que não vae tão longe. [...] Era o carnaval da laranjinha de cêra, de cuia d'agua, de bisnaga de flandre. Era o carnaval grosseiro, mas um carnaval alegre. Alegre e barato. [...] Sahia-se á rua vestido de papangú, mascarado, aos grupos, em cordões. Sahia-se interrogando-se a toda a gente: Você me conhece? [...] O entrudo! Ah! o entrudo! Latas e baldes d'agua em cima de todo o mundo. O

¹⁷⁸ Id. Ibidem., p. 78 (grifo no original). No texto que dedica ao oitizeiro do Rosário, João Nogueira menciona outras árvores conhecidas de Fortaleza. Além do cajueiro do Fagundes, cuja história já é conhecida, havia a “árvore da liberdade”, coqueiro plantado em 1831, no antigo pátio do Palácio (atual praça General Tibúrcio), por ocasião da abdicação de D. Pedro I; o “cajueiro botador”, “velho” que “não se impunha ao respeito”, por prestar-se ao chiste popular: sob sua fronde ocorria a eleição dos maiores mentirosos da cidade, que sempre terminava em cervejadas, nos botequins da praça do Ferreira, onde estava localizado; por último, um coqueiro da praça da Estação, que não tinha história conhecida: “É um velho que tem atravessado a vida sem viver. Sabe-se apenas que nas noites de luar conversava com o oitizeiro. O que diziam, ninguém entendia... Agora emudeceu para sempre, porque morreu o único amigo que lhe restava e o entendia”. NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 161.

¹⁷⁹ O historiador Simon Schama faz uma instigante reflexão acerca das ligações das árvores com o sagrado, na simbologia de pinturas e xilogravuras da Idade Média. Esses entes da natureza foram apropriados por catequistas cristãos que deram combate a cultos fetichistas, e se empenharam em converter seus praticantes através de sua associação ao Crucificado. (SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 221-232)

Carnaval de rua, o carnaval sem distinção [...]. Não havia curso de automoveis enfeitados. Havia bandos, farandulas de mascarados exóticos, e foliões berrando pilherias sadias. [...] Hoje não. Hoje, quem não tiver «aramé» para o automovel, e de 3\$000 p'ra cima, para a lança-perfume que tresanda a ether, não entra na folia. Acabou-se o Carnaval de vintém, carnaval que morreu com o seu tempo, tempo que jamais retornará.¹⁸⁰

Conquanto desaprovasse tais extravagâncias, João Nogueira também sentiu a necessidade de registrar o paulatino desaparecimento do carnaval de rua, em estudo de março de 1936. A festa contemporânea restringia-se ao curso, desfilar de automóveis que ganhava algumas ruas da cidade, e aos clubes, que promoviam bailes e concursos de fantasia.

Daquela data [1918] até 1935 o nosso carnaval de rua quase se limitou a um curso pela Praça do Ferreira e ruas adjacentes: muitas serpentinas e confetes, crianças fantasiadas, muito alarido e raros “papangus”. O carnaval dos clubes, porém, é que vem *crescendo* na animação e na riqueza dos vestuários de damas e de cavalheiros. D. Adília Moraes, escritora de reconhecido talento, descreveu a primor, pelas colunas de *O Povo*, as festas magníficas dos nossos clubes elegantes no último carnaval.¹⁸¹

No entanto, as motivações que o impeliam ao registro de práticas desabonadoras pareciam distintas das que o levaram a recordar os enterros antigos. Sobressai, em seu estudo, a desqualificação de quem se entregava a esses “brinquedos grosseiros”. A esse respeito, a descrição do entrudo é reveladora.

Pelos anos de 1830 aqui na Fortaleza não se brincava o carnaval propriamente dito: apenas havia o entrudo (de *introitum*, entrada, da Quaresma). Brinquedo grosseiro a que pouca gente se entregava, mas, apesar disto, o jogo era forte. [...] Não se limitava [sic] os vadios daquele tempo a jogar água com cuias, canecos e *chiringas* de longo alcance: empregavam igualmente alvaiade, pós de sapatos, zarcão e farinha de trigo em pó ou em papa. Infeliz da negra que aqueles *luperci* encontrassem na rua: em um ápice ficava branca de neve, tanta farinha de trigo lhe jogavam. [...] Invadiam as casas das famílias, onde não respeitavam nem a quem estivesse doente na camarinha. A estes, porque os não podiam molhar, pintavam as faces

¹⁸⁰ Gazeta de Notícias, 17/02/1931, p. 4.

¹⁸¹ NOGUEIRA, João. Op. Cit., p. 148 (grifos no original).

com zarcão e sujavam roupas e redes com os pós negros. Ninguém escapava na casa invadida por aqueles doidos que, quando saíam, deixavam tudo molhado, sujo, revolvido e, não raro, trastes arreventados, louças quebradas e os potes secos. [...] Os assaltos de hoje não têm este caráter excessivo e destruidor.¹⁸²

Se Ubatuba de Miranda lamentava a descaracterização da festa, cada vez mais elitista e de acesso restrito, João Nogueira apontava para uma progressiva civilização do costume: “Já em 1870 o jogo do entrudo era menos grosseiro: em vez de bacias d’água e de *batismo* usavam-se as laranjinhas de borracha ou de cera, com água de cheiro”.¹⁸³ De uma forma ou de outra, nota-se a necessidade de recordar a prática, a qual também moveu Raimundo de Menezes a evocar a simplicidade das festas antigas, peculiares a uma cidade provinciana cujos atrativos eram fornecidos pelo progresso.

Quanta ingenuidade saborosa nas festas antigas da Fortaleza dos nossos avós! Quanta simplicidade nos folguedos tradicionais que o tempo levou! Como eras encantadora, minha cidade amada, com as tuas festanças simples como tu mesma! [...] Além do primitivismo dos teus bailes, tinhas, ó minha Fortaleza d’outrora, quantas outras maneiras para te divertires: os bons velhinhos que estão quietamente me escutando, nesta hora gostosa de saudades, devem lembrar-se de quantos folguedos os alegraram na sua juventude que o tempo levou!¹⁸⁴

Em crônica de abril de 1931, Ubatuba de Miranda lamentou o desaparecimento de outra tradição popular, ligada a importante data do calendário cristão: o enforcamento de Judas na Sexta-Feira Santa. A desforra contra o traidor de Cristo – e a grande mobilização em torno da queima de sua efígie, que caracterizava a prática – era percebida como vestígio de outra época.

A brincadeira de Judas está em declínio, quasi desaparecendo [...]. A tradição vae morrendo. Antigamente a noite de sexta para sabbado de alleluia, era noite animada, tulmutuosa, folgasã. O maior prazer era fazer-se um Judas, e o prazer maior roubal-o. Noite de ruido de reboliço. [...] Grupos em algazarra rua acima, rua abaixo, com gaitas

¹⁸² Id. Ibidem., p. 141-2 (grifos no original).

¹⁸³ Id. Ibidem., p. 142 (grifo no original).

¹⁸⁴ MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 35-6.

e serrotes em barricadas perturbando o sono alheio. [...] Pela madrugada içavam o Iscariote symbolico, e a noite inteira elle recebia balaios de revolver e fogo de lazarina. Na manhã seguinte ao ripicar do sino era rasgado a unha pela menina irreverente que vingava a traição que as escripturas registram. Tudo isso tende a se acabar de vez. [...] Hoje contam-se os judas que amanhecem pregados nos mastros recebendo pedradas. O que se vê são os de dois pés, andeijos, por ahi afóra, impunes e impavidos. – Ah ! se algum delles acabasse no pau!¹⁸⁵

Ao desencavar antigos costumes populares, talvez os memorialistas manifestassem um desejo incontido de saldar uma dívida com os mortos, dedicando-lhes algumas palavras, antes que a areia do esquecimento os cobrisse por inteiro. Mas a atitude também pode se alinhar a um esforço de supressão do passado, na medida em que contribuía para a instituição de uma Fortaleza moderna, presente no reconhecimento de que antigas tradições já não pertenciam ao cotidiano da cidade. Falar de usanças populares quase desaparecidas pode ser um modo de sepultar os mortos (ainda que de fato não o estejam) para que os vivos possam assumir seu lugar. A lembrança do passado libertava o presente, concorria para o aniquilamento simbólico da cidade antiga, para que uma nova pudesse emergir dos escombros de sinais gráficos repressores.¹⁸⁶

Essa vontade de fundar um novo tempo para Fortaleza, manifesta na escrita que suprime o objeto em função do qual se articula, também perpassa o texto de Euclides César publicado no jornal *A Razão*, em 7 de novembro de 1931, no qual censurava o que aparentemente era o último resquício da cidade antiga: a algazarra de crianças nas calçadas.

Fortaleza [...] vae perdendo aos poucos os seus velhos habitos patriarchaes. De matuta acanhada e arisca, como a araponga no collo virginal de nossos sertões, transformou-se na melindrosa, na «flapper» dos yankees, recebendo com derriço e faceirice encantadora, o osculo da civilização com todos os seus artificios e

¹⁸⁵ A Razão, 04/04/1931, p. 2. Pode ter contribuído para o sepultamento da prática o combate movido pelo poder público. A tradição era proibida no *Código de Posturas* de 1932: “Art. 461 – E’ proibida, nos logradouros publicos a exposição de judas de sabado de aleluia. Pena: Multa de 50\$000”. (*Código de Posturas do Município de Fortaleza* – 1932. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 109)

¹⁸⁶ Essas reflexões foram inspiradas pelo esclarecedor ensaio de Michel de Certeau sobre a cultura popular, objeto que existe apenas no gesto que a suprime. (DE CERTEAU, Michel. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. Tradução: Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papyrus, 1995, p. 55-85)

atrações magneticas. Tenham a palavra, aqueles que já se acham no melancólico outono da existência, isto é, na fase do «desfolhar dos lírios». Comparem eles a Fortaleza dos bondecos de burros e do fonógrafo com a actual Fortaleza dos arranha-céus, dos vertiginosos condôres de aço da Panair, dos Golfinhos e das lindas, avenidas que são como artérias escancaradas ao imenso formigueiro humano. A diferença é apenas estupenda.¹⁸⁷

O sepultamento da cidade antiga também se articulava em testemunho de Raimundo Girão, datado de 1959. Ele recordou, em sua *Geografia estética de Fortaleza*, uma cidade que se libertava de antigas tradições e tomava, a partir dos anos trinta, a “senda do modernismo”.

A cidade, agora, sim, tomava a senda do modernismo, de momento a momento dona de si mesma. Saía da meia luz dos adorados hábitos e tradições românticas, vendo morrer na alma o lirismo e os encantos de quantas coisas a embalsamavam suspirosa. Calaram as serenatas, desapareceram os seresteiros, morreram os congos e pastorinhas, os terços do Cruzeiro da Sé, as saídas da missa, os passeios de bonde, as noites de luar macias e sentimentais da Praia de Iracema. Perderam a graça os enforcamentos de bruchos Iscariotes e os *serra-velhos* das vésperas da Epifania.¹⁸⁸

Se essa escrita descrevia uma cidade que abandonava velhos hábitos e marchava rumo à civilização, do mesmo modo demarcava, de modo retrospectivo, um novo tempo para a cidade – legitimando, evidentemente, as ações do ex-administrador e fomentador de seu progresso.

As notáveis realizações que apontavam para o progresso da cidade talvez não bastassem para a consecução de uma cidade moderna: recordar costumes antigos era parte do processo.

¹⁸⁷ A Razão, 07/11/1931, p. 3.

¹⁸⁸ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: BNB, 1979, p. 252.

CAPÍTULO 3 – A MEMÓRIA E AS INSTITUIÇÕES

3.1. Uma mesa para o Instituto

No ano de 1929, um oitizeiro contíguo à igreja do Rosário foi derrubado. Segundo disseram, a medida se impusera em prol do progresso e urbanização da cidade.

Mas, e depois? O que teria acontecido a seu corpo – para usar de uma figura cara a seus defensores – após a ação brutal que lhe abreviara a vida? Que destino tivera o tronco da árvore? Teria sido ofertado à Santa Casa como lenha para a fornalha que cozinhava o alimento aos doentes, segundo afirmou Gustavo Barroso?

Algum tempo depois, um articulista do jornal *O Nordeste* solicitou da prefeitura, de modo peremptório, a confecção de uma mesa para o Instituto do Ceará. Não se tratava, no entanto, de uma mesa comum, mas uma em particular, fabricada a partir de um tipo de madeira específico, proveniente de uma árvore em especial.

A idéia foi do sr. Alvaro Weyne, quando prefeito, para compensar a magua do sr. Barão de Studart. Ao tempo em que, atendendo aos imperativos da esthetica urbana, foi abatido o tradicional outizeiro que ficava em frente ao Credito Popular São José, o venerando presidente do Instituto não deixou passar em silencio o *attentado* á tradição historica. Apesar disso, o oitizeiro foi abatido. Entretanto, o prefeito resolveu compensar de alguma forma ao patriarcha da nossa historia, a sua magua. E mandou serrar o tronco da arvore, nas officinas da R.V.C, com o intuito de aproveitá-lo na construcção de uma grande mesa para o Instituto. Nesse interim deixou a gestão da communa. Mas a idéa ficou. O tronco do oitizeiro foi transportado á Prefeitura, onde permanece. A pedido do dr. João Nogueira, o prefeito Urbano Almeida ia realizar o objectivo do seu antecessor, quando deixou tambem a governança da cidade. A Prefeitura está, porem, na obrigação moral de saldar essa divida e, por certo, o actual prefeito, tomando o caso em consideração, não deixará de offerecer ao Instituto esse movel historicamente precioso.¹⁸⁹

¹⁸⁹ O Nordeste, 18/07/1932, p. 5 (grifo no original).

Para os membros do Instituto Histórico, agremiação cuja premissa era o culto do passado e da tradição, o oitizeiro do Rosário afigurava-se em preciosidade. O gosto pelo antigo, por tudo que denotasse vetustez, pela poeira dos arquivos, era a atitude característica de um grupo de intelectuais que se reunia periodicamente para celebrar as ciências e a história dos antepassados.

Essa particular relação com o passado pode ser divisada na carta de Eusébio de Sousa, membro do Instituto, dirigida a Raimundo de Menezes, em louvor a seu programa de rádio e às crônicas que rememoravam aspectos da antiga Fortaleza. Eis um trecho bastante elucidativo de tal postura frente ao passado:

Com a clarividência de seu formoso espírito, você já deve ter atinado porque sou assíduo “ouvinte-leitor” de seus apreciáveis escritos: porque admiro e cultuo o passado e me sinto muito bem quando deparo com alguma coisa que se relaciona com papéis velhos, pois a poeira que os envolve é mais suave e mais macia que a poeira de todos os dias. Tem algo de grave, de solene, de recordativo, servindo-me das expressões de outrem.¹⁹⁰

Uma poeira solene... Porque evocativa de um passado distante, porque acusava a passagem do tempo, consistindo em um de seus mais evidentes sinais.

Para as sentinelas do passado reunidas no Instituto, derrubar a árvore equivalia a apagar indícios da passagem do tempo, concorrendo para a construção de uma cidade livre da “poeira”, sem passado, desafortunadamente imersa em um eterno presente. A recusa em aceitar tal condição moveu o Instituto a se pronunciar, na pessoa de seu presidente, o barão de Studart, contra o “atentado” à tradição que ora se empreendia. Mas em função da inocuidade de seus apelos, restou apenas lamentar o ocorrido: em sessão de 20 de maio, os sócios presentes manifestaram pesar por tal desprezo em

¹⁹⁰ Carta publicada na *Gazeta de Notícias*, em 02/04/1938. Apud MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 24-5.

relação às “tradições e reliquias existentes em Fortaleza”, legando à posteridade a indignação consignada em ata.¹⁹¹

A derrubada da árvore foi sentida por intelectuais que se mostravam sensíveis aos apelos do passado, caso de João Nogueira, sócio correspondente do Instituto, e de Eusébio de Sousa e barão de Studart. Indício da veneração que esses intelectuais lhe dedicavam era o fato de haverem-se realizado “agradáveis palestras” sob sua copa, segundo relata Eusébio de Sousa, em estudo dedicado a perscrutar a trajetória da instituição.¹⁹² Depois de derrubada a árvore, parecia justo guardar um fragmento a fim de que fosse feita uma mesa para a continuidade da tradição mencionada, se não mais sob a árvore histórica, ao menos em presença do que dela havia restado. Um resto do passado a ser guardado pelo Instituto, em virtude da ligação que a instituição mantinha com a árvore e com aquilo que ela personificava.

O oitizeiro do Rosário era depositário dos anseios de enraizamento experimentados por um grupo de indivíduos que se alimentava do passado, quando o mais usual era descartá-lo, como quem se desfaz de papéis velhos. Era mito de origem a partir do qual Gustavo Barroso narrou o romance da cidade, dos seus primórdios ao rápido crescimento. Possuir um móvel fabricado de sua madeira era possuir uma fagulha do passado, evitando seu trágico apagar-se, mantendo acesa a chama da lembrança. O presente estava em dívida com o passado, conforme deixa entrever a notícia. Proporcionar meios de memória era forma de saldá-la. A mesa concretizava uma permanência perseguida por aqueles que firmemente se opuseram ao extermínio da árvore.

Não foi possível encontrar outras referências à mesa. Todavia, face ao exposto, não podemos negar da concretude assumida por esse hipotético móvel: ele encarnava o sentimento que impelia esses homens ao passado. Ao contrário de uma cadeira ou de uma estante, a mesa melhor se prestaria ao

¹⁹¹ *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, t. 43 e 44 (1929-1930), 1930, p. 391. A ata seria posteriormente reproduzida em jornais da cidade. Antonio Teodorico da Costa, membro do Instituto, também se manifestara, em artigo de primeira página, publicado na *Gazeta de Notícias* (22/05/1929), contra a derrubada da árvore.

¹⁹² SOUSA, Eusébio de. *Meio século de existência* (subsídio para a história do Instituto do Ceará) – 1887/1937. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937, p. 263. Apud HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do Templo da História*. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004, p. 149.

dever solene de que era investida, devido à gravidade de sua compleição e representatividade de uma intelectualidade que, do seu lugar social, reivindicava um lugar para a memória.

João Nogueira era morador antigo (nascera em 1867) desorientado pela transformação da cidade natal, crítico mordaz da busca desmedida por progresso, e intelectual que, da posição que ocupava na sociedade, apontava a relevância coletiva de determinados fragmentos da cidade antiga. É mister compreender a escrita de João Nogueira a partir da reconstituição do lugar em que vem a lume e fornece suas condições de existência. As próximas linhas serão dedicadas à instituição que parece conformar sua relação com o passado e reger sua atuação em defesa de seus vestígios.

Conforme foi dito há pouco, João Nogueira era membro do Instituto do Ceará, mas na condição de sócio correspondente. Contribuía para a publicação que a agremiação mantinha com artigos, como “Dona Bárbara [de Alencar] e o governador Sampaio”, publicado em 1928, visando à retificação de erros históricos.¹⁹³ Alguns de seus textos publicados no jornal foram reproduzidos na *Revista do Instituto*, nas décadas de 1930 e 1940.

Mas sua produção intelectual concentrou-se primordialmente no jornal. Ao longo de sua prática, ele reunira esse material e ambicionava publicá-lo em livro, segundo contou Alba Valdez, em necrológio que lhe fora dedicado. Não viveu o suficiente para realizar o anseio, mas seus pares lembraram de cumpri-lo em obra póstuma, editada sob os auspícios da instituição, em 1954. Assim nascia *Fortaleza velha*, coletânea de artigos originalmente publicados na imprensa que a capa dura vinha perenizar. Reconhecia-se a validade e pertinência de seus escritos, e seu valor enquanto intelectual que prestara serviços inestimáveis para a memória da cidade, retratando paisagens e costumes que de outra forma não seriam conhecidos na posteridade.

Após seu falecimento (em 2 de dezembro de 1947), Alba Valdez proferiu, em sessão especial do Instituto, discurso onde lhe louvava as virtudes, como a modéstia e a afabilidade, e realçou, sobremaneira, seu apego a traços materiais da cidade antiga, alçando-o ao status de seu maior defensor: “A sensibilidade se lhe aguçava ao dar com o desmoronamento de um prédio

¹⁹³ NOGUEIRA, João. Dona Bárbara e o governador Sampaio. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, t. 42, 1928, p. 106-113.

histórico, desfigurando a cidade e desfalcando-a de uma antiguidade”. Contra a destruição absurda dessas relíquias do passado ele se insurgia, no parecer da escritora: “Que ela [Fortaleza] permanecesse como nos velhos tempos da sua infância e da sua mocidade: ruas e praças e largos com os mesmos nomes antigos que ele declinava até nos seus escritos [...]”.¹⁹⁴



João Nogueira
(GIRÃO, 2000, p. 48)

Em sua apaixonada defesa de vestígios da cidade antiga, João Nogueira construiu uma imagem de intelectual engajado na valorização do passado. Tais esforços foram reconhecidos na sua indicação para sócio efetivo do Instituto, em 1941, após se haver esquivado (segundo o padre Misael Gomes, membro encarregado de recebê-lo no seio da instituição) por anos sucessivos do lugar que lhe fora destinado por parentesco (seu pai, o desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, foi um dos fundadores do Instituto e seu primeiro presidente).¹⁹⁵ Seu empenho e dedicação às letras lhe valera o reconhecimento dos pares, que o recompensaram com um lugar de honra no panteão das letras históricas cearenses.

¹⁹⁴ VALDEZ, Alba. João Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, t. 61, 1947, p. 245.

¹⁹⁵ GOMES, Misael. Recepção dos Srs. João Nogueira, Dolor Barreira, Raimundo Girão e Plácido Castelo. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, t. 55, 1941, p. 84.

Raimundo de Menezes também foi laureado por sua atuação no campo das letras. O jovem escritor, autor das obras *Outras terras, outras gentes* (1926) e *Nas ribas do Rio-mar* (1928), escritas a partir de suas viagens à Europa e ao Norte do Brasil, conquistou, nas palavras de articulista da *Gazeta de Notícias*, “nome excepcional nos meios pensantes de nossa terra”, após sua notória atuação no jornal.¹⁹⁶ O reconhecimento dos pares é uma dimensão a ser considerada no estudo de qualquer produção intelectual, pois também compõe o horizonte de sua atuação ao lado de necessidades de ordem pessoal e afetiva.

Antes de João Nogueira, outros intelectuais ligados à instituição ocuparam-se de registrar aspectos do passado da cidade. Em 1912, a *Revista do Instituto* publicou estudo de João Brígido intitulado *A Fortaleza em 1810*, onde a vila dos primórdios do século XIX era reconstituída em pormenores: planta, primeiras edificações, disposição do solo, comércio, ofícios, salários, preços de gêneros, vestimentas, festas... Tais informações foram levantadas nos antigos livros da Câmara Municipal, os quais se encontravam ameaçados de deterioração pela ação do tempo, o que fatalmente culminaria na perda de uma importante fonte de conhecimento do passado. A fim de resguardar esses fatos do esquecimento, o jornalista procedeu ao arrolamento dos dados relativos às “origens” de Fortaleza.

Breve estarão perdidos, para a crônica da cidade da Fortaleza, dados importantes, que se encontram nos livros do antigo senado da Câmara, sobre o seu desenvolvimento e progresso. O modo pelo qual se foram projetando as suas ruas, a configuração que a povoação teve primitivamente ou foi adquirindo, e as modificações que foi sofrendo [...] Para salvar do esquecimento estes fatos faremos o transunto do que se encontra nos livros aludidos e outros documentos e bem assim do que a tradição conserva e nos foi atestado por testemunhas oculares.¹⁹⁷

Essa busca das origens guarda íntima relação com a moderna instituição histórica: “Os historiadores reconstituem o passado nos mínimos

¹⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, 05/03/1938, p. 3.

¹⁹⁷ BRÍGIDO, João. *A Fortaleza em 1810*. In: *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, p. 208-9.

detalhes com um cuidado muito maior, pois este se perdeu para sempre”.¹⁹⁸ Os livros mal conservados da Câmara continham grande quantidade de informações sobre a configuração da vila e o modo de vida da população, e por isso se afiguravam em preciosidades, na medida em que possibilitavam o contato com uma cidade desaparecida da memória dos habitantes, assim como saldavam uma dívida com os mortos: os papéis diziam que o mérito do traçado ortogonal das ruas de Fortaleza cabia a Antônio José da Silva Paulet, idealizador do plano; até então fora erroneamente atribuído a Antônio Rodrigues Ferreira (o Boticário Ferreira, homenageado no batismo da mais popular praça da cidade), presidente da Câmara Municipal por anos sucessivos, que, no entanto, prestara serviços inestimáveis na observância do plano traçado por aquele.¹⁹⁹

Anterior ao estudo de João Brígido, é a *Descrição da cidade de Fortaleza*, de Antonio Bezerra, impresso na mesma *Revista*, em 1895. Se aquele jornalista reconstituía a vila de um século antes, este descrevia a cidade do presente, em seus diversos aspectos: localização geográfica, perímetro (aproximadamente 6 km²), quantidade de ruas (61), boulevards (3) e praças (14, das quais destacava o Passeio Público), construções (6.154, poucos sobrados), iluminação (contava 1.607 combustores e era “sem dúvida a iluminação nesse gênero a mais elegante no país”), meios de comunicação e transporte (possuía 195 aparelhos telefônicos e 11 km de linhas de bondes).²⁰⁰ A obra também procedia a um mapeamento de seus edifícios mais importantes, de função administrativa ou religiosa: além de vasta seção dedicada às igrejas (Antonio Bezerra era católico, como a maioria dos membros do Instituto), são inventariados os prédios da Assembléia Legislativa, Intendência Municipal, Tesouraria da Fazenda, entre outros. Também mereceram algumas palavras instituições educacionais e agremiações culturais: o Liceu do Ceará (cujo prédio seria demolido em 1935) e a Escola Normal; a Padaria Espiritual e o próprio Instituto.

¹⁹⁸ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 68.

¹⁹⁹ BRÍGIDO, João. Op. Cit., p. 209.

²⁰⁰ BEZERRA DE MENEZES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. (Introdução e notas de Raimundo Girão). Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, p. 35-40.

Se Antonio Bezerra oferecia um quadro o mais completo possível da cidade – emoldurado por suas concepções de história –, o estudo também se constituía em prova de seu irrefutável progresso. No fim do texto, o jornalista anota: “A cidade da Fortaleza, no domínio republicano, tem tomado um incremento admirável; sua edificação cresce prodigiosamente e por toda parte a vida, o movimento dão-lhe ar de grandeza e prosperidade [...]”.²⁰¹ Conquanto figurem como conclusão, tais palavras explicitam uma das premissas da obra: no limiar do século, a *Descrição* evidenciava o crescimento da cidade.

Entre biografias, genealogias, cronologias, fragmentos de debates em torno da retificação da verdade histórica (caso do artigo de João Nogueira dedicado a dissipar erros históricos sobre a prisão de Bárbara de Alencar, e a corrigir injustiças sobre o caráter do governador Sampaio), efemérides (de João Brígido e barão de Studart), e estudos que versavam sobre fatos históricos e aspectos da geografia cearense, a *Revista do Instituto* publicou trabalhos relativos à cidade – de João Brígido e Antonio Bezerra, assim como outros, de menor expressão. E assim, fornecia subsídios para a escrita de João Nogueira, que recorria a eles, em um presente de mudança, para compor quadros do passado da cidade publicados em jornal.

Desde sua fundação, em 1887, o Instituto do Ceará configurou-se em espaço reservado ao conagraamento das elites políticas e econômicas, propício à manipulação de símbolos intelectuais e científicos.²⁰² Em função desse compromisso com um lugar (a um só tempo intelectual e político), a atuação de seus membros sempre se pautara pela escrita de uma história dedicada à celebração dos vultos da história cearense. Essa coloração era fornecida pelo perfil profissional dos sócios: bacharéis, médicos, padres, detentores de altos cargos na administração pública e funcionários da burocracia estatal. João Nogueira também pertencia a essa linhagem de intelectuais de tradição bacharelesca: formara-se em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1896, ocupando altos cargos na Rede de Viação Cearense, empresa que administrava as estradas de ferro no estado (por muito tempo um dos grandes símbolos do progresso, cumpre destacar).

²⁰¹ Id. Ibidem., p. 187.

²⁰² AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Política e intelectuais no Instituto do Ceará*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002, p. 18-20; 40.

A veneração aos mortos ilustres caracterizava a prática desses intelectuais, e a homenagem prestada nos logradouros da cidade se inseria nesse âmbito – conforme já foi destacado, João Nogueira não se opunha às homenagens, mas àquilo que vinham destruir, e até se envolveu em polêmica sobre a alteração do nome da rua governador Sampaio para Bárbara de Alencar, o que lhe parecia uma injustiça contra o honrado governante que não fora o monstro que pintavam e não merecia ter o nome “arrancado a uma das ruas d’esta Capital”.²⁰³ Além de publicar necrológios, a *Revista* possuía uma seção intitulada “Os mortos do Instituto”, anotada pelo barão de Studart.

Tal sentimento traspassa o manifesto de João Nogueira contra as pretensões a uma total reforma da igreja da Sé, publicado em junho de 1933. As linhas que seguem estão impregnadas desse sentimento de respeito e comunhão para com os mortos, o qual era alimentado por um templo “duplamente sagrado”, em função de sua vetustez de templo quase secular.

[...] agita-se na Fortaleza a idéia de uma reforma completa na nossa Catedral, de modo que ela se torne uma igreja esplêndida e de acordo com o nosso desenvolvimento. [...] Por que reformar a Sé? Por que mudar o aspecto sob o qual nossos pais a conheceram? Por que é velha, pequena e feia? [...] Bem seria que a nossa Sé fosse muito antiga e que houvesse conservado o mesmo aspecto através de gerações; de modo que ali víssemos o que viram os nossos maiores, rezássemos o que eles rezaram, pedíssemos o que eles pediram, chorássemos o que eles choraram, ante os mesmos santos, no mesmo, no mesmíssimo ambiente em que eles iam orar. Além do sentimento religioso que ali nos levasse, havia a mais para reforçá-lo uma espécie de contacto com os nossos mortos, cujas sombras estariam ali presentes, ou lembradas, por tudo quanto nos rodeasse. De modo que, quando a nossa casa paterna desabasse, encontrássemos na igreja as recordações vivas e consoladoras dos nossos mortos. Um templo despido de todas estas lembranças pode ser atraente; mas quando cheio de sombras queridas, torna-se duplamente sagrado. Tem o valor de um cemitério; é recinto onde não podemos entrar sem nos descobrirmos e nos descalçarmos. Para muitos dos antigos moradores da Fortaleza, a nossa velha Sé é como um sagrado arquivo de família, que nos prende pelo laço religioso aos vivos e nos desperta e entretém a lembrança e o amor daqueles que se foram, a quem tudo devemos e não devemos

²⁰³ NOGUEIRA, João. Dona Bárbara e o governador Sampaio. Op. Cit., p. 112.

esquecer. Por que apagar esses vestígios tão caros a nós, os velhos da Fortaleza?²⁰⁴

Por que desatar os laços que os prendiam aos mortos? Por que destruir um templo onde estes se faziam presentes através da lembrança? Naquele recinto, cada reentrância, cada objeto, sugeria a presença dos que já se foram. O sentimento religioso que para lá guiava os vivos era fortalecido pela lembrança que o recinto animava. O passado era assim vivido como mística. O vestígio era a hóstia que permitia a comunhão com os mortos. Em memória dos “maiores” cuja chama havia se apagado, a velha Sé devia ter seu aspecto original conservado. O dever para com os mortos e com sua recordação assim o ordenava, compelindo o intelectual a militar, através da escrita, em defesa de seus resquícios.

*Remodelação é para ruas, praças e casario e nunca para edifícios erguidos, por assim dizer, sobre o invariável, o imutável e o eterno. [...] não desmanchemos, sem um motivo poderoso, aquilo que o passado nos legou de bom.*²⁰⁵

Todavia, seus apelos foram infrutíferos. A igreja não seria reformada, mas demolida, em 1938, para que em seu lugar se erguesse um novo templo, de acordo com o progresso da cidade.²⁰⁶ Dupla violação: a de um santuário e a do passado. A “picareta renovadora” vitimava mais uma “velharia”, demolia uma igreja que compusera a paisagem da cidade por quase um século, onde a maioria da população se batizara. Era pequena e feia, conforme destacou João Nogueira, mas o tempo depositado em sulcos e manchas a tornava respeitável

²⁰⁴ NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha: crônicas*. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980, p. 60.

²⁰⁵ Id. *Ibidem.*, p. 62.

²⁰⁶ “O falecido arcebispo de Fortaleza, D. Manuel da Silva Gomes, no afã de substituir a velha Sé por moderna Catedral em estilo gótico imitado em tijolo, mandou demolir o templo e o seu cruzeiro. No entanto, a nova Catedral, até hoje inconclusa, poderia levantar-se em outro local e ficar na sua antiga praça a Igreja tradicional, onde quase todos os moradores da cidade se tinham batizado, crismado e casado. Gerações e gerações haviam amanhecido e adormecido ao som dos sinos da Sé. A vida citadina durante quase um século se regulara pelo bater das horas do seu relógio. A história, a tradição, o costume, o sentimento geral, tudo mandava poupar a pobre Matriz cearense”. (BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. 2. ed. Rio; São Paulo; Fortaleza: FUNCET, 2004, p. 237). A nova catedral demoraria quarenta anos para ser concluída. (AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural*. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC; Banco do Nordeste, 2001, p. 320).

e por certo digna de ser conservada sempre próxima àqueles que se habituaram a sua presença.

Esse era o lugar de João Nogueira: morador antigo que presenciava, atônito, a rápida transformação da cidade em que vivera por toda a vida, da qual se afastara tão somente para cursar os estudos em Engenharia, na Capital Federal; que estranhava um espaço outrora familiar; que recusou a mudança, referindo-se aos lugares da cidade ainda por suas antigas denominações; e intelectual que se punha a recordar o passado, enquanto seus concidadãos se deslumbravam com os futuros desenhados pelo progresso. Em sua prática, assumiu um compromisso com a memória, convertendo-se em zeloso guardião da cidade antiga e de seus recantos tidos como sagrados.

O jornal, produto que melhor sintetizava a modernidade – sua duração não ultrapassava as vinte e quatro horas para as quais existia (salvo o recorte, além de outras apropriações) – foi, por excelência, o campo de atuação que elegera. Literatura de prontidão, ligada ao instante, à ordem do dia, porquanto, canal mais que apropriado para sua militância em defesa dos “frutos do tempo”. Possibilitava-lhe argumentar ante a iminência da destruição, na esperança de detê-la (ou adiá-la); mas de qualquer modo, registrava o que desaparecia na voragem do tempo: “[...] há sempre uma ligação entre escrita e memória, mas em alguns casos a escrita assume a condição de militante da lembrança, ou melhor, a condição de relatora da trama de transformações que se faz com o passar do tempo”.²⁰⁷

Escrita que produzia uma cronologia da destruição: falava ao leitor presente, mas também ao futuro (uma vez que havia a possibilidade de que seus escritos algum dia se transformassem em livro) da perda, que, conforme assinalou Michel de Certeau, está no começo de toda escrita.²⁰⁸

²⁰⁷ RAMOS, Francisco Régis Lopes. Rodolpho Theophilo e Capistrano de Abreu: Algumas memórias no Museu do Ceará. *Trajeto*s. Revista de História UFC. Fortaleza, v. 3, n. 5, 2004, p. 96.

²⁰⁸ “No começo da escrita existe uma perda. O que não se pode dizer – impossível adequação entre a presença e o sinal – é o postulado do trabalho sempre recomendo que tem como princípio um não-lugar da identidade e um sacrifício da coisa. [...] A escritura repete essa falta com cada um de seus sinais gráficos, relíquias de uma caminhada através da linguagem. Ela soletra uma ausência que é o seu preâmbulo e o seu destino final”. (DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim F. Alves. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 299).

3.2. A cidade vai ao Museu

Em meados de 1932, uma lasca de madeira foi ofertada ao recém-criado Museu Histórico do Estado. Não se tratava, contudo, de um fragmento de árvore qualquer, mas de uma em particular, abatida em meio a polêmicas, no final da década anterior.

Na ocasião, o acervo do Museu encontrava-se em fase de composição, e muitas doações de objetos que de alguma forma figuravam o passado eram feitas. Em anexo ao jornal *O Povo*, circulou, por breve período, uma publicação de caráter oficial, instituída no Governo Provisório do interventor Roberto Carneiro de Mendonça, onde é possível observar, com certa regularidade, a publicação de relações que informavam das doações de particulares ao Museu Histórico. Na listagem referente aos meses de junho e julho do ano de 1932, podemos ler a seguinte nota: “Pelo Acadêmico Hugo Vitor Guimarães e Silva, Fortaleza: [...] Um pedaço (um palmo) do famoso oitiseiro que ficava á rua coronel Bezerril, [...] abatido na administração municipal Alvaro Weyne”.²⁰⁹

Outros objetos em condições similares – restos de passados da cidade – chegaram à instituição, no período. O prefeito de Fortaleza, Raimundo Girão, fez a remessa de uma pedra de mármore português retirada de uma fonte pública outrora existente na praça Benjamin Constant, memória dos períodos de seca (bastante atual em virtude da recente estiagem de 1932), mas também da atuação do Estado na assistência aos flagelados: uma inscrição dizia que ela fora construída em 1878, sob ordens do presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros, com a verba destinada aos socorros públicos (assim como muitas outras, para atender à multidão de retirantes acossados pela miséria que demandavam a capital). O antigo Palácio dos Governantes, situado na rua Conde d’Eu, era lembrado através da oferta de vários tijolos guardados após sua demolição. Além dos jacarés de bronze (objetos destinados a escoar a água acumulada nos telhados das residências, em dias chuvosos) que ornavam a residência de barão de Studart, doados pelo historiador.²¹⁰ Uma

²⁰⁹ Governo Provisório do Ceará (anexos ao jornal *O Povo*), 04/08/1932, p. 2.

²¹⁰ Governo Provisório do Ceará (anexos ao jornal *O Povo*), 06/05/1933, p. 5; 14/07/1933, p. 2 e 3; 04/08/1932, p. 2.

construção, um detalhe da paisagem ou costume em desuso – caso dos jacarés, proibidos pelo Código de Posturas de 1932.²¹¹ Na ausência do ser, o fragmento assumia a função de vencer o esquecimento: figurava aquilo que deixou de existir, recompunha paisagens para sempre perdidas.

Em 1935, outro fragmento do mundo natural adentraria as paredes do Museu: um bode empalhado. Vestígio de uma cidade provinciana ainda não sobressaltada pelo tráfego, o Bode Yoyô se popularizou por suas deambulações pelas ruas da cidade, nas décadas de 1910 e 1920, tornando-se uma figura conhecida e estimada por muitos fortalezenses.

O animal desfrutava de ampla liberdade em suas corriqueiras excursões por Fortaleza: mesmo os fiscais da prefeitura não ousavam incomodá-lo. Diariamente se deslocava da praia do Peixe (hoje Iracema), onde se localizavam os depósitos da Rossbach Brazil Company (firma de que era propriedade), até a cidade, e retornava ao ponto de origem – daí a provável origem da alcunha. Adentrava diversos estabelecimentos comerciais, onde contava com a simpatia de inúmeros admiradores. De tal modo personificava a Fortaleza de outrora, em sua pacatez de cidade provinciana (e no achincalhe e irreverência que lhe eram característicos), que, após sua morte, tivera o corpo embalsamado e ofertado ao Museu Histórico. Sua trajetória foi narrada na crônica radiofônica de Raimundo de Menezes, que evocou o “saudoso caprino” imortalizado no Museu.

Um dos tipos mais populares e queridos da Fortaleza de outrora foi, incontestavelmente, o Bode Yoyô. Quem não se lembrará do curioso caprino que gozava de todas as imunidades da Prefeitura da época? Era uma espécie de mascote da capital daqueles tempos, uma figura obrigatória na pacatez da cidade provinciana.²¹²

Mas, no correr dos anos, suas andanças foram inibidas por um ambiente cada vez mais adverso. À medida que a velhice o acometia, a cidade se modernizava: o tráfego intensificava-se e a um bode não mais era facultado,

²¹¹ *Código de Posturas do Município de Fortaleza – 1932*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 102. “Art. 412 – Ficam proibidos nas zonas central e urbana os jacarés ou serpentões que deitem águas pluviais sobre as ruas, sendo os proprietários obrigados a retirá-los dentro de noventa dias, a contar da vigência deste Código, sob pena de multa de 50\$000, por unidade”. Apud HOLANDA, Cristina Rodrigues. Op. Cit., p. 147.

²¹² MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 183.

por razões de segurança, o transitar livremente por suas vias. A morte do animal também era a da cidade onde sua existência era possível.

Essa sua vida de boêmio decorreu sem maiores aventuras, até quando passou a envelhecer, a perder aquela agilidade de movimentos, muito próprios da mocidade que começava a declinar. Ainda mais, a capital cearense crescia, o tráfego de veículos aumentava, a civilização chegava... E o Bode Yoyô ficou, então, recluso, e não se lhe viu mais a popular carcaça a perambular no passeio de todos os dias. A prisão fez-lhe mal. E, em 1931, mais de velhice do que de outra coisa, passava desta para melhor. Sua morte foi sentida e comentada, e o seu necrológio publicado pelos jornais da época. A firma proprietária resolveu embalsamar-lhe o corpo e ofereceu-o assim, ao Museu Histórico do Estado, onde se encontra, integrado entre as tradições curiosas do Ceará.²¹³

Talvez exista algo em comum nas ofertas de um animal empalhado e de um fragmento de madeira ao Museu Histórico. É certo que o Bode Yoyô tivera uma morte menos traumática, mas da mesma forma que empalhá-lo para exposição, derrubar o oitizeiro do Rosário era questão que não dizia respeito somente à natureza, mas à sociedade e à cultura. Ao abater a árvore, talvez aqueles homens ambicionassem demonstrar o triunfo do homem sobre a natureza, do moderno sobre o arcaico, mas não conseguiram mais que evidenciar a ligação profunda entre essas partes. Em um museu, ou narrado nos jornais, o passado retornava para assombrar o presente.

Palmo de oitizeiro e bode empalhado: troféus obtidos na renhida luta em favor do progresso da cidade, contra o provincianismo contido no prosaico culto de árvores e animais, incoerente com as pretensões à metrópole de alguns indivíduos. Sua morte e exibição no Museu anunciavam uma nova era para Fortaleza, sepultavam o passado. Mas, ao mesmo tempo, lhe asseguravam um domínio, dentro da cidade. Palmo de oitizeiro, bode empalhado... Indícios de um novo tempo.

²¹³ Id. Ibidem., p. 184. Até hoje ele pode ser visto no Museu do Ceará.



O Bode Yoyô, exposto no Museu Histórico: a cidade perdia sua “mascote”, e o Museu ganhava uma de suas maiores atrações (fonte: MENEZES, 2000, p. 185).

No entanto, cumpre informar que se a morte do Bode Yoyô simbolizava, na crônica de Raimundo de Menezes, o fim da cidade provinciana ainda não civilizada pelo tráfego – “o tráfego de veículos aumentava, a civilização chegava...” – com animais a vagar pelas ruas, estes ainda compunham sua paisagem, não obstante o empenho dos administradores da cidade em civilizá-la, suprimindo traços de outras temporalidades que a habitavam.²¹⁴ Estas se mostravam no cotidiano de Fortaleza, em jornais que denunciavam animais soltos em vias públicas e noticiavam acidentes em que estavam envolvidos.

Um nosso leitor residente á rua Santa Thereza trouxe ao nosso conhecimento um condenável abuso que ha dias se vem verificando naquella arteria publica, no trecho comprehendido entre as travessas das Trincheiras e São Bernardo. Trata-se de uma vaccaria que, ao que parece, não dispendo de acomodações para as

²¹⁴ O *Código de posturas* procurava retirá-los das vistas públicas impondo severas punições aos infratores: “Art. 383 – Incorrerá na multa de 50\$000 e na prisão por 24 horas aquele que: [...] § 4 – conduzir animais soltos, comboios ou boiadas pelas vias em que isto não fôr permitido; § 5 – montar animal não convenientemente domado ou conduzi-lo em marcha imoderada”. E ainda: “Art. 386 – Todo animal que fôr encontrado vagando na via publica será apreendido e recolhido ao deposito municipal, de onde somente será retirado depois de pagas as despesas de matricula e apreensão e a multa de 10\$000 [...]”. (*Código de Posturas do Município de Fortaleza – 1932*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 97-8).

«holandesas», as solta na rua, como se esta fosse campo de pastagem. Grande é o perigo que advem com este proceder para os transeuntes e moradores dos quarteirões proximos. Não só durante o dia, como á noite, referidos animaes ali ficam a assustarem os transeuntes.²¹⁵

Ante hontem, ás 11,40, no Boulevard Visconde do Cauhye, o bond n. 25, de 2.a classe, guiado pelo motorneiro Manoel Alves, n. 148, e tendo como conductor, Antonio Duarte Pinheiro, n. 202, colheu um jumento que perambulava por ali, descarregado. E' pertencente o mesmo ao sr. Nequinho de Tal, residente no logar denominado «Taquara». O bond trafegava para o Bemfica.²¹⁶

Foi conduzido, pela manhã de ontem, ao hospital do Pronto Socorro, em estado de «shock», o leiteiro Heitor Martins, de 18 anos persumiveis. O pobre rapaz cavalgava um jumento, com uma carga de leite, pela rua Dragão do Mar, esquina da rua Leopoldina. Descuidado, fumando um cigarro, o leiteiro não notou que, por suas costas, se aproximava, puxando grande velocidade, o caminhão 803 T. Alguns momentos após, o veiculo encontrava a carga; o jumento foi colhido pelo carro, tendo morte instantanea e o menor atirado ao fio de pedra da calçada, recebendo profundo ferimento. O «chauffeur» abandonou precipitadamente o local, sendo ignorado seu paradeiro e qual seja o seu nome.²¹⁷

O Passeio Público retornava na remessa de vasos que o decoravam, ao Museu. Em nota de 1932, um articulista do jornal *O Nordeste* reclamou a criação de um Museu Histórico para o estado, percorrendo sobre vários objetos que muito dignificariam suas salas. Entre as “preciosidades” de valor inestimável que deveriam figurar no recinto, como as armas do Império, existentes no portão da Faculdade de Direito – símbolo do regime monárquico que sobrevivera à destruição promovida pelos republicanos – e a bandeira do 26º Batalhão de Voluntários da Pátria, depositada na igreja da Sé – “offertada pelos senhores de Fortaleza no dia do embarque para a guerra do Paraguai, dos valorosos soldados cearenses” – estavam três vasos do Passeio Público. O articulista os recomendava, tecendo elogios à sua esmerada beleza, confirmada pela proposta de compra por uma poderosa firma paulista, recusada pelo prefeito.

²¹⁵ Correio do Ceará, 12/03/1931, p. 8.

²¹⁶ Correio do Ceará, 04/04/1931, p. 7.

²¹⁷ O Povo, 16/04/1935, p. 5.

Há muita preciosidade a recolher, por ahi afóra. Aqui mesmo na capital sobejam elementos para tornar o Museu digno de admiração das entidades e pasmo dos curiosos, leigos em assumptos de tal natureza. Quem nunca viu aquelles jarrões ornamentaes da fonte do Passeio Público – um dos quaes, aliás, quebrado e substituído, infelizmente por outro de cimento? Pois ali estão três preciosidades. Três obras primas de ceramica: fina louça de Sévres. Um estrangeiro, abismado da sua perfeição e do seu valor, já propôs compra-los por alta quantia recusada pelo então prefeito.²¹⁸

Os vasos parecem se configurar em exceção à regra: não chegavam ao Museu por seu valor de passado, mas por sua dimensão estética. A origem francesa foi sobremodo enfatizada, e parecia ser o elemento que mais contribuía para sua entronização.²¹⁹ Mas, expostos em um museu, eles civilizavam o passado, pois se constituíam em indícios da presença da cultura européia nas formas de lazer, atestando a sintonia da cidade com o mundo civilizado. Ademais, os periódicos sublinhavam o abandono em que os vasos se achavam, mencionando o caso do que fora quebrado e substituído por réplica em cimento, o que denotava certa urgência em sua transposição para o Museu.

Mas, como entender o desejo incipiente de guardar pedras, tijolos, vasos e fragmentos do mundo natural? Por que restos da cidade antiga foram parar em um museu? Que necessidade impelia esses homens a recolher fragmentos da cidade e doá-los à instituição? Talvez a mesma que levou João Brígido a reconstituir a vila de 1810, e João Nogueira a apresentar quadros da cidade antiga no jornal que lhe publicava os escritos. O que valorizava tais objetos era a ausência da cidade em que originalmente existiam. Eles forneciam a certeza da existência de um passado, em uma ambiência onde nada parecia durar.

Como Nietzsche havia observado, os modernos têm a doença da história. Querem guardar tudo, datar tudo, porque pensam ter rompido definitivamente com seu passado. Quanto mais revoluções eles acumulam, mais eles conservam; quanto mais capitalizam, mais colocam no museu. A destruição maníaca é paga simetricamente por uma conservação também maníaca.²²⁰

²¹⁸ O Nordeste, 19/01/1932, p. 5.

²¹⁹ O Nordeste, 19/01/1932, p. 5; 20/03/1934, p. 3; 04/10/1934, p. 3.

²²⁰ LATOUR, Bruno. Op. Cit., p. 68.

Esses objetos transmutavam-se em relíquias em uma cidade onde tudo que lembrava o passado parecia fadado à ruína: ao adentrar o museu, o entulho era reabilitado. Restos da cidade, eram frutos das ambições de progresso e renovação, que deixava atrás de si um rastro de destruição e morte. Mecanismos de memória, atualizavam o passado, alterando-lhe o estatuto simbólico. Objetos expostos à curiosidade de saber como era a cidade do passado, e como a do presente não é mais.

A instituição surgiu, não por acaso, no momento em que a cidade era palco de grandes mudanças, em que a transitoriedade instava alguns indivíduos a transformar a perda em escrita. Ao suprir uma necessidade gerada por esta ausência de referentes do passado, se afigurava em obra da qual não podia prescindir o “culto da saudade” que, se era raro no Brasil, “mais [...] parece ser no Ceará”.²²¹ Ao mesmo tempo em que as pretensões modernistas de alguns indivíduos condenavam à ruína vestígios do passado, o Museu se prontificava a recolher seus restos, criando as condições para o referido culto.

Após a composição do acervo e a montagem das exposições, o Museu Histórico foi inaugurado, no início de 1933. Entre várias pessoas “gradas” da sociedade, fizeram-se presentes à cerimônia o prefeito interino, Raimundo Girão, vários detentores de altos cargos da administração pública, o presidente do Instituto Histórico, barão de Studart, João Nogueira e o diretor da instituição, Eusébio de Sousa.²²²

Além de atuar no Museu Histórico e freqüentar as sessões quinzenais do Instituto (fora admitido como sócio efetivo em 1928), Eusébio de Sousa também realizou incursões na escrita consagrada ao passado da cidade – como intelectual que se empenhava em projetar-se no campo das letras históricas, é evidente que atuaria nas várias linhas de frente que o permitissem angariar prestígio entre os seus. Entre os trabalhos de cunho historiográfico publicados nas seções “Dúvidas históricas” ou “Tradições militares”, da *Gazeta de Notícias* (jornal onde desempenhara a função de editor-chefe, nos anos de 1928 e 1929), evocou, no estudo “O tiro do Mucuripe”, antiga tradição de anunciar a aproximação de vapores que demandavam a costa com um tiro de

²²¹ Correio do Ceará, 14/01/1933, p. 1. O Povo, 14/01/1933, p. 10.

²²² Gazeta de Notícias, 11/01/1933.

canhão, sinal a que respondiam, da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com outro disparo.²²³

Em sua preocupação com a memória em uma cidade que pouco convidava à lembrança, escreveu *Monumentos do Ceará*, obra que procedia a um inventário dos monumentos em todo o estado – a maior parte se localizava em Fortaleza – e destinava-se a tornar conhecido o passado materializado no bronze eterno, difundindo o culto às figuras proeminentes da história: o monumento ao General Tibúrcio, inaugurado em 1888, no intuito de celebrar suas vitórias na Guerra do Paraguai (as colunas que compunham o gradil que cercava a estátua apresentavam as batalhas em que se engajara), e a estátua de José de Alencar, erigida a propósito do centenário de seu nascimento, em 1929, a fim de immortalizar o cantor de *Iracema*, eram alguns dos monumentos que Eusébio de Sousa desejava popularizar, pois, no Ceará, havia “reconhecido desprezo para com as coisas do passado. Não se cultuam as grandes datas, e, na maioria dos casos, passam elas no olvido como se não existissem”.²²⁴

A obra terminava anunciando as pretensões à criação do Arquivo Público do Estado, iniciativa louvável do interventor Roberto Carneiro de Mendonça, empossado no cargo em 1931. O Museu Histórico seria instituído mediante decreto de 20 de junho de 1932, que restabelecia o Arquivo Público e o organizava como uma seção deste. Assim, a instituição nascia sob a tutela do interventor, que lhe concedeu dependências para seu funcionamento e auxílio na liberação de recursos para a compra de objetos.²²⁵ Tal proximidade com o Estado se evidenciava em alguns dos objetos do acervo.

Entre estes estavam quadros de personagens ilustres da história, ou que referiam a acontecimentos memoráveis, como a tela “Fortaleza Liberta”, pintada por José Irineu de Sousa, em 1883, por ocasião da libertação dos escravos no Ceará – na qual figuram centenas de rostos, alguns deles identificados por Eusébio de Sousa, em estudo publicado no *Boletim do Museu*

²²³ Gazeta de Notícias, 02/12/1937, p. 1. João Nogueira escreveria sobre o mesmo tema, em dezembro de 1940: “Desde 1837, do Mucuripe se avisava por meio de um tiro a aproximação das embarcações. [...] Em um momento a cidade sabia da chegada de um vapor. Este processo de anunciar deu lugar à frase então muito em voga – Atirou o vapor”. (NOGUEIRA, João. O Tiro do Mucuripe. *Fortaleza velha*. Op. Cit., p. 112-3)

²²⁴ SOUSA, Eusébio. *Os monumentos do estado do Ceará*. Referência histórico-descritiva. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1932, p. 54.

²²⁵ HOLANDA, Cristina Rodrigues. Op. Cit., p. 57-9.

(dentre os quais, os de Dragão do Mar, Nogueira Acióli, barão de Studart, general Tibúrcio, Felino Barroso, Adolfo Herbster, João Brígido e Antonio Bezerra).²²⁶ Além das gravuras, viam-se medalhas comemorativas, moedas, mobílias, armas, além de fragmentos da cidade – provas materiais da existência do passado. Relíquias cuja contemplação despertava sentimentos distintos em relação à leitura de um texto historiográfico, pois imprimiam concretude ao passado, que a partir de então era vivificado, tornava-se palpável aos seus cultores.²²⁷ Tais sentimentos em relação ao passado e a objetos podem ser divisados na obra de Gustavo Barroso, a qual possui uma marca específica fornecida por um lugar institucional.

Ao tempo em que escrevia suas *Memórias*, Gustavo Barroso ocupava o cargo de diretor do Museu Histórico Nacional, desde sua criação, em 1923. Conforme já foi dito, ele deixara a cidade em 1910, em circunstâncias não muito precisas – dizia que fugira da repressão da polícia de Acióli, após escrever contra o regime, no *Jornal do Ceará*, o que parece pouco provável, em virtude da amizade que existia entre o oligarca e seu pai, Felino Barroso, à qual ele mesmo refere.²²⁸ No Rio de Janeiro, terminaria o curso de Direito iniciado em Fortaleza, e após um período de grandes dificuldades notabilizou-se com a publicação, em 1914, do livro *Terra de sol*, onde evocava a terra distante: o sertão, os tipos e costumes do Ceará.

A partir de então, consagrou-se como intelectual, publicando livros que versavam sobre diversos assuntos: história, folclore, museologia, romances, contos e memórias. Suas *Memórias* foram escritas em 1939 e 1940, e remontavam à infância e adolescência em Fortaleza, transcorrida entre os anos de 1898 (quando aos dez anos seu pai decide matriculá-lo no colégio Parténon,

²²⁶ SOUSA, Eusébio de. Um quadro histórico. *Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, a. 1, n. 2, p. 5-23, 1935. A obra contribui menos para a compreensão da dinâmica do movimento que culminou na Abolição, que dos esforços empreendidos na produção de sua memória. (HOLANDA, Cristina Rodrigues. Op. Cit., p. 133)

²²⁷ O fascínio que a materialidade do passado exercia em eruditos dos séculos XVIII e XIX (entres eles historiadores) foi descrito por David Lowenthal. O autor refere à estada de Gibbon em Roma, que, segundo o próprio (conforme revelara em autobiografia), o havia inspirado a escrever sobre o declínio do Império romano, e à visita do jovem Michelet ao *Musée des Monuments*, que teria emprestado vida à sua história nacional francesa. (LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução: Lúcia Haddad. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 17, 1998, p. 158-163)

²²⁸ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. O Consulado da China. 3 ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000, p. 157.

evento que desencadeia a narrativa) e 1910 (ano em que deixou a cidade).²²⁹ Se a autobiografia pode ser vista como um esforço de legitimação do intelectual (era comum ele referir, em várias passagens, às dificuldades encontradas no percurso, patenteando o esforço demandado para sua superação), também evidencia um olhar para o passado em um presente marcado pela decepção: após o fracassado golpe integralista de 1937, no qual tomara parte, perdeu a posição de chefia junto à Inspetoria de Monumentos Nacionais, desde sua fundação, em 1934.²³⁰

Assim, o sentimento de perda que mobilizou intelectuais a voltarem as vistas ao passado parece adquirir, na escrita de Gustavo Barroso, tonalidades mais fortes: distante da terra natal, frustrado pela perda de prestígio intelectual, sua busca é mais angustiada, a que mais objetiva os pormenores, na reconstrução do passado. Ele recompõe a cidade em que vivera na infância e adolescência: cada pedra, árvore, odor, som... Os costumes, o calçamento pontiagudo, as praças arenosas ensombradas de castanholeiras, cajueiros, mongubeiras, com os aromas que lhes eram característicos: tudo é reconstituído com minúcias, porque sabia que não poderia retornar à terra da qual se afastara, pois ela já não existia.

Conta um autor antigo que Plutarco nasceu em Cheronéia e correu o mundo; mas, na intensidade de sua glória, não quis deixar a terra onde nascera. Deixei-a, e, ao lembrar-me de seus aspectos, invade-me uma saudade dolorosa, porque não posso fazer como Plutarco, tanto as cousas mudaram.²³¹

A passagem referia ao sítio da família, mas também à cidade de seu tempo de menino, encantadora, com seus “lâmpioes a gás, sem rádio, sem

²²⁹ A importância que Gustavo Barroso atribuía à primeira infância pode ser divisada na distribuição do tempo, em sua obra. O primeiro volume, *Coração de menino*, narra acontecimentos ocorridos no ano de 1898. Em *Liceu do Ceará*, o autor conta sua vida enquanto estudante desse estabelecimento de ensino, entre 1899 e 1906. Do ano seguinte até a partida, suas experiências foram narradas em *Consulado da China*, período em que fora estudante de Direito. A divisão da obra, já que se tratava da narrativa dos primeiros passos do intelectual, também se pautara por sua formação escolar e acadêmica.

²³⁰ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2004. Dissertação de Mestrado, p. 130-1. O órgão foi instituído como um departamento do Museu Histórico Nacional, centralizando as atribuições de preservação e catalogação de bens históricos, precedendo o SPHAN.

²³¹ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. O Consulado da China. Op. Cit., p. 94.

bondes elétricos, sem automóveis, quando a vida andava devagar”.²³² Ela deixou de existir e ameaçava definir no esquecimento se não lançasse ao papel as imagens que se lhe gravaram na consciência, como faz ao recordar antigo brinquedo da cidade antiga: o “Cosmorama” de Paula Barros. O autor contava já sobre a decadência da atração, quando o Fantascópio, “primeiro arremedo de cinema aparecido em Fortaleza”, que prometia, entre outras coisas, “vistas das principais cidades do mundo”, lhe roubava a audiência às crianças de seu tempo.

Diante dessa lanterna mágica de última invenção, o Cosmorama foi ficando às moscas, mas o velho Paula Barros tentou lutar contra o progresso, armando uma lapinha mecânica, em que personagens e bichos se moviam. Ao fundo, passava lentamente a caravana dos Reis Magos. A frequência foi diminuta e em breve fechava as portas. O seu animador desapareceu, talvez que hoje somente eu me lembro dele.²³³

A escrita memorialista visava resguardar essa personagem característica da Fortaleza de tempos idos – e a própria cidade onde exercera seu mister – do frio e escuro abismo do esquecimento, a morte em sua forma mais completa e trágica – talvez um temor do próprio autor, que, ao contrário daquele trabalhador, pôde vencer o esquecimento através do recurso à autobiografia.

Discorrer sobre a cidade que deixou de existir também era uma forma de fortalecer os laços que ainda o prendiam a ela. Ao deter-se sobre um momento passado, o autor que rememora atualiza suas experiências, renova as lembranças com uma nova experiência: a escrita. Ele lembrará do passado vivido também por tê-lo escrito, re-encenado, embora para outra platéia, em novo palco. Contamos nosso passado para não esquecê-lo.²³⁴

Mas a Fortaleza pintada por Gustavo Barroso, em suas paisagens e cenários, pessoas e coisas, não é a cidade de fins do século XIX e começo do XX, mas outra – que, no entanto, deve algo a esta –, como a tela que não reproduz a paisagem, mas a recria, no realce de detalhes, na escolha das

²³² BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Liceu do Ceará. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000, p. 25.

²³³ Id. *Ibidem.*, p. 69.

²³⁴ LOWENTHAL, David. *Op. Cit.*, p. 81.

cores. A escrita de memórias reconstitui o passado, mas o tema não é por este fornecido; a natureza morta está menos no objeto focado que na mente do pintor.

Os sentimentos que o autor devotava aos objetos são entrevistados na passagem onde o menino se comisera de um velho cesto de compras, que, por se ter estragado, devido ao tempo e uso, uma tia deitara fora. Mas a criança que ele fora reagiu, e, à vista de suas lágrimas, a mesma lhe concedera um lugar digno num depósito, sob uma mala.

Não compreendia que se pusesse fora um objeto que houvesse servido à casa por muito tempo. Entendia que aquele servidor inanimado merecia uma aposentadoria silenciosa a um canto, entre as cousas velhas que se finavam na companhia das baratas e das teias de aranha.²³⁵

O trecho de vida evocado evidencia uma sensibilidade incomum em relação aos seres inanimados, mas também legitimava sua prática intelectual enquanto diretor do Museu Histórico Nacional envolvido com a reconstrução do passado a partir de objetos. Compromisso com um lugar que pode ser desvelado em outro momento da narrativa. Ao recordar o primeiro dia de aula no colégio Parténon, Gustavo Barroso conta que, ao correr os olhos pela sala (movido por natural curiosidade infantil), deslumbrou-se com painéis afixados nas paredes, os quais retratavam os cinco continentes, cada um decorado com ilustrações apresentando as respectivas fauna e populações. Notara, porém, a ausência de certo mapa.

Com os olhos a errar por aquelas imagens que até certo ponto me deslumbram, procuro o painel do Brasil. Não há. Ponho-me a pensar que não via nunca o Brasil citado em livros ou pintado em quadros. [...] Mas será possível que não haja mesmo o painel do Brasil? Não. Não há. Deve ser porque o Brasil não é uma das cinco partes do mundo e sim uma parte dessas cinco partes. Começo a pensar que, se um dia for alguma coisa na vida, mandarei fazer um lindo painel do Brasil e distribuí-lo por todas as escolas.²³⁶

²³⁵ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000, p. 72.

²³⁶ Id. *Ibidem.*, p. 19.

Lampejos de nacionalismo em uma mente infantil? Acontecimentos que, antes de serem vividos, eram lembrados. Como tal, não se limitavam ao passado, mas abriam as portas para a compreensão do presente do autor. “Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.²³⁷

O prelúdio do intelectual também se insinua na seqüência onde o menino ganha do pai um caderno com figuras em decalques, por ocasião do início de seus estudos. Mas ele logo se decepciona após constatar que havia apenas figuras estrangeiras representando soldados do tempo de Napoleão e camponeses do Tirol.

E eu fiquei a pensar que seria tão bom haver decalcomanias do Brasil, com sertanejos de roupa de couro, gaúchos a cavalo, seringueiros e índios, soldados do tempo de Caxias. Por que tudo haveria de ser europeu? Até hoje, no entanto, ainda não vi decalcomanias brasileiras. Ninguém ainda se deu ao trabalho de refletir no veículo de propaganda e ensinamento que isso representa no seio da infância.²³⁸

Na inquietação infantil ressoam as angústias do autor de *Guerra do López* (1928), obra dedicada à Guerra do Paraguai, onde lutou o duque de Caxias, e do já mencionado *Terra de sol*, protagonizado por sertanejos, entre outras figuras arquetípicas. As percepções da criança coexistem, na narrativa, com as preocupações características de um intelectual vinculado a uma instituição essencialmente pedagógica – o museu. A passagem evidencia seu lugar de intelectual engajado na difusão do culto à Nação e na valorização de seus aspectos regionais – os elementos “típicos” por ele mencionados.

Na reconstituição de sua trajetória intelectual, tudo parecia apontar para quem ele se tornaria. Contudo, deparou-se com muitas adversidades, no percurso. Algumas vezes, as circunstâncias, e mesmo os objetos, pareciam prefigurar o insucesso de qualquer tentativa.

Ao ir para o colégio, demorava sempre os olhos no mostruário do bazar Preço-Fixo, onde se viam, pendurados, pratos de porcelana

²³⁷ BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 37.

²³⁸ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. Op. Cit., p. 23.

com retratos dos vultos mais eminentes do Ceará: Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba; Gonçalo Fernandes Vieira, Barão do Aquirás; José Júlio de Albuquerque Barros, Nogueira Acióli, e Gonçalo Souto; os generais Sampaio, Tibúrcio e Clarindo de Queiroz; o grande oculista Moura Brasil, o grande jurisconsulto Clóvis Beviláqua; o grande poeta Juvenal Galeno; os escritores Adolfo Caminha, Rodolfo Teófilo, Heráclito Graça e Araripe Júnior. Olho todos os dias essas figuras com um desejo quase inconsciente, larvar, informe, indefinido, de ser ilustre como eles, de honrar também a minha terra e a minha geração.²³⁹

No entanto, a realidade era-lhe desfavorável: via-se feio e desengonçado, no espelho postado ao fundo da loja, para onde seus olhos desviaram-se. O reflexo de um menino pobremente vestido o dissuadia a desistir do incipiente desejo de fazer figura como as personalidades retratadas nos “pratos iconográficos”.

Vejo-me com os meus dez anos de idade, magreio [sic], pálido e cabeçudo; botas cambaias sobre as quais as meias de algodão branco da fábrica Gurjão caem como polainas; calcinhas de brim pardo pelos joelhos e blusa da mesma fazenda com a gola virada, tudo feito por uma de minhas tias, enodado e cerzido por todos os lados; bonezinho de lã xadrezada, amolgado e sujo; uma penca de livros debaixo do braço. Um cavaleiro de tão triste figura como tem a coragem de levantar os olhos para as fisionomias dos ilustres personagens glorificados em porcelana? Não conhece o seu lugar? Recolha-se à sua insignificância! É o que o espelho fiel mudamente me diz.²⁴⁰

A imagem refletida no espelho o convencera da esterilidade de qualquer esforço; devia aceitar a própria sorte. A pobreza dos seus era “um peso esmagador”.²⁴¹ Um dia herdaria o cartório do pai, que também pertencera ao avô. “Tradição de família. Para que rompê-la?”

Mas, então, escutou uma “voz muito baixa e longínqua” (a do futuro) que o persuadia a lutar, a “pedir ao destino mais alguma coisa”.

²³⁹ Id. Ibidem., p. 163.

²⁴⁰ Id. Ibidem., p. 164.

²⁴¹ Essa “pobreza” deve ser vista como atribuição de sentido a uma vida, não como escala de valores. Pois o próprio acesso à educação formal configura-se em distintivo social, em um meio onde a maioria da população não dominava os códigos da leitura e escrita.

Sinto, às vezes, que não é bem pedir que ela me segreda, mas tomar-lhe à força, arrancar-lhe das mãos. Se ele me dissesse que um dia eu privaria com Araripe Júnior, que me ofereceria livros, seria amigo íntimo de Rodolfo Teófilo, ajudaria a glorificar no Rio de Janeiro Juvenal Galeno, saudaria em discurso a Moura Brasil e me veria colega no Parlamento do Doutor Pedro Borges e na Academia Brasileira [de Letras], de Clóvis Beviláqua, haveria de rir-me às gargalhadas. Com aquela aparência que o espelho cruelmente me revelava? Nunca! Também se essa voz misteriosa e quase imperceptível me contasse a poeira de ódio, incompreensão e inveja que levantariam meus passos pelo caminho a percorrer, juro que teria preferido o cartório, o sitiozinho, a vida miúda, igual, corriqueira, em que o tempo passa pela gente, e não a que me coube, em que passo pelo tempo. Para evitar as dúvidas que me assaltam em presença daqueles pratos e daquele espelho, deixo de passar pelo bazar Preço-Fixo.²⁴²

E assim, o vivido emergia com um significado novo, o passado era convocado a dar seu testemunho acerca de uma vida que somente ganhava sentido à luz de acontecimentos subseqüentes.²⁴³ A perspectiva inversa, de quem olha para o passado buscando a infância do presente, perpassa muitas passagens das *Memórias*. Acontecimentos e escolhas são reinterpretados em função da experiência posterior, que não pode ser escondida na gaveta enquanto o memorialista escreve a história de sua vida.

Em virtude de conhecer os fatos que sucederam, “a poeira de ódio, incompreensão e inveja” que ia levantar em sua jornada rumo ao triunfo intelectual, o autor divisou as encruzilhadas que se configuram na trajetória de uma vida, as quais somente são percebidas em tempo posterior. E afirma que, se imaginasse o que viria depois, teria feito outra escolha. Talvez a assertiva de Proust seja verdadeira, para esse caso: “Mesmo sob um simples ponto de vista realista, as terras que desejamos ocupam a cada momento muito mais espaço em nossa vida verdadeira do que a terra onde efetivamente nos achamos”.²⁴⁴ O presente onde era torturado pela inveja que sua posição despertava era o mesmo em que via a paulatina destruição da terra natal (em

²⁴² BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. Op. Cit., p. 164-5.

²⁴³ LOWENTHAL, David. Op. Cit., p. 98. O autor menciona o caso de Santo Agostinho, que, em suas *Confissões*, ressignifica todo o passado recordado em função de sua conversão ao cristianismo, acontecimento para o qual toda sua vida precedente parece convergir. (AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005. Particularmente os Livros Primeiro ao Oitavo)

²⁴⁴ PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Tradução: Mario Quintana. 12. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 375. (Em busca do tempo perdido; 1)

suas ocasionais visitas a Fortaleza, que no correr dos anos se intensificariam) e, por conseguinte, o fim de qualquer possibilidade de retorno. É sobretudo dessa perda que fala sua escrita.

Assim como seus pares intelectuais, que atuavam de maneiras diversas na veneração do passado, na escrita ou na edificação de um templo para seu culto, a experiência de Gustavo Barroso com os objetos e a cidade assumia contornos de mística. Apegava-se aos restos da cidade, que faziam recordar o tempo perdido à maneira dos despojos em relação ao falecido: roupas, objetos, fotografias...

Como sumo sacerdote do templo da história nacional, o autor das *Memórias* venerava o velho oitizeiro não apenas porque era seu “amigo de infância”, mas porque ele fora contemporâneo de muitas personalidades que passaram pela vida, mas, em seus feitos, deixaram exemplos para as gerações posteriores. Em seu canto de despedida, o escritor desfia um rosário de vultos proeminentes da história da cidade, os quais viveram no mesmo tempo da velha árvore.

[...] Viste a displicencia de Koster sentado ao luar numa das calçadas da praça proxima. Ouviste o murmurar do taciturno governador Sampaio. Avistaste Robim, vendendo as alfaias antes de partir para o Reino. E estremeceste ás vozes de commando, em dias de parada, de Conrado Jacob de Niemeyer. [...] Não era no teu tronco que o padre Verdeixa amarrava o cavallo para ir insultar em voz alta, sob as saccadas do palacio presidencial, o padre José Martiniano de Alencar? Não te agitou a ramaria, certa noite, aquelle grande estrondo do bacamarte que matou o major Facundo? As tuas folhas mais altas não presenciaram por cima dos telhados parduscos o enforcamento dos negros do brigue Laura?²⁴⁵

Uma galeria de personagens e acontecimentos memoráveis vinha à tona no relato, recordados na perspectiva de um velho oitizeiro, testemunha muda dessa história de glórias e tragédias. Em *Paisagem e memória*, Simon Schama assinala que a antiguidade das árvores que compunham as densas florestas da Lituânia lhes conferia autoridade, permitindo que atuassem como “guardiãs e instrutoras da imemorial continuidade” de sua história: além de encarnarem a liberdade e a legitimidade da Nação, elas foram contemporâneas

²⁴⁵ A Razão, 16/07/1929, p. 3.

de seus monarcas.²⁴⁶ De certa forma, o oitizeiro do Rosário encarnava essa memória-pátria, ao simbolizar as origens de Fortaleza e suas transformações, no curso do tempo: os governos que se sucederam, as revoltas silenciadas, os crimes políticos... Uma história não-escrita, mas organicamente estruturada: em folhas, tronco e ramaria. Em virtude dessa composição, a lasca que lhe restara era convertida em relíquia do passado, e com esse estatuto era ofertada, por membro do Instituto, ao Museu Histórico.

Essas “operações” com a árvore eram permitidas em função de sua mudez ancestral de objeto lendário, cujo retiro gerava “relatos”.

Esses objetos selvagens, provenientes de passados indecifráveis, são para nós o equivalente do que eram alguns deuses da Antiguidade, os “espíritos” do lugar. Como seus ancestrais divinos, eles têm papéis de atores na cidade não por causa do que fazem ou do que dizem, mas porque sua estranheza é muda e sua existência subtraída da atualidade. Seu retiro faz falar – gera relatos – e permite agir – “autoriza”, por sua ambigüidade, espaços de operações.²⁴⁷

Mas, se o diretor do Museu Histórico Nacional repassava o panteão da história cearense, por ocasião do abatimento de uma árvore, também recordava, em suas *Memórias*, os desaparecidos “tipos de rua” da antiga Fortaleza.

Poucas pessoas hoje em dia se recordam desses desaparecidos tipos de rua da minha cidade natal, tão encantadora e tão moleque. [...] A Fortaleza do meu tempo está cheia desses divertidos tipos de rua, cada que mais original: Papai-abre-o-olho, Mocó-tinindo, Sabão-mole, Romão, Casaca-de-urubu, Palheta.²⁴⁸

Os “tipos populares” de Fortaleza, protagonistas de muitas anedotas que sobreviveram a sua existência, alguns deles alvos da troça impiedosa de crianças e adultos, que lhes impunham os epítetos pelos quais se popularizavam, desapareciam nos novos tempos, conforme lamentou articulista do jornal *A Razão*, em meados de 1936.

²⁴⁶ SCHAMA, Simon. Op. Cit., p. 66-7.

²⁴⁷ DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. Morar, cozinhar. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 192-3.

²⁴⁸ BARROSO, Gustavo. *Memórias*. Coração de menino. Op. Cit., p. 183-6.

Os observadores da vida social de Fortaleza devem ter notado uma coisa triste: a galeria dos seus tipos populares vai diminuindo, desfalcando-se de suas figuras mais originais e características. Aos poucos, eles se vão escondendo aos olhares inquiridores da população. Alguns se puseram ao abrigo ensombrado e caridoso dos azilos. Outros seguiram o caminho mais sumário: deram um pulo dentro da eternidade. Então, nada mais resta de sua memória, exceto alguns ditos espirituosos que se integraram em definitivo no linguajar do povo.²⁴⁹

Completavam a lista de Gustavo Barroso os que mereceram crônica de Raimundo de Menezes: o Pilombeta, cuja altura descomunal e aversão ao trabalho lhe valeram a lembrança posterior; o Chagas dos Carneiros, que perambulava pelas ruas da antiga Fortaleza a tocar gaita, sempre rodeado por carneiros batizados com nomes de ex-presidentes da República; o Manezinho do Bispo, porteiro do Palácio Episcopal, “sempre enfiado num surrado paletó de alpaca, cuja cor o tempo se encarregara de transmutar de preto em cinzento“, e que ganhara fama escrevendo pensamentos, publicados no *Correio do Ceará*.²⁵⁰

O popular insinuava-se nos relatos dos memorialistas – à exceção de João Nogueira, inimigo declarado do espírito que se notabilizou sob o epíteto “Ceará moleque”, “que [a] tudo acanalha e desrespeita” –, mas figurava de maneira subordinada, como “curiosidade” da antiga Fortaleza, fruto de um estranho gosto pelo bizarro, pelo diferente, pelo outro, heterogeneidade que caracterizara o Museu desde sua inauguração, antes mesmo que um bode empalhado fosse ofertado para suas coleções.²⁵¹

Mas a população parecia experimentar o Bode Yoyô de maneira diversa. É notório que muitos dos visitantes do Museu Histórico adentrassem suas veneráveis paredes exclusivamente para ver sua ilustre figura, conforme é possível inferir da reportagem de Eduardo Campos para o *Correio do Ceará*, publicada em 28 de fevereiro de 1948. Certo dia, o animal empalhado conseguira a façanha de levar mais de cem pessoas, em poucas horas, ao Museu, em função de achar-se exposto, por “descuido”, de tal modo que podia

²⁴⁹ A Razão, 28/07/1936, p. 11.

²⁵⁰ MENEZES, Raimundo de. Op. Cit., p. 160-6, 171-5.

²⁵¹ HOLANDA, Cristina Rodrigues. Op. Cit., p. 158: “[...] podemos concluir que a doação do Bode Yoyô é mais um indício da variedade de objetos que chegaram ao Museu Histórico do Ceará, estabelecendo embates pela construção de determinadas memórias sobre o passado e o presente”.

ser visto da rua. Essa freqüência, entretanto, não era vista com bons olhos pelo jornalista, pois os “respeitosos velhos dos retratos que figuravam nas paredes” poderiam sentir-se ofendidos com a atenção votada ao animal.²⁵² Mas, se tal acontecia, era porque o Bode Yoyô possuía mais significado para a população, falava mais de sua própria experiência que “retratos de velhos respeitáveis”. Ela se reconhecia no caprino, como os membros do Instituto nos retratos, e em placas que nomeavam os lugares da cidade.

²⁵² Correio do Ceará, 28/02/1948. (Apud HOLANDA, Cristina Rodrigues. Op. Cit., p. 157). Alguns fizeram notar, posteriormente, o absurdo de um bode empalhado figurar nas galerias do Museu, o que evidencia a pluralidade de memórias produzidas na cidade. “O nosso Museu Histórico era um depósito de velharias. Basta dizer que até o corpo embalsamado de um bode ali se encontrava, o ‘Bode Yoyô’, que vivia nas ruas de Fortaleza, ameaçando todo mundo...”. (O Nordeste, 04/07/1955, p. 1. Apud HOLANDA, Cristina Rodrigues. Op. Cit., p. 157)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso por textos, publicados em jornais e livros, foi possível vislumbrar as tensões relativas ao tempo que se realizavam no cotidiano de uma cidade em transformação. A sucessiva supressão de traços do passado na paisagem urbana ocasionou uma escrita que tratava da perda, e que por ela fora permitida.

Tais práticas (a destruição e a escrita), conforme procurei demonstrar, estavam intimamente relacionadas. A necessidade de conservar referências urbanas que permitissem memórias, vivenciada em uma conjuntura onde nada parecia durar, surgiu do engajamento de gestores públicos e jornalistas em torno do ideal de construção de uma cidade moderna, a qual pressupunha a destruição da antiga. Foram essas as condições de produção da literatura aqui estudada.

As fontes interpretadas neste trabalho, tradicionalmente consultadas para informar algo sobre costumes e paisagens da Fortaleza do século XIX, foram abordadas em sua historicidade, na interlocução que mantinham com seu tempo. Seu interesse pelo passado não resulta de outra coisa senão de um profundo compromisso com o presente (e com a memória), onde cotidianamente perpetravam-se “crimes” contra as tradições da cidade.

Em uma cidade que se modificava rapidamente, preservar restos da cidade antiga era uma forma de permanecer em contato com o passado, de não expulsá-lo do cotidiano da cidade. Conservar junto de si tais vestígios era um meio de tornar possível a lembrança. Essa necessidade marcou a escrita de João Nogueira e Gustavo Barroso.

Ambos viram a consumação de um sacrifício na derrubada do oitizeiro do Rosário. Mas não seriam eles os imolados, condenados a viver em um mundo que manifestava tal desprezo em relação ao passado? A destruição de marcos espaciais e temporais da cidade também era a dos homens que nela habitaram e constituíram um sistema de referências pessoais. Atentar contra estas significava a implosão desses mundos particulares construídos no curso do tempo, ao longo de vivências urbanas que atravessavam os lugares, e eram por estes marcadas.

Um pouco desses mundos desmoronava na derrubada de um velho oitizeiro, no abandono e deterioração do Passeio Público, na mudança das denominações tradicionais dos logradouros... Com a referência ia-se embora também um pouco da cidade em que esses memorialistas viveram e na qual se reconheciam. Com os lugares, desapareciam pessoas e acontecimentos que os marcaram, cuja lembrança era tolhida pela mutação do espaço urbano. Escrever talvez fosse um modo de resguardar um pouco desse mundo aos poucos consumido pelo progresso, ou de melhor conviver com a perda – que era então transmutada em escrita.

Parte desse mundo sobreviveu à destruição, e compeliu João Nogueira a escrever nos jornais, e Gustavo Barroso a produzir suas *Memórias*, escombros gráficos da cidade antiga... Uma literatura cuja origem estava na perda: de referências que permitiam lembranças e, conseqüentemente, de si mesmos – afinal, que seria dos homens sem suas memórias? Quando o próprio processo fisiológico de desgaste os acometia, escrever se afigurava em modo de atualizar suas memórias, fortalecendo os vínculos que ainda os prendiam à cidade antiga, e que nem mesmo a “picareta renovadora” conseguira romper.

Ademais, procurei evidenciar a relação dessa escrita com um lugar, social e institucional, o qual a organizava a partir das necessidades que fornecia, entre elas, a de legitimação intelectual. O Instituto do Ceará, agremiação engajada na escrita da história e na veneração de seus mortos ilustres, e o Museu, espaço que possibilitava outros sentimentos no contato com o passado, porque mediado por objetos, foram pensados como as instituições que forneceram os referenciais para que os memorialistas produzissem memórias sobre a Fortaleza antiga, as quais deviam algo a esses lugares, sendo impossível, portanto, serem estudadas sem que essas ligações sejam recompostas. Outrossim, esses memorialistas eram intelectuais/bacharéis, membros de uma elite letrada que, ao recordar o passado, lançava-lhe um olhar que revelava expectativas e visões de mundo particulares, denotava sensibilidades ligadas a experiências de leitura e escrita, as quais definiam sua prática.

Não foi minha intenção reviver, através de vestígios escriturários, a antiga Fortaleza dos anos trinta. Mas conhecer o modo como seus habitantes

se relacionavam com sua historicidade pode nos permitir alcançar percepções mais elaboradas sobre o nosso próprio mundo: nossa relação com o tempo, com os objetos, e com a nossa memória.

FONTES

Jornais

A Razão, 1929-1931, 1936.

Correio do Ceará, 1930-1931.

Gazeta de Notícias, 1929-1938.

O Nordeste, 1929, 1932-1934.

O Povo, 1929-1937.

Crônicas e memórias

ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de ontem e anteontem*. Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça: reminiscências*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 1992.

BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. 2. ed. Rio; São Paulo; Fortaleza: FUNCET, 2004.

_____. *Memórias*. Coração de menino. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000.

_____. *Memórias*. Liceu do Ceará. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000.

_____. *Memórias*. O Consulado da China. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000.

MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*. 3. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha: crônicas*. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

Livros, artigos e outras publicações

ADERALDO, Mozart Soriano. Do Dr. Mozart Soriano Aderaldo. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, t. 64, p. 390-399, 1950.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Historia da Provincia do Ceara*: desde os tempos primitivos até 1850. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *O Cajueiro do Fagundes* (Episódio cearense). Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1975.

BARROSO, Gustavo. *Intelligencia das coisas*. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto Editor, 1923.

BEZERRA, Paulo. *Álbum de Fortaleza*. Fortaleza: Meton Gadêlha & Cia, 1931.

BEZERRA DE MENEZES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. (Introdução e notas de Raimundo Girão). Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

_____. O oiti da capella do Rosário ou do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, t. 15, p. 119-120, 1900.

BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. In: *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, p. 208-265.

CÂMARA, Carlos Torres. *Teatro: obra completa*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1985.

CHABLOZ, Jean-Pierre. *Revelação do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1993.

Código de Posturas do Município de Fortaleza – 1932. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

GIRÃO, Raimundo. Plano de Urbanização de Fortaleza (subsídios para a sua história). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 57, p. 205-222, 1943.

_____. Gustavo Barroso (discurso). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 73, p. 292-303, 1959.

GOMES, Misael. Recepção dos Srs. João Nogueira, Dolor Barreira, Raimundo Girão e Plácido Castelo. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, t. 55, p. 84-95, 1941.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado - Nº 2* (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, Ano III – 1937). Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1938.

LIMA, Herman. *Poeira do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

LOPES, Marciano. *Fortaleza antiga: praças, ruas, esquinas*. Fortaleza: ABC, 1998.

MOTA, Leonardo. Datas e fatos para a História do Ceará (continuação da obra de igual título, do Barão de Studart). *Revista do Instituto do Ceará*: Fortaleza, t. 68-73, 1954-1959.

NOGUEIRA, João. Dona Bárbara e o governador Sampaio. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, t. 42, p. 106-113, 1928.

_____. 15 de Novembro (Reminiscências). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: t. 57, p. 13-19, 1943.

SOUSA, Eusébio de. *Meio século de existência* (subsídio para a história do Instituto do Ceará) – 1887/1937. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937.

_____. *Os monumentos do estado do Ceará*. Referência histórico-descritiva. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1932.

_____. *Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará*, Fortaleza, a. 1, n. 2, 1935.

SOUZA, Simone; PONTE, Sebastião Rogério (coords.). *Roteiro sentimental de Fortaleza*: depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia. Fortaleza: NUDOC – UFC; Secretaria de Cultura e Desporto, 1996.

STUDART, Guilherme. *Datas e factos para a Historia do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, t. 2-3, 2001.

UCHÔA, Waldery. *Fortaleza na sua expressão histórica, geográfica e estatística*. Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1946.

VALDEZ, Alba. João Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, t. 61, p. 236-46, 1947.

BIBLIOGRAFIA

ADERALDO, Mozart Soriano. *A praça*. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989.

_____. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 1998.

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Política e intelectuais no Instituto do Ceará*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: n. 23, p. 191-202, 1994.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural*. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC; Banco do Nordeste, 2001.

_____. *Fortaleza de ontem e hoje*. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. Tradução: Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério São João Batista (1866-1915)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Tradução: Zulmira Ribeiro Tavares. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, 1).

_____. *Rua de mão única*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Obras escolhidas, 2).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. 5. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAMPOS, Eduardo. *O inventário do cotidiano (Breve memória da cidade de Fortaleza)*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, José Liberal de. *Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977.

_____. *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará*. Fortaleza: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 1977.

CHAVES JÚNIOR, Eurípedes. *Raimundo Girão – polígrafo e homem público* (Roteiro biobibliográfico). Fortaleza: Stylus Comunicações, 1986.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora da Universidade Estadual Paulista, 2001.

_____. A natureza urbanizada, a invenção dos 'espaços verdes'. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 18, p. 103-106, 1999.

COLARES, Otacílio. *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*. Fortaleza: Ed UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

_____. *Lembrados e esquecidos - II: ensaios sobre literatura cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1976.

_____. *Lembrados e esquecidos - IV: ensaios sobre literatura cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1979.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza; Imprensa Oficial do Ceará, 1990.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução: Sonia Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução: Ephraim F. Alves. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

____ ; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 189-202.

____. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. Tradução: Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papirus, 1995, p. 55-85.

____. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-119.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 17, p. 223-258, 1998.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*, seguido de Envelhecer e morrer. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

____. *Sobre o tempo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. Nove reflexões sobre a distância. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000.

_____. *Geografia estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: BNB, 1979.

_____. *A princesa vestida de baile*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950.

_____; MIRANDA, Ubatuba de. *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: *Sobre história*. Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22-35.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do Templo da História*. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2000.

KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução: Lúcia Haddad. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 17, p. 63-201, 1998.

MACHADO DE ASSIS. *Melhores crônicas* (seleção e prefácio de Salete de Almeida Cara). São Paulo: Global, 2003.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. Dissertação de Mestrado - UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2004.

MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 18, p. 107- 113, 1999.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução: Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica, crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001, p. 15-31.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. *Fortaleza: seis romances, seis visões*. Fortaleza: Ed. UFC, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger ; REVEL, Jacques (orgs.). *A história nova*. Tradução: Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 180-213.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001.

PORDEUS, Ismael. Fortaleza – casas e ruas numeradas. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 77, p. 335-352, 1963.

_____. No tempo de nossos avós. O prestígio do nome. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 77, p. 353-5, 1963.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Tradução: Mario Quintana. 12. ed. São Paulo: Globo, 1990 (Em busca do tempo perdido; 1).

_____. *À sombra das raparigas em flor*. Tradução: Mario Quintana. 10. ed. São Paulo: Globo, 1990 (Em busca do tempo perdido; 2).

_____. *O caminho de Guermantes*. Tradução: Mario Quintana. 9. ed. São Paulo: Globo, 1990 (Em busca do tempo perdido; 3).

RAIMOND, Michel. La mémoire et l'oubli. *Proust romancier*. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1984, p. 35-47.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto*. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

_____. Rodolpho Theophilo e Capistrano de Abreu: algumas memórias no Museu do Ceará. *Trajeto* - Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 79-99, 2004.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora UNICAMP, 1993.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris Haussmanniana. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 18, p. 91-96, 1999.

_____. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 18, p. 97-101, 1999.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro e Vera Helena Prada Maluf. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 14, p. 41-81, 1997.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

SARMIENTO, Lúdia; CAPELO FILHO, José. *Fortaleza: praças, parques e monumentos*. Fortaleza: Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET, 2000.

SCHAMA, Simon. Mata. In: *Paisagem e memória*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 33-248.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 24, p. 43-60, 2002.

_____. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 37-58.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513-619.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Franklin Leopoldo da. Bergson, Proust: tensões do tempo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 141-153.

SILVA, José Borzacchiello da. *Nas trilhas da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003. (Cadernos Paulo Freire, v. I).

_____. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2004.

_____. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Tradução: Sérgio Marques dos Reis. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 11-25.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução: Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

SOUZA, Simone de et al.. *Fortaleza: a gestão da cidade* (uma história político-administrativa). Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.